Índice

Introdução.....**pág. 01**
Primeira Carta.....**pág. 06**
1.- A situação atual. 2.- A alternativa de um mundo melhor. 3.- A evolução social. 4.- Os futuros experimentos. 5.- A mudança e as relações entre as pessoas. 6.- Um conto para aspirantes a executivos. 7.- A mudança humana.
Segunda Carta.....**pág. 12**
1.- Algumas posturas frente ao processo de mudança atual. 2.- O individualismo, a fragmentação social e a concentração de poder nas mãos das minorias. 3.- Características da crise. 4.- Os fatores positivos da mudança.
Terceira Carta.....**pág. 17**
1.- A mudança e a crise. 2.- Desorientação. 3.- Crise na vida das pessoas. 4.-Necessidade de dar orientação à própria vida. 5.- Direção e mudança de situação. 6.- O comportamento coerente. 7.- As duas propostas. 8.-Chegar
a toda a sociedade a partir do meio imediato. 9.- O meio em que se vive. 10.- A coerência como direção de vida. 11.- A proporção nas ações como avanço em direção à coerência. 12.- A oportunidade das ações como avanço em direção à coerência. 13.- A adaptação crescente como avanço em direção à coerência.
Quarta Carta.....**pág. 23**
1.- Ponto de partida de nossas idéias. 2.- Natureza, intenção e abertura do ser humano. 3.- A abertura social e histórica do ser humano. 4.- A ação transformadora do ser humano. 5.- A superação da dor e do sofrimento como projetos vitais básicos. 6.- Imagem, crença, olhar e paisagem. 7.- As gerações e os momentos históricos. 8.- A violência, o Estado e a concentração de poder. 9.- O processo humano.
Quinta Carta.....**pág. 30**
1.- O tema mais importante: saber se se quer viver e em que condições se quer fazê-lo 2.- A liberdade humana, fonte de todo sentido. 3.- A intenção, orientadora da ação. 4.- Que faremos com nossa vida? 5.- Os interesses imediatos e a consciência moral. 6.- O sacrifício dos objetivos em troca de conjunturas que tenham êxito. Alguns defeitos habituais. 7.- O Reino do Secundário.
Sexta Carta.....**pág. 36**
Documento do Movimento Humanista. 1.- O capital mundial. 2.- A democracia formal e a democracia real. 3.- A posição humanista. 4.-Do humanismo ingênuo ao humanismo consciente. 5.- O campo anti-humanista. 6.- As frentes de ação humanistas.
Sétima Carta.....**pág. 43**
1.- Caos destrutivo ou revolução. 2.- De que revolução estamos falando? 3.- As frentes de ação no processo revolucionário. 4.- O processo revolucionário e sua direção.
Oitava Carta.....**pág. 49**
1.- Necessidade de uma redefinição do papel das forças armadas. 2.-Permanência de fatores agressivos na etapa de distensão. 3.- Segurança interna e reestruturação militar. 4.- Revisão dos conceitos de soberania e segurança. 5.-A legalidade e os limites do poder vingente. 6.- A responsabilidade militar frente ao poder político. 7.- Reestruturação militar. 8.- A posição militar no processo revolucionário. 9.-Considerações sobre os exércitos e a revolução.
Nona Carta.....**pág. 56**
1.- Violações dos direitos humanos. 2.- Os direitos humanos, a paz e o humanitarismo como pretextos de intervenção. 3.- Os outros direitos humanos. 4.- A universalidade dos direitos humanos e a tese cultural.
Décima Carta.....**pág. 62**
1.- A desestruturação e seus limites. 2.- Alguns campos importantes no fenômeno da desestruturação. 3.- A ação específica.

INTRODUÇÃO

Estas *Cartas a meus amigo*s, hoje apresentadas em forma de livro, foram publicadas separadamente à medida em que o autor foi produzindo-as . Desde a primeira carta, escrita em 21.02.91, até a décima e última, redigida em 15.12.93, passaram-se quase três anos. Nesse tempo, ocorreram transformações globais importantes em quase todos os campos do fazer humano. Se a velocidade da mudança continuar aumentando, como aconteceu nesse lapso, um leitor das próximas décadas dificilmente entenderá o contexto mundial ao qual o autor continuamente faz referência e, por conseguinte, não captará muitas idéias que se expressam nestes escritos. Por isso, teríamos que recomendar aos hipotéticos leitores do futuro ter em mãos uma resenha dos acontecimentos entre 1991 e 1994; sugerir que obtenham uma ampla compreensão do desenvolvimento econômico e tecnológico da época, das carências e dos conflitos, da publicidade e da moda. Seria necessário pedir-lhes que escutassem a música, que vissem as imagens arquitetônicos e urbanísticas, que observassem o aglomeramento urbano das macro-cidades, as migrações,
a decomposição ecológica e o modo de vida daquele curioso momento histórico. Sobretudo, teríamos que pedir-lhes que tentassem penetrar os "disse-me-disse" daqueles formadores de opinião: filósofos, sociólogos e psicólogos desta etapa cruel e estúpida. Mesmo que nestas Cartas se fale de um certo presente,
é indubitável que foram escritas com o olhar colocado no futuro e creio que somente a partir dele poderão ser confirmadas ou refutadas.

Nesta obra não existe um plano geral, senão uma série de exposições ocasionais que admitem uma leitura sem sequência. No entanto, poderíamos tentar a seguinte classificação: A. as três primeiras cartas enfatizam as experiências vividas pelo indivíduo em meio a uma situação global cada dia mais complicada; B. na quarta carta se apresenta a estrutura geral das idéias nas quais se baseiam todas as cartas; C. nas cartas seguintes, se faz um esboço do pensamento político-social do autor; D. a décima apresenta alinhamentos de ação específica tendo em conta o processo mundial.

Passo a destacar alguns temas tratados na obra. *Primeira cart*a. A situação que vivemos hoje. A desintegração das instituições e a crise de solidariedade. Os novos tipos de sensibilidade e comportamento que se perfilam no mundo de hoje. Os critérios de ação. *Segund*a. Os fatores de mudança no mundo atual e as posturas que habitualmente se assume frente a tal mudança. *Terceir*a. Características da mudança e a crise em relação ao meio imediato no qual vivemos. *Quart*a. Fundamentos das opiniões vertidas nas Cartas sobre as questões mais gerais da vida humana, suas necessidades e projetos básicos. O mundo natural e social. A concentração de poder, a violência e o Estado. *Quint*a. A liberdade humana, a intenção e a ação. O sentido ético da prática social e a militância, seus defeitos mais habituais. *Sext*a. Exposição do ideário do Humanismo. *Sétim*a. A revolução social. *Oitav*a. As Forças Armadas. *Non*a. Os Direitos Humanos. *Décim*a. A desestruturação geral. A aplicação da compreensão global à ação mínima concreta.

A quarta carta, de importância capital na justificação ideológica de toda a obra, pode ser aprofundada com a leitura de outro trabalho do autor, *Contribuições ao Pensamento* (particularmente o ensaio entitulado *Discussões Historiológica*s) e, por conseguinte, com a conferência *A Crise da Civilização e do Humanismo* (Academia de Administração de Moscou, 18.06.92).

Na sexta carta se expõe as idéias do humanismo contemporâneo. A condensação conceitual.deste escrito faz recordar certas produções políticas e culturais das quais temos exemplos nos "manifestos" da metade dos séculos XIX e XX, como acontece com o *Manifesto Comunista* e o *Manifesto Surrealist*a. O uso da palavra "Documento" em lugar de "manifesto" deve-se a uma cuidadosa escolha para pôr-se à distância do naturalismo expressado no *Humanist Manifesto* de 1933, inspirado por Dewey e também do social liberalismo do *Humanist Manifesto II* de 1974, subscrito por Sakharov e fortemente impregnado com o pensamento de Lamont. Mesmo reconhecendo coincidências com este segundo manifesto no que diz respeito à necessidade de uma planificação econômica e ecológica que não destrua as liberdades pessoais, as diferenças enquanto à visão política e concepção do ser humano são radicais. Esta carta, extremamente breve com relação à quantidade de temas que trata, exige algumas considerações. O autor reconhece a contribuição de distintas culturas na trajetória do humanismo, como se observa claramente no pensamento judaico, árabe e oriental. Nesse sentido, não se pode limitar o Documento à tradição "ciceroniana", como

frequentemente tem acontecido com os humanistas ocidentais. Em seu reconhecimento ao "humanismo histórico", o autor resgata temas já expressados no século XII. Refiro-me aos poetas goliardos que, como Hugo de Orleans e Pedro de Blois, terminaram compondo o célebre *In terra sumu*s, do *Codex Buranus* (o códice de Beuern, conhecido em latim como *Carmina Burana*) . Silo não os cita diretamente, mas volta-se sobre suas palavras. "Eis a grande verdade universal: o dinheiro é tudo. O dinheiro é governo, é lei, é poder. É, basicamente, subsistência. Mas, além disso, é a Arte, a Filosofia e a Religião. Nada se faz sem dinheiro. Não há relações pessoais sem dinheiro. Não há intimidade sem dinheiro e até mesmo a solidão do repouso depende do dinheiro". Como não reconhecer a reflexão do *In terra sumu*s, *"mantém o abade o Dinheiro em sua cela prisioneir*o", quando se diz: "... e até mesmo a solidão do repouso depende do dinheiro". Ou melhor, *"O Dinheiro honra recebe e sem ele ninguém é amad*o", e aqui: "Não há relações pessoais sem dinheiro. Não há intimidade sem dinheiro". A generalização do poeta goliardo: *"O Dinheiro, e isto é certo, faz com que o bobo pareça eloquent*e", aparece na carta como: "Mas, além disso, é a Arte, a Filosofia e a Religião". E sobre esta última, no poema se diz: *"O Dinheiro é adorado porque faz milagres... faz ouvir o surdo e saltar o coxo* ", etc. Nesse poema do *Codex Buranu*s, que Silo dá por conhecido, ficam implícitos os antecedentes que logo vão inspirar os humanistas do século XVI, particularmente Erasmo e Rabelais.

A carta que estamos comentando apresenta o ideário do humanismo contemporâneo, mas para dar uma idéia mais acabada do tema, nada melhor que citar aqui alguns parágrafos que o autor expôs em sua conferência *Visão Atual do Humanismo* (Universidade Autônoma de Madri, 16.04.93). "...Duas são as concepções atribuidas à palavra "Humanismo". Fala-se de "Humanismo" para indicar qualquer tendência de pensamento que afirme o valor e a dignidade do ser humano. Com este significado, pode-se interpretar o Humanismo dos modos mais diversos e contrastantes. Em seu significado mais limitado, mas colocando-o numa perspectiva histórica precisa, o conceito de Humanismo é usado para indicar esse processo de transformação que se iniciou entre finais do século XIV e começo do século XV e que, no século seguinte, com o nome de "Renascimento", dominou a vida intelectual da Europa. Basta mencionar Erasmo, Giordano Bruno, Galileu, Nicolás de Cusa, Thomas Morus, Juan Vives e Bouillé para compreender

a diversidade e extensão do humanismo histórico. Sua influência se estendeu a todo o século XVII e grande parte do século XVIII, desembocando nas revoluções que abriram as portas da Idade Contemporânea. Esta corrente pareceu apagar-se lentamente até que, em meados deste século, pôs em andamento, novamente, o debate entre pensadores e preocupados pelas questões sociais e políticas. Os aspectos fundamentais do humanismo histórico foram, aproximadamente, os seguintes: 1. A reação contra o modo de vida e os valores medievais. Assim começou um forte reconhecimento de outras culturas, particularmente da greco-romana na arte, na ciência e na filosofia. 2. A proposta de uma nova imagem do ser humano, na qual se exalta sua personalidade e sua ação transformadora. 3.Uma nova atitude a respeito da natureza, a qual se aceita como ambiente do homem e não mais como um submundo cheio de tentações e castigos. 4.O interesse pela expermentação e investigação.do mundo circundante, como uma tendência a buscar explicações naturais sem necessidade de referências ao sobrenatural. Estes quatro aspectos do humanismo histórico convergem para um mesmo objetivo: fazer surgir a confiança no ser humano e em sua criatividade e considerar o mundo como reino do homem, reino que este pode dominar mediante o conhecimento das ciências. A partir desta nova perspectiva se expressa a necessidade de construir uma nova visão do universo e da história. Da mesma maneira, as novas concepções do movimento humanista levam à reconsideração da questão religiosa, tanto em suas estruturas dogmáticas e litúrgicas , como nas organizativas que, aleatoriamente, impregnam as estruturas sociais da Idade Média. O Humanismo, em correlato com a modificação das forças econômicas e sociais da época, representa um revolucionarismo cada vez mais consciente e cada vez mais orientado em direção à discussão da ordem estabelecida. Mas a Reforma no mundo alemão e anglo-saxão e a Contrareforma no mundo latino freiam as novas idéias, outra vez propondo autoritariamente a visão cristã tradicional. A crise passa da Igreja às estruturas estatais. Finalmente, o império e a monarquia por direito divino são eliminados graças às revoluções do final do século XVIII e XIX. Mas, logo após a Revolução Francesa e as guerras de independência americanas, o Humanismo havia praticamente desaparecido, apesar de continuar como pano de fundo social de ideais e aspirações que alentam transformações econômicas, políticas e

científicas. O Humanismo retrocedeu frente a concepções e práticas que se instalaram até o fim do Colonialismo, da Segunda Guerra Mundial e do alinhamento bilateral do planeta. Nesta situação, reabre-se o debate sobre o significado do ser humano e da natureza, sobre a justificação das estruturas econômicas e políticas, sobre a orientação da Ciência e da tecnologia e, em geral, sobre a direção dos acontecimentos históricos. São os filósofos da Existência os que dão os primeiros sinais: Heidegger para desqualificar o Humanismo como uma metafísica a mais (em sua *Carta sobre o Humanism*o); Sartre para defendê-lo (em sua conferência *O Existencialismo é um Humanism*o); Luypen para precisar o marco teórico (em *A Fenomenologia é um Humanism*o). Por outro lado, Althusser para levantar uma postura Anti-humanista (em *Pour Mar*x) e Maritain para apropriar-se de sua antítese desde o Cristianismo (em seu *Humanismo Integra*l), fazem alguns esforços meritórios. Após este longo caminho percorrido e as últimas discussões no campo das idéias, fica claro que o Humanismo deve definir sua posição atual, não somente enquanto concepção teórica, mas também enquanto atividade prática e social. O estado da questão humanista deve ser proposto hoje com referência a condições na qual o ser humano vive. Tais condições não são abstratas. Portanto, não é legítimo derivar o Humanismo de uma teoria sobre a Natureza ou uma teoria sobre a História ou uma fé sobre Deus. A condição humana é tal que o encontro imediato com a dor e com a necessidade de superá-la é inevitável. Tal condição, comum a tantas outras espécies, encontra na humana a necessidade adicional de prever a futuro como superar a dor e alcançar o prazer. Sua previsão a futuro se apóia na experiência passada e na intenção de melhorar sua situação atual. Seu trabalho, acumulado em produções sociais, passa e se transforma de geração em geração, em contínua luta para superar as condições naturais e sociais em que vive. Por isso, **o Humanismo define o ser humano como ser histórico e com um modo de ação social capaz de transformar o mundo e sua própria natureza. Este ponto é de importância capital porque, ao aceitá-lo, não se poderá depois afirmar um direito natural ou uma propriedade natural ou instituições naturais ou, em um última instância, um tipo de ser humano a futuro tal qual é hoje, como se estivesse acabado para sempre** relação do homem com a Natureza adquire novamente importância. Ao retomá-lo, descobrimos esse histórico que desenvolve sua experiência pessoal numa paisagem social, numa paisagem humana..outros seres humanos. Estamos dizendo que alguns homens naturalizam outros ao negar sua intenção, convertendo-os em objeto de uso. Assim, a tragédia de estar submetido a condições físicas naturais impulsiona o trabalho social e a ciência rumo a novas realizações que superem tais condições, mas a tragédia de estar submetido a condições sociais de desigualdades e injustiça impulsiona o ser humano à rebelião contra essa situação na qual se reconhece, não o jogo de forças cegas, mas o jogo de outras intenções humanas. Essas intenções humanas que discriminam uns e outros são questionadas num campo muito diferente ao da tragédia natural, na qual não existe uma intenção. Por isso é que sempre existe em toda discriminação um monstruoso esforço para estabelecer que as diferenças entre os seres humanos se devem à natureza, seja ela física ou social, mas que estabelece seu jogo de forças sem que a intenção intervenha. São feitas diferenças raciais, sexuais e econômicas, justificando-as com leis genéticas ou de mercado, mas em todos os casos, lançando mão da distorção, da falsidade e da má fé. **As duas idéias básicas expostas anteriormante - em primeiro lugar, a da condição humana submetida à dor com seu impulso de superá-la e, em segundo lugar, a definição do ser humano histórico e social – centram o estado da questão para os humanistas de hoj**e. No documento fundacional do Movimento Humanista, se declara que passaremos da pré-história para a verdadeira história humana quando seja eliminada a violenta apropriação animal de uns seres humanos por outros. Enquanto isso, não se poderá partir de outro valor central que não o do ser humano pleno em suas realizações e em sua liberdade. A proclamação : "Nada acima do ser humano e nenhum ser humano abaixo do outro" sintetiza tudo isso. Se se coloca como valor central Deus, o Estado, o Dinheiro ou qualquer outra entidade, se subordina o ser humano, criando condições para seu posterior controle ou sacrifício. Os humanistas têm claro este ponto. Os humanistas são ateus ou crentes, mas não partem de seu ateísmo ou de sua fé para fundamentar sua visão do mundo e sua ação; partem do ser humano e de suas necessidades imediatas. Os humanistas enfatizam o problema básico: saber se se quer viver e decidir em que condições fazê-lo. Todas as formas de violência física, econômica, racial, religiosa, sexual e ideológica, graças às quais se tem travado o progresso humano, causam repugnância aos humanistas. Toda forma de discriminação, manifesta ou encoberta, é motivo de denúncia para os humanistas. Assim está traçada a linha divisória entre o

Humanismo e o Anti-humanismo. O Humanismo põe como prioritária a questão do trabalho frente ao grande capital; a questão da democracia real frente à democracia formal; a questão da descentralização frente à centralização; a questão da anti-discriminação frente à discriminação; a questão da liberdade frente à opressão; a questão do sentido da vida frente à resignação, à cumplicidade e ao absurdo. O Humanismo possui uma ética verdadeira porque crê na liberdade de escolha; distingue entre o erro e a má fé porque crê na intenção. Deste modo, os humanistas fixam posições. Não se sentem vindos do nada, senão tributários de um longo processo e esforço coletivo. Se comprometem com o momento atual e propõem uma longa luta em direção ao futuro. Afirmam a diversidade, em franca oposição à regimentação que até agora tem sido imposta e sustentada com explicações de que o diverso põe em dialética os elementos de um sistema, de maneira que, ao respeitar-se toda particularidade, dá-se via livre a forças centrífugas e desintegradoras. Os humanistas pensam o oposto e destacam que, precisamente neste momento, o avassalamento da diversidade leva à explosão das estruturas rígidas. Por isto é que **enfatizamos na direção convergente, na intenção convergente e nos opomos à idéia e à prática da eliminação de supostas condições dialéticas em um conjunto dad**o." Aqui termina a citação da conferência de Silo.

A décima e última carta estabelece os limites da desestruturação e destaca três campos, entre tantos outros possíveis, nos quais esse fenômeno ganha especial importância: o político, o religioso e o geracional, advertindo sobre o surgimento de neoirracionalismos fascistas, autoritários e violentos. Para ilustrar o tema da compreensão global e da aplicação da ação ao ponto mínimo do "meio imediato", o autor dá esse fenomenal salto de escala no qual nos encontramos com o "vizinho", o companheiro de trabalho, o amigo... Fica clara a proposta na qual todo militante deve esquecer-se do espelhismo do poder.político superestrutural porque esse poder está fadado à morte nas mãos da desestruturação. De nada valerá a futuro o Presidente, o Primeiro Ministro, o Senador, o Deputado. Os partidos políticos, grêmios e sindicatos se afastarão gradualmente de suas bases humanas. O Estado sofrerá mil transformações e somente as grandes corporações e o capital financeiro internacional concentrarão a capacidade decisória mundial até que sobrevenha o colapso do Paraestado. Que poderia valer uma militância que se ocupasse das cascas vazias da democracia formal? Decididamente, a ação deve propor-se no meio mínimo imediato e, somente a partir daí, em base ao conflito concreto, deve-se construir a representatividade real. Mas os problemas existenciais da base social não se expressam exclusivamente como dificuldades econômicas e políticas, por isso um partido que leve adiante o ideário humanista e que instrumentalmente ocupe espaços parlamentares tem significado institucional, mas não pode dar resposta às necessidades das pessoas. O novo poder se construirá desde a base social como um Movimento amplo, descentralizado e federativo. A pergunta que todo militante deve se fazer não é "quem será o primeiro ministro ou deputado?", senão "como formaremos nossos centros de comunicação direta, nossas redes de conselhos vicinais, como daremos participação a todas as organizações mínimas de base nas quais se expressa o trabalho, o esporte, a arte, a cultura e a religiosidade popular?" Esse Movimento não pode ser pensado em termos políticos formais, senão em termos de diversidade convergente. Tampouco deve-se conceber o crescimento desse Movimento dentro dos moldes de um gradualismo que vai ganhando progressivamente espaço e estratos sociais. Deve-se propor em termos de "efeito demonstração" típico de uma sociedade planetária multiconectada apta para reproduzir e adaptar o êxito de um modelo em coletividades distantes e diferentes entre si. Esta última carta, em suma, esboça um tipo de organização mínima e uma estratégia de ação de acordo com a situação atual.

Detive-me somente nas cartas quatro, seis e dez. Creio que diferentemente das restantes, estas requerem alguma recomendação, alguma citação e algum comentário complementar.

J. Valinsky

Primeira Carta aos meus Amigos.

Estimados amigos:

Há algum tempo recebo correspondência de distintos países pedindo explicação ou ampliações sobre temas que aparecem em meus livros. Em geral, pede-se esclarecimento sobre assuntos tão concretos como a violência, a política, a economia, a ecologia, as relações sociais e as interpessoais.Como se vê, as preocupações são muitas e diversas e é claro que nestes campos os especialistas terão que ser os que dêem resposta, e certamente este não é meu caso.

Até onde seja possível, tratarei de não repetir o já escrito em outros lugares e, tomara, possa esboçar em poucas linhas a situação geral em que vivemos e as tendências mais imediatas que se perfilam. Em outras épocas seria tomado como fio condutor deste tipo de descrição uma certa idéia de "mal estar da cultura", porém hoje, diferentemente, falaremos da veloz mudança que está se produzindo nas economias, nos costumes, nas ideologias e nas crenças, tratando de detectar uma certa desorientação que parece asfixiar os indivíduos e os povos.

Antes de entrar no tema, gostaria de fazer duas advertências: uma referida ao mundo que se foi e que parece ser considerado neste escrito com uma certa nostalgia, e outra que aponta ao modo de expor, no qual poderia ver-se uma total ausência de matizes, levando as coisas a um primitivismo expositivo que na realidade não adotam aqueles que criticamos. Direi que, acreditando na evolução humana, não estamos deprimidos pelas mudanças, senão que, pelo contrário, desejamos um incremento na aceleração dos acontecimentos, enquanto tratamos de adaptar-nos crescentemente aos novos tempos. Quanto ao modo de expressar a argumentação dos defensores da "Nova Ordem" posso comentar o seguinte: ao falar deles não tem deixado de ressoar em mim os acordes daquelas diametrais ficções literárias, *1984* de Orwell e *Admirável Mundo Novo* de Huxley. Estes magníficos escritores profetizaram um mundo futuro em que, por meios violentos ou persuasivos, o ser humano terminava submergido e robotizado. Creio que ambos atribuíram demasiada inteligência aos "maus" e demasiada estupidez aos "bons" de seus romances, movidos talvez por um pessimismo de fundo que não vem ao caso interpretar agora. Os "maus" de hoje são pessoas com muitos problemas e uma grande avidez, porém, de qualquer forma, incompetentes para orientar processos históricos que claramente escapam a sua vontade e capacidade de planificação. Em geral, trata-se de gente pouco estudiosa e de técnicos a seu serviço que dispõem de recursos parcelados e pateticamente insuficientes. Assim, pedirei que não levem muito a sério alguns parágrafos, nos quais, na realidade, nos divertimos colocando em suas bocas palavras que não dizem, ainda que suas intenções vão nesta direção. Creio que devemos considerar estas coisas fora de toda solenidade (própria da época que morre) e, pelo contrário, colocá-las com o bom humor e o espírito de brincadeira que campeiam nas cartas intercambiadas pelas pessoas verdadeiramente amigas.

1. A situação atual

Desde o começo de sua história a humanidade evolui, trabalhando para obter uma vida melhor. Apesar dos avanços, hoje se utiliza o poder e a força econômica e tecnológica para assassinar, empobrecer e oprimir em vastas regiões do mundo, destruindo, além disto, o futuro das novas gerações e o equilíbrio geral da vida no planeta. Uma pequena porcentagem da humanidade possui grandes riquezas, enquanto a maioria padece sérias necessidades. Em alguns lugares há trabalho e remuneração suficientes, porém, em outros a situação é desastrosa. Em todas as partes os setores mais humildes sofrem horrores para não morrer de fome. Hoje, minimamente, e pelo simples fato de ter nascido em um meio social, todo ser humano requer adequada alimentação, sanidade, moradia, educação, vestuário, serviços... e, chegando a certa idade, necessita assegurar seu futuro pelo tempo de vida que lhe resta. Com todo o direito as pessoas querem isto para elas e seus filhos, ambicionando que estes possam viver melhor. No entanto, estas aspirações de bilhões de pessoas hoje não são satisfeitas.

2. A alternativa de um mundo melhor

Para moderar os problemas comentados, têm sido feitos diferentes experimentos econômicos com distintos resultados. Atualmente, a tendência é aplicar um sistema em que supostas leis de mercado regularão automaticamente o progresso social, superando o desastre produzido pelas anteriores economias dirigistas. Segundo este esquema, as guerras, a violência, a opressão, a desigualdade, a pobreza e a

ignorância irão retrocedendo sem produzir maiores sobressaltos. Os países se integrarão em mercados regionais até chegar a uma sociedade mundial sem barreiras de nenhum tipo.
E assim como os setores mais pobres dos pontos desenvolvidos irão elevando seu nível de vida, as regiões menos avançadas receberão a influência do progresso. A maioria se adaptará ao novo esquema que técnicos capacitados ou homens de negócios estarão em condições de colocar em andamento. Se algo falha, não será pelas naturais leis econômicas, mas por deficiências destes especialistas que, como acontece em uma empresa, terão que ser substituídos todas as vezes que for necessário. Por outro lado, nesta sociedade "livre" será o público quem decidirá democraticamente entre diferentes opções de um mesmo sistema.

3. A evolução social

Dada a situação atual e a alternativa que se apresenta para a obtenção de um mundo melhor, cabe refletir brevemente sobre essa possibilidade. Com efeito, têm sido realizadas numerosas tentativas econômicas que têm dado diferentes resultados; e frente a eles se diz que o novo experimento é a única solução para os problemas fundamentais. No entanto, não conseguimos compreender alguns aspectos dessa proposta. Em primeiro lugar, aparece o tema das lei econômicas. Ao que parece, existiriam certos mecanismos, como na ntureza, que, ao atuar livremente, regulariam a evolução social. Temos dificuldade para aceitar que qualquer processo humano e, consequentemente, o processo econômico, sejam da mesma ordem que os fenômenos naturais. Cremos, pelo contrário, que as atividades humanas não são naturais, são intencionais, sociais e históricas, fenômenos estes que não existem nem na natureza em geral, nem nas espécies animais. Tratando-se pois de intenções e de interesses, também não temos porque supor que os setores que detêm o bem-estar estejam preocupados em superar as dificuldades de outros menos favorecidos. Em segundo lugar, a explicação que se dá a respeito de que sempre houve grandes diferenças econômicas entre uns poucos e as maiorias e que, não obstante isto, as sociedades têm progredido, nos parece insuficiente. A História nos ensina que os povos avançaram reinvindicando seus direitos frente aos poderes estabelecidos. O progresso social não se produziu porque a riqueza acumulada por um setor depois tenha transbordado automaticamente "para baixo". Em terceiro lugar, apresentar como modelo determinados países que, operando com essa suposta economia livre, hoje têm um bom nível de vida, parece um excesso. Estes países realizaram guerras de expansão sobre outros, impuseram o colonialismo, o neo-colonialismo e a divisão de nações e regiões; arrecadaram com base na discriminação e violência e, finalmente, absorveram mão-de-obra barata, ao mesmo tempo em que impuseram acordos de intercâmbio desfavoráveis para as economias mais débeis. Pode-se argumentar que aqueles eram os procedimentos que se entendiam como "bons negócios". Porém, se se afirma isto, não se pode sustentar que o desenvolvimento comentado seja independente de um tipo especial de relação com outros povos. Em quarto lugar, nos falam do avanço científico e técnico e da iniciativa que se desenvolve numa economia "livre". No que diz respeito ao avanço científico e técnico, há que saber que este opera desde que o homem inventou a clava, a alavanca, o fogo e assim seguindo, numa acumulação histórica, que não parece ter se preocupado muito com as leis de mercado. Se, no entanto, se quer dizer que as economias abundantes sugam talentos, pagam equipamento e pesquisa e que, por último, são motivadoras de uma melhor remuneração, diremos que isto é assim desde épocas milenares e que tampouco se deve a um tipo especial de economia, mas, simplesmente, a que nesse lugar existem recursos suficientes, independentemente da origem de tal potencialidade econômica. Em quinto lugar, fica o expediente de explicar o progresso destas comunidades pelo intangível "dom" natural de especiais talentos, virtudes cívicas, trabalho, organização e coisas semelhantes. Este já não é um argumento, mas uma declaração devocional na qual se escamoteia a realidade social e histórica que explica como se tem formado esses povos.
Certamente, temos pouco conhecimento para compreender como, com semelhantes antecedentes históricos, este esquema poderá se sustentar no futuro imediato, mas, isto faz parte de outra discussão, a discussão sobre se existe realmente tal economia livre de mercado, ou se se trata de protecionismos e dirigismos encobertos que abrem determinadas válvulas onde se sentem dominando uma situação e fecham outras, em caso contrário. Se isto é assim, tudo o que se acrescente como uma promessa de avanço ficará reservado só à explosão e difusão da ciência e da tecnologia, independentemente do suposto automatismo das leis econômicas.

4. Os futuros experimentos

Como tem acontecido até hoje, quando for necessário se substituirá o esquema vigente por outro que "corrija" os defeitos do modelo anterior. Deste modo e, passo a passo, a riqueza continuará se concentrando nas mãos de uma minoria cada vez mais poderosa. É claro que a evolução não se deterá, nem tampouco as legítimas aspirações dos povos. Assim, em pouco tempo, serão varridas as últimas ingenuidades que asseguram o fim das ideologias, das confrontações, das guerras, das crises econômicas e das desordens sociais. Certamente, tanto as soluções quanto os conflitos se mundializarão porque já não restarão pontos desconectados entre si. Também há algo seguro: nem os esquemas atuais de dominação poderão sustentar-se, nem as fórmulas de luta vigentes até o dia de hoje.

5. A mudança e as relações entre as pessoas

Tanto a regionalização dos mercados quanto a reinvidicação regionalista e das etnias apontam para a desintegração do Estado nacional. A explosão demográfica nas regiões pobres leva a migração ao limite de controle. A grande família camponesa se desagrega deslocando a geração jovem em direção ao aglomeramento urbano. A família urbana industrial e pós-industrial se reduz ao mínimo, enquanto as macrocidades absorvem contingentes humanos formados em outras paisagens culturais. As crises econômicas e as reconversões dos modelos produtivos fazem com que a discriminação irrompa novamente. Entretanto, a aceleração tecnológica e a produção massiva deixam obsoletos os produtos no instante em que entram no circuito de consumo. A substituição de objetos corresponde à instabilidade e ao deslocamento na relação humana. A antiga solidariedade, herdeira do que em algum momento se chamou "fraternidade", terminou perdendo seu significado. Os companheiros de trabalho, de estudo, de esporte e as amizades de outras épocas tomam o caráter de competidores; os parceiros da relação a dois lutam pelo domínio, calculando, desde o começo da relação, qual será a quota de benefício ao manterem-se unidos, ou qual será a quota ao separarem-se. Nunca antes o mundo esteve com tantos meios de comunicação, no entanto os indivíduos padecem cada dia mais de uma angustiosa incomunicação. Nunca os centros urbanos estiveram tão povoados, no entanto as pessoas falam de "solidão".Nunca as pessoas necessitaram mais que agora de calor humano, no entanto qualquer aproximação converte em suspeitas a amabilidade e a ajuda. Assim têm deixado a nossa pobre gente: fazendo todo infeliz crer que tem algo importante a perder e que este "algo" intangível é cobiçado pelo resto da humanidade! Nessas condições é possível contar-lhe este conto como se se tratasse da mais autêntica realidade...

6. Um conto para aspirantes a executivos

"A sociedade que está sendo colocada em marcha trará finalmente a abundância. Porém, além dos grandes benefícios objetivos, ocorrerá uma liberação subjetiva da humanidade. A antiga solidariedade, própria da pobreza, não será necessária. Muitos já concordam que com dinheiro, ou algo equivalente, se solucionarão quase todos os problemas; assim, os esforços, pensamentos e sonhos estarão lançados nessa direção. Com o dinheiro se comprará boa comida, boa moradia, viagens, diversões, brinquedos tecnológicos e pessoas que façam o que se queira. Haverá um amor eficiente, uma arte eficiente e psicólogos eficientes que resolverão os problemas pessoais que pudessem ainda existir, e que, mais adiante, terminarão de ser resolvidos pela nova química cerebral e pela engenharia genética. Nessa sociedade de abundância diminuirá o suicídio, o alcoolismo, a droga, a insegurança urbana e a delinqüência, como hoje já mostram os países economicamente mais desenvolvidos (?).

Também desaparecerá a discriminação e aumentará a comunicação entre as pessoas. Ninguém estará pressionado a pensar desnecessariamente no sentido da vida, na solidão, na enfermidade, na velhice e na morte porque com cursos adequados e alguma ajuda terapêutica, se conseguirá bloquear esses reflexos que tanto têm detido o rendimento e a eficiência das sociedades. Todos confiarão em todos porque a competição no trabalho, no estudo, na relação a dois terminará por estabelecer relações maduras. Finalmente, as ideologias terão desaparecido e já não serão utilizadas para lavagem cerebral das pessoas. Certamente, ninguém impedirá o protesto ou o inconformismo com temas menores, sempre que para se expressar sejam pagos os canais adequados. Sem confundir liberdade com libertinagem, os cidadãos se reunirão em números pequenos (por razões sanitárias) e poderão expressar-se em lugares abertos (sem perturbar com sons contaminantes ou com publicidade que enfeie o "município", ou como se chame mais adiante).

Porém, o mais extraordinário ocorrerá quando já não se precise do controle policial, uma vez que cada cidadão será alguém decidido que protegerá os demais das mentiras que algum terrorista ideológico possa tentar inculcar. Esses defensores terão tanta responsabilidade social que irão rapidamente aos meios de comunicação, nos quais encontrarão imediata acolhida para alertar a população; escreverão brilhantes estudos que serão publicados imediatamente e organizarão fóruns nos quais formadores de opinião de grande cultura esclarecerão a algum desprevenido, que ainda pudesse estar a mercê das forças obscuras do dirigismo econômico, do autoritarismo, da antidemocracia e do fanatismo religioso. Nem sequer será necessário perseguir os perturbadores porque com um sistema de difusão tão eficiente ninguém desejará aproximar-se deles para não se contaminar. No pior dos casos, serão "desprogramados" com eficácia e eles agradecerão publicamente sua reinserção e o benefício que lhes produzirá reconhecer as bondades da liberdade. Por sua vez, aqueles esforçados defensores, se é que não foram enviados especificamente para cumprir essa importante missão, serão pessoas comuns que assim poderão sair. do anonimato, ser reconhecidas socialmente por sua qualidade moral, dar autógrafos e, logicamente, receber uma merecida retribuição.

A Companhia será a grande família que favorecerá a capacitação, as relações e o lazer. A robótica terá suplantado o esforço físico de outras épocas e trabalhar para a Companhia na própria casa será uma verdadeira realização pessoal.

Assim, a sociedade não necessitará de organizações que não estejam incluídas na Companhia. O ser humano, que tanto tem lutado pelo seu bem estar, finalmente, terá chegado aos céus. Saltando de planeta em planeta terá descoberto a felicidade. Instalado ali, será um jovem competitivo, sedutor, aquisitivo, triunfador e pragmático (sobretudo pragmático)... executivo da Companhia!"

7. A mudança humana

O mundo está mudando em grande velocidade e muitas coisas nas quais há pouco tempo se acreditava cegamente, já não podem sustentar-se. A aceleração está gerando instabilidade e desorientação em todas as sociedades, sejam estas pobres ou opulentas. Nesta mudança de situação, tanto as direções tradicionais e seus "formadores de opinião", como os antigos lutadores políticos e sociais, deixam de ser referência para as pessoas. No entanto, está nascendo uma sensibilidade correspondente aos novos tempos. É uma sensibilidade que capta o mundo como uma globalidade e adverte que as dificuldades das pessoas em qualquer lugar terminam implicando outras ainda que se encontrem a muita distância. As comunicações, o intercâmbio de bens e o veloz deslocamento de grandes contingentes humanos de um ponto a outro, mostram este processo de mundialização crescente. Também estão surgindo novos critérios de ação ao compreender-se a globalidade de muitos problemas, advertindo-se que a tarefa daqueles que querem um mundo melhor será efetiva sempre que cresça desde o meio no qual se tem alguma influência. Diferentemente de outras épocas cheias de frases vazias com as quais se buscava reconhecimento externo, hoje se começa a valorizar o trabalho humilde e sentido, mediante o qual não se pretende engrandecer a própria figura, senão mudar a si mesmo e ajudar a mudar o meio imediato familiar, do trabalho e da relação. Os que realmente valorizam as pessoas não depreciam esta tarefa silenciosa, no entanto incompreensível para qualquer oportunista formado na antiga paisagem dos líderes e da massa, paisagem onde ele aprendeu a usar outros para ser lançado ao ápice social. Quando alguém comprova que o individualismo esquizofrênico já não tem saída e comunica abertamente a todos seus conhecidos o que pensa e o que faz, sem o ridículo temor de não ser compreendido; quando se aproxima de outros; quando se interessa por cada um e não por uma massa anônima; quando promove o intercâmbio de idéias e a realização de trabalhos em conjunto; quando claramente expõe a necessidade de multiplicar esta tarefa de reconexão num tecido social destruído por outros; quando sente que mesmo a pessoa mais "insignificante" é de qualidade humana superior a qualquer desalmado colocado no topo da conjuntura da época... Quando ocorre tudo isto é porque no interior deste alguém começa a falar novamente o Destino que tem movido os povos em sua melhor direção evolutiva, esse Destino tantas vezes torcido e tantas vezes esquecido, mas reencontrado sempre nos recantos da história. Não somente se vislumbra uma nova sensibilidade, um novo modo de ação mas, além disso, uma nova atitude moral e uma nova disposição tática frente à vida. Se me apressassem a precisar o enunciado acima, diria que as pessoas, ainda que isto se tenha repetido já há três milênios, hoje experimentam como algo novo a necessidade e a verdade moral de tratar os demais como querem ser tratadas. Acrescentaria que, quase como leis gerais de

comportamento, hoje se aspira a: 1.- uma certa proporção, tratando de ordenar as coisas importantes da vida, levando-as em conjunto e evitando que algumas se adiantem e outras se atrasem excessivamente; 2.- uma certa adaptação crescente, atuando a favor da evolução (não simplesmente da curta conjuntura) e não cooperando com as distintas formas de involução humana; 3.-.uma certa oportunidade, retrocedendo ante uma grande força (não ante qualquer incoveniente) e avançando no seu declínio; 4.- uma certa coerência, acumulando ações que dão a sensação de unidade e acordo consigo mesmo, descartando aquelas que produzem contradição e que se registra como desacordo entre o que se pensa, sente e faz. Não creio que seja o caso explicar porque digo que se está "sentindo a necessidade e a verdade moral de tratar os demais como se quer ser tratado", frente à objeção colocada pelo fato de que não se atua dessa forma neste momento. Tampouco creio que devo me estender em explicações sobre o que entendo por "evolução" ou por "adaptação crescente" e não simplesmente por adaptação de permanência. Quanto aos parâmetros do retroceder ou avançar frente a grandes ou declinantes forças, sem dúvida, teríamos que contar com indicadores precisos que não mencionei.

Por último, acumular ações unitivas frente a situações contraditórias imediatas em que vivemos ou, em sentido oposto, descartar a contradição, evidentemente aparece como uma dificuldade. Isso é certo, mas, se se revisa o comentado mais acima, se verá que temos mencionado todas estas coisas dentro do contexto de um tipo de comportamento que hoje começa a aspirar-se, bastante diferente do que se pretendia em outras épocas.

Tratei de apontar algumas características especiais que estão se apresentando, correspondentes a uma nova sensibilidade, uma nova forma de ação interpessoal e um novo tipo de comportamento pessoal que, a meu ver, tem sobrepassado a simples crítica de situação. Sabemos que a crítica é sempre necessária, porém mais necessário é fazer algo diferente do que criticamos!

Recebam com esta um grande abraço.

SILO

21/02/91

SEGUNDA CARTA A MEUS AMIGOS

Estimados amigos:

Na carta anterior me referi à situação em que vivemos e as certas tendências que mostram os acontecimentos. Aproveitei para discutir algumas propostas que os defensores da economia de mercado anunciam como se tratasse de condições inevitáveis para todo progresso social. Também destaquei a crescente deterioração da solidariedade e a crise de referências que se verifica neste momento. Por último, esbocei algumas características positivas que começam a observar-se no que chamei "uma nova sensibilidade, uma nova atitude moral e uma nova disposição tática frente à vida".

Alguns de meus correspondentes me fizeram notar sua discordância com o tom da carta já que, conforme lhes pareceu, havia nela muitas coisas sérias para permitir-se ironizar. Mas não dramatizemos! É tão inconsistente o sistema de provas que contribui a ideologia do neoliberalismo, da economia social de mercado e da Nova Ordem Mundial que a coisa não é tão séria para franzir a testa. O que quero dizer é que tal ideologia está morta em seus fundamentos a muito tempo e que logo virá a crise prática, de superfície, que é a que finalmente percebem quem confunde significado com expressão; conteúdo com forma; processo com conjuntura. Do mesmo modo que as ideologias do fascismo e do socialismo real haviam morrido muito tempo antes que se produzira seu grande dano prático posterior, o desastre do atual sistema surpreenderá aos bem-pensantes somente mais tarde. Não tem isto muito de ridículo? É como ver muitas vezes um filme muito ruim. Depois de tanta repetição nos dedicamos a procurar detalhes nas paredes de cenário, nas maquiagens dos atores e nas tomadas de efeito, enquanto do nosso lado uma senhora se emociona pelo que vê pela primeira vez e que, para ela, é a própria realidade. Assim é que, em meu desencargo, digo que não zombei da enorme tragédia que significa a imposição deste sistema, mas sim, de suas monstruosas pretensões e seu grotesco final, final que já presenciamos em muitos casos anteriores.

Também recebi correspondência solicitando maior precisão na definição de atitudes que se deveria assumir frente ao processo de mudança atual. Sobre isto acredito que será melhor tratar de entender as posições que tomam distintos grupos e pessoas isoladas antes de fazer recomendações de qualquer tipo. Limitarei-me pois a apresentar as posturas mais populares dando minha opinião nos casos que me pareçam de maior interesse.

1. Algumas posturas frente ao processo de mudança atual

No lento progresso da humanidade foram-se acumulando fatores, até o momento atual, em que a velocidade de mudança tecnológica e econômica não coincide com a velocidade de mudança nas estruturas sociais e no comportamento humano. Esta defasagem tende a incrementar-se e a gerar crises progressivas. Tal problema é encarado desde distintos pontos de vista. Existem aquele que supõe que o desencaixe se regulará automaticamente e, portanto, recomendam não tratar de orientar esse processo que, além disso, seria impossível dirigir. Trata-se de uma tese mecanicista otimista. Existem outros que, supõem que, se caminha a um ponto de explosão irremediável. É o caso dos mecanicistas pessimistas. Também aparecem as correntes morais que pretendem deter a mudança e, na medida do possível, voltar para as supostas fontes reconfortantes. Elas representam uma atitude anti-histórica. Mas também os cínicos, os impassíveis e os epicuristas contemporâneos começam a elevar suas vozes. Uns, negando importância e sentido a toda ação; outros, confrontando os fatos com firmeza, ainda que tudo saia mal. Finalmente, os terceiros, tratando de tirar partido da situação e pensando simplesmente em seu hipotético bem-estar que estendem, no máximo, a seus filhos. Como nas épocas finais de civilizações passadas, muita gente assume atitudes de salvação individual, suponde que não tem sentido nem possibilidade de êxito qualquer tarefa que se empreenda em conjunto. Em todo caso, o conjunto tem utilidade para a especulação estritamente pessoal e por isso os líderes empresariais, culturais ou políticos precisam manipular e melhorar sua imagem fazendo-se confiáveis, fazendo com que outros acreditem que eles pensam e atuam em função dos demais. É claro que tal ocupação tem seus dissabores porque todo mundo conhece o truque e ninguém acredita em ninguém. Os antigos valores religiosos, patrióticos, culturais, políticos e corporativos ficam sujeitos ao dinheiro em um campo em que a solidariedade e, portanto, a oposição coletiva a esse esquema, acabam varridas ao mesmo tempo que o tecido social se decompõe

gradualmente. Logo sobrevirá outra etapa em que o individualismo extremista será superado... mas esse é um tema para mais adiante. Com nossa paisagem de formação nas costas e com nossas crenças em crise, não estamos em condições de admitir ainda, que se aproxima esse novo momento histórico. Hoje, detendo uma pequena parcela de poder ou dependendo absolutamente do poder de outros, todos nos encontramos afetados pelo individualismo, no qual claramente leva vantagem quem está melhor instalado no sistema.

2. O individualismo, a fragmentação social e a concentração de poder nas minorias

Mas o individualismo leva necessariamente à luta pela supremacia do mais forte e à busca do êxito a qualquer preço. Tal postura começou com uns poucos que respeitaram certas regras de jogo entre si frente à obediência dos muitos. De qualquer maneiras esta etapa se esgotará em um "todos contra todos" porque cedo ou tarde se desequilibrará o poder a favor do mais forte, e o restante, apoiando-se entre si ou em outras facções, terminará por desarticular tão frágil sistema. Mas, as minorias têm mudado com o desenvolvimento econômico e tecnológico, aperfeiçoando seus métodos a tal ponto que em alguns lugares em situação de abundância as grandes maiorias deslocam seu descontentamento para aspectos secundários da situação em que vivem. E se insinua que, ainda crescendo o nível de vida global, as massas postergadas se contentarão esperando uma melhor situação a futuro, porque já não parece que questionarão globalmente o sistema, a não ser a certos aspectos de urgência. Tudo isso mostra uma mudança importante no comportamento social. Se isto for assim, a militância pela mudança se verá progressivamente afetada e as antigas forças políticas e sociais ficarão vazias de propostas; se estenderá a fragmentação grupal e interpessoal, e o isolamento individual será medianamente suprido pelas estruturas produtoras de bens e lazer coletivo, concentradas sob uma mesma direção. Nesse mundo paradoxal se terminará de varrer com toda centralização e burocratismo rompendo-as antigas estruturas de direção e decisão, mas a chamada desregulamentação, descentralização, liberalização de mercados e de atividades será o campo mais adequado para que floresça uma concentração como nunca houve em nenhuma época anterior, porque a absorção do capital financeiro internacional seguirá crescendo em mãos de um setor cada vez mais poderoso. Paradoxo similar, sofrerá a classe política ao ter que proclamar os novos valores que farão o Estado perder o poder, com o qual seu protagonismo se verá cada vez mais comprometido. Por algum motivo, vão sendo substituídas, faz tempo, palavras como "governo" por outras como "administração", fazendo-se compreender aos "públicos" (não aos "povos") que um país é uma empresa.

Por outro lado, até que se consolide um poder imperial mundial, poderão ocorrer conflitos regionais como em outros momentos ocorreram entre países. Que tais confrontações se produzam no campo econômico ou se desloquem, à arena da guerra, em áreas restringidas; que como conseqüência ocorram transbordamentos incoerentes e massivos; que caiam governos completos e se terminem desintegrando países e zonas, em nada afetará o processo de concentração para o qual parece apontar este momento histórico. Regionalismos, luta inter-étnicas, migrações e crise sustentadas, não alterarão o quadro geral de concentração de poder. E quando a recessão e a desemprego afetarem também às populações dos países ricos, já haverá passado a etapa de liquidação liberal e começarão as políticas de controle, coação e emergência ao melhor estilo imperial... quem poderá falar então de economia de livre mercado e que importância terá sustentar posturas apoiadas no individualismo extremista?

Mas devo responder a outras inquietudes que chegaram a mim, com relação à caracterização da crise atual e suas tendências.

3. Características da crise

Comentaremos a crise do Estado nacional, a crise de regionalização e mundializacão, e a crise da sociedade, o grupo e o indivíduo.

No contexto de um processo de mundializacão crescente se acelera a informação e aumenta o deslocamento de pessoas e bens. A tecnologia e o poder econômico em crescimento, se concentram em empresas cada vez mais importantes. O mesmo fenômeno de aceleração no intercâmbio, choca-se com as limitações e a lentidão impostas por antigas estruturas como o Estado nacional. O resultado é que tendem a desaparecer as fronteiras nacionais dentro de cada região. Isto leva à necessidade de homogeneizar a legislação dos países, não somente em matéria de taxas alfandegárias e documentação pessoal, senão naquilo que se refere à adaptação de seus sistemas produtivos. O regime trabalhista e de segurança social,

seguem a mesma direção. Contínuos acordos entre esses países mostram que um parlamento, um sistema judicial e um executivo comum, darão maior eficácia e velocidade à gestão dessa região. A primitiva moeda nacional vai cedendo passo a um tipo de signo de intercâmbio regional que evita perdas e demoras em cada operação de conversão. A crise do Estado nacional é um fato observável não somente naqueles países que tendem a fazer parte de um mercado regional, senão, em outros cujas maltratadas economias mostram uma importante paralisação relativa. Em todas partes se elevam vozes contra as burocracias anquilosadas e se pede a reforma desses esquemas. Em pontos nos quais um país tenha se configurado como resultado recente de divisão e anexações, ou como federação artificial, se avivam antigos rancores e diferenças regionais, étnicas e religiosas. O Estado tradicional tem que fazer frente a essa situação centrífuga em meio de crescentes dificuldades econômicas que questionam precisamente sua eficácia e legitimidade. Fenômenos desse tipo tendem a crescer no centro da Europa, no Leste e nos Balcãs. Estas dificuldades também se aprofundam no Oriente Médio, Levante e Ásia Menor. Na África, em vários países delimitados artificialmente, começam a observá-los os mesmos sintomas. Acompanhando a essa decomposição começam as migrações de povos para as fronteiras colocando em perigo o equilíbrio zonal. Bastará que ocorra um importante desequilíbrio na China para que mais de uma região seja afetada diretamente pelo fenômeno, considerando, além disso, a instabilidade atual da antiga União Soviética e dos países asiáticos continentais.

Enquanto isso se configuraram centros econômico e tecnologicamente poderosos que assumem caráter regional: o Extremo Oriente liderado pelo Japão, Europa e Estados Unidos. A ascensão e influência dessas zonas mostram um aparente policentrismo, mas o desenvolvimento dos acontecimentos assinala que os Estados Unidos somam a seu poder tecnológico, econômico e político, sua força militar em condições de controlar as mais importantes áreas de abastecimento. No processo de mundializacão crescente, tende a levantar-se esta superpotência como reitora do processo atual, em acordo ou desacordo com os poderes regionais. Este é o significado final da Nova Ordem Mundial. Ao que parece, não chegou ainda a época da paz, ainda que se tenha dissipado, de momento, a ameaça de guerra mundial. Explosões regionais, étnicas e religiosas; transbordamentos sociais; migrações e conflitos bélicos em áreas restringidas, parecem ameaçar a suposta estabilidade atual. Por outro lado, as áreas postergadas se afastam cada vez mais do crescimento das zonas tecnológica e economicamente aceleradas e esta defasagem relativa agrega ao esquema dificuldades adicionais. O caso da América Latina é exemplar neste aspecto, porque ainda que a economia de vários de seus países experimente um crescimento importante nos próximos anos, a dependência em relação aos centros de poder se fará cada vez mais visível.

Enquanto cresce o poder regional e mundial das companhias multinacionais, e se concentra o capital financeiro internacional, os sistemas políticos perdem autonomia e a legislação se adeqüe aos ditames dos novos poderes. Numerosas instituições podem hoje ser supridas direta ou indiretamente pelos departamentos ou as fundações da Companhia que está em condições, em alguns pontos, de assistir ao nascimento, capacitação, emprego, matrimônio, lazer, informação, segurança social, aposentadoria e morte de seus empregados e seus filhos. O cidadão já pode, em certos lugares, evitar aqueles velhos trâmites burocráticos tendendo a mover-se com um cartão de crédito e, pouco a pouco, com uma moeda eletrônica em que constarão não somente seus gastos e depósitos, senão, todo tipo de antecedentes significativos e situação atual devidamente computada. Certamente que tudo isto já libera uns poucos de enlentecimentos e preocupações secundárias mas estas vantagens pessoais servirão também a um sistema de controle dissimulado. Ao lado do crescimento tecnológico e a aceleração do ritmo de vida a participação política diminui, o poder de decisão se torna remoto e cada vez mais intermediado. A família se reduz e se desintegra em casais cada vez mais móveis e cambiantes, a comunicação interpersonal se bloqueia, a amizade desaparece e a competição envenena todas as relações humanas ao ponto que desconfiando todos de todos, a sensação de insegurança já não se apoia no fato concreto do aumento da criminalidade, a não ser, sobretudo, em um estado de ânimo. Deve-se acrescentar que a solidariedade social, grupal e interpessoal desaparece velozmente, que a dependência de drogas e o alcoolismo fazem estragos, que o suicídio e a doença mental tendem a aumentar perigosamente. Certamente que, em toda parte, existe uma maioria saudável e moderada, porém os sintomas de tanto desencaixe não nos permitem, agora, falar de uma sociedade sã. A paisagem de formação das novas gerações conta com todos os elementos de crise que citamos ao passar, e não formam parte de sua vida somente sua capacitação técnica e profissional, as telenovelas, as recomendações dos formadores de opinião dos meios massivos,

as declamações sobre a perfeição do mundo em que vivemos ou, para a juventude mais favorecida, o lazer da motocicleta, as viagens, a roupa, o esporte, a música e os artefatos eletrônicos. Este problema da paisagem de formação nas novas gerações ameaça abrir enormes brechas entre grupos de distintas idades, colocando em evidência uma dialética generacional virulenta de grande profundidade e de enorme extensão geográfica. Está claro que se instalou no ápice da escala de valores o mito do dinheiro e a ele, crescentemente, subordina-se tudo. Um contingente importante da sociedade não quer ouvir nada daquilo que lhe recorde o envelhecimento e a morte, desqualificando todo tema que se relacione com o sentido e significado da vida. E nisto devemos reconhecer uma certa racionalidade, porque a reflexão sobre esses pontos não coincide com a escala de valores estabelecida no sistema. São graves muito os sintomas da crise para não vê-los e, no entanto, uns dirão que é o preço que tem que se pagar para existir no fim do século XX. Outros afirmarão que estamos entrando no melhor dos mundos. O transfundo que opera nessas afirmações está colocando pelo momento histórico no qual o esquema global de situação não entrou em crise, ainda que as crises particulares se propaguem por toda parte, porém à medida em que os sintomas da decomposição se acelerem, mudará juntamente a apreciação dos acontecimentos, porque se sentirá a necessidade de estabelecer novas prioridades e novos projetos de vida.

4. Os fatores positivos da mudança

O desenvolvimento científico e tecnológico não pode ser questionado pelo fato de que alguns avanços tenham sido ou sejam utilizados contra a vida e o bem-estar. Nos casos em que se questiona a tecnologia, deveria se fazer uma prévia reflexão a respeito das características do sistema que utiliza o avanço do saber com fins espúrios. O progresso na medicina, comunicações, robótica, engenharia genética e outros tantos campos, certamente pode ser aproveitado em direção destrutiva. O mesmo vale para à utilização da técnica na exploração irracional de recursos, poluição industrial, contaminação e deterioração ambiental. Porém, tudo isso denúncia o signo negativo que comanda a economia e os sistemas sociais. Assim, bem sabemos que hoje há condições de solucionar os problemas de alimentação de toda a humanidade e entretanto comprovamos diariamente que existe fome, desnutrição e padecimentos subhumanos, porque o sistema não está disposto a resolver esses problemas sacrificando seus lucros fabulosos em troca de uma melhora global do nível humano. Também advertimos que as tendências para as regionalizações e, finalmente, para a mundializacão estão sendo manipuladas por interesses particulares em detrimento dos grandes conjuntos. Porém, está claro que, ainda nessa distorção, se avança o processo em direção a uma nação humana universal. A mudança acelerada que se está apresentando no mundo leva a uma crise global do sistema e a um conseqüente reordenamento de fatores. Tudo isso será a condição necessária para obter uma estabilidade aceitável e um desenvolvimento harmônico do planeta. Por conseguinte, apesar das tragédias que podem ser previstas na decomposição deste sistema global atual, a espécie humana prevalecerá sobre todo interesse particular. Na compreensão da direção da história que começou com nossos antepassados homínideos radica nossa fé no futuro. Esta espécie que trabalhou e lutou durante milhões de anos para vencer a dor e o sofrimento não sucumbirá no absurdo. Por isso, é necessário compreender processos mais amplos do que simples conjunturas e apoiar tudo o que marcha em direção evolutiva ainda quando não se vejam seus resultados imediatos. O desencorajamento dos seres humanos valorosos e solidários atrasa o passo da história. Mas é difícil compreender esse sentido se a vida pessoal não se organizar e orienta também em direção positiva. Aqui não estão em jogo fatores mecânicos ou determinismos históricos, está em jogo a intenção humana que tende a superar todas as dificuldades.

Espero, meus amigos, passar a temas mais reconfortantes na próxima carta deixando de lado a observação de fatores negativos para esboçar propostas em conformidade com nossa fé em um futuro melhor para todos.

Recebam com esta, um grande abraço.

5 de dezembro de 1991

Terceira Carta aos meus Amigos

Estimados amigos:
Espero que a presente sirva para ordenar e simplificar minhas opiniões a respeito da situação atual. Também gostaria de considerar certos aspectos da relação entre os indivíduos, e entre eles e o meio social em que vivem.

1. A mudança e a crise

Nesta época de grande mudança, estão em crise os indivíduos, as instituições e a sociedade. A mudança será cada vez mais rápida e também as crises individuais, institucionais e sociais. Isto anuncia perturbações que talvez não sejam assimiladas por amplos setores humanos.

2. Desorientação

As transformações que estão ocorrendo tomam direções inesperadas, produzindo uma desorientação geral no que diz respeito ao futuro e ao que se deve fazer no presente. Na realidade, não é a mudança que nos perturba, já que nela observamos muitos aspectos positivos. O que nos inquieta é não saber em que direção vai a mudança e para onde orientar nossa atividade.

3. Crise na vida das pessoas

A mudança está ocorrendo na economia, na tecnologia e na sociedade; sobretudo está operando em nossas vidas: em nosso meio familiar e de trabalho, em nossas relações de amizade. Estão se modificando nossas idéias e o que acreditávamos sobre o mundo, sobre as demais pessoas e sobre nós mesmos. Muitas coisas nos estimulam, mas outras nos confundem e paralisam. O comportamento dos outros e o nosso próprio nos parece incoerente, contraditório e sem direção clara, tal como ocorre com os acontecimentos que nos rodeiam.

4. Necessidade de dar orientação à propria vida

Portanto, é fundamental dar direção a essa mudança inevitável e não existe outra forma de fazê-lo senão começando por nós mesmos. Cada um de nós deve dar direção a essas mudanças desordenadas cujo rumo desconhecemos.

5. Direção e mudança de situação

Como os indivíduos não existem isolados, se realmente direcionam suas vidas, modificarão a relação com outros em sua família, em seu trabalho e onde atuem. Esse não é um problema psicológico que se resolve dentro da cabeça de indivíduos isolados, mas que se resolve modificando a situação em que se vive com outros mediante um comportamento coerente. Quando celebramos êxitos ou nos deprimimos por nossos fracassos, quando fazemos planos para o futuro ou nos propomos introduzir mudanças em nossas vidas, nos esquecemos do ponto fundamental: estamos em situação de relação com outros. Não podemos explicar o que nos ocorre, nem escolher, sem considerar certas pessoas e a certos âmbitos sociais concretos. Essas pessoas, que têm especial importância para nós e esses âmbitos sociais nos quais vivemos nos põem em uma situação precisa a partir da qual pensamos, sentimos e atuamos. Negar isto ou não tê-lo em conta cria enormes dificuldades. Nossa liberdade de escolha e ação está delimitada pela situação em que vivemos. Qualquer mudança que desejemos realizar não pode ser proposta em abstrato senão em referência à situação na qual vivemos.

6. O comportamento coerente

Se pudéssemos pensar, sentir e atuar na mesma direção, se o que fazemos não nos criasse contradição com o que sentimos, diríamos que nossa vida tem coerência. Seríamos confiáveis ante nós mesmos, ainda que não necessariamente confiáveis para nosso meio imediato. Deveríamos conseguir essa mesma coerência na relação com os outros, tratando os demais como gostaríamos de ser tratados. Sabemos que pode existir uma espécie de coerência destrutiva como observamos nos racistas, nos exploradores, nos fanáticos e nos violentos, mas está clara sua **incoerência na relação**, porque tratam os outros de um modo muito distinto ao que desejam para si mesmos. Essa unidade de pensamento, sentimento e ação, essa unidade no tratamento que se pede com o tratamento que se dá, são ideais que não se realizam na vida diária. Este é o ponto. Trata-se de um ajuste de condutas a essas propostas, trata-se de valores que, tomados com seriedade, direcionam a vida, independentemente das dificuldades que se enfrente para realizá-los. Se observarmos bem as coisas, não estaticamente, senão em dinâmica, compreenderemos isto como uma estratégia que deve ir ganhando terreno à medida em que passe o tempo. Aqui sim valem as

intenções, ainda que as ações não coincidam no princípio com elas, sobretudo se aquelas intenções são mantidas, aperfeiçoadas e ampliadas. Essas imagens do que se deseja conseguir são referências firmes que dão direção em todas as situações. E isto que dizemos não é tão complicado. Não nos surpreende, por exemplo, que uma pessoa oriente sua vida para conseguir uma grande fortuna, porém, essa pessoa pode saber antecipadamente que não a conseguirá. Em todo caso, seu ideal a impulsiona ainda que não tenha resultados relevantes. Por que, então, não se pode entender que, ainda que a época seja adversa ao tratamento que se pede com o tratamento que se dá, ainda que seja adversa ao pensar, sentir e atuar na mesma direção, esses ideais de vida podem dar direção às ações humanas?

7. As duas propostas

Pensar, sentir e atuar na mesma direção e tratar a outros como se deseja ser tratado são duas propostas tão singelas que podem ser entendidas como simples ingenuidades por pessoas habituadas às complicações. No entanto, por trás dessa aparente ingenuidade existe uma nova escala de valores em cujo ponto mais alto se põe a coerência; uma nova moral para a qual não é indiferente qualquer tipo de ação; uma nova aspiração que implica sermos consequentes no esforço para dar direção aos acontecimentos humanos. Por trás dessa aparente ingenuidade se aposta no sentido da vida pessoal e social que será verdadeiramente evolutivo ou marchará para a desintegração. Já não podemos confiar em que velhos valores dêem coesão às pessoas num tecido social que, dia a dia, deteriora-se pela desconfiança, pelo isolamento e individualismo crescentes. A antiga solidariedade entre os membros de classes, associações, instituições e grupos vai sendo substituída pela competição selvagem, da qual não escapam os casais nem a irmandade familiar. **Neste processo de demolição, não se elevará uma nova solidariedade baseada em idéias e comportamentos de um mundo que se foi, senão graças à necessidade concreta de cada um de direcionar sua vida, e para isso terá que modificar seu próprio meio**. Essa modificação, se é verdadeira e profunda, não pode ser colocada em andamento por imposições, por leis externas ou por fanatismos de qualquer tipo senão pelo poder da opinião e da ação mínima conjunta entre as pessoas que fazem parte do meio em que se vive.

8. Chegar a toda sociedade a partir do meio imediato

Sabemos que ao mudar positivamente nossa situação estaremos influindo em nosso meio e outras pessoas compartilharão este ponto de vista dando lugar a um sistema de relações humanas em crescimento. Teremos que nos perguntar: por que deveríamos ir além de onde começamos? Simplesmente por coerência com a proposta de tratar a outros como queremos que nos tratem. Ou por acaso não levaríamos aos demais algo que se tornou fundamental para nossa vida? Se a influência começa a desenvolver-se é porque as relações, e portanto os componentes de nosso meio, se ampliaram. Essa é uma questão que deveríamos levar em conta desde o começo porque, ainda quando nossa ação começa aplicando-se em um ponto reduzido, a projeção dessa influência pode chegar muito longe. Não há nada de estranho em pensar que outras pessoas decidam somar-se na mesma direção. Afinal, os grandes movimentos históricos seguiram o mesmo caminho: começaram pequenos, como é lógico, e se desenvolveram graças ao fato das pessoas os terem considerado intérpretes de suas necessidades e inquietudes. Atuar no meio imediato, mas com o olhar colocado no progresso da sociedade é coerente com tudo o que foi dito. De outro modo, para que faríamos referência a uma crise global que deve ser enfrentada com resolução, se tudo terminasse em indivíduos isolados para os quais os demais não têm importância? Pela necessidade das pessoas, que coincidam em dar uma nova direção às suas vidas e aos acontecimentos, surgirão âmbitos de discussão e comunicação direta. Mais adiante, a difusão através de todos os meios permitirá ampliar a superfície de contato. Outro tanto ocorrerá com a criação de organismos e instituições compatíveis com esta proposta.

9. O meio em que se vive

Já comentamos que é tão veloz e tão inesperada a mudança, que este impacto está se recebendo como crise na qual se debatem sociedades inteiras, instituições e indivíduos. Por isso, é imprescindível dar direção aos acontecimentos. No entanto, como poderia alguém fazê-lo, submetido como está à ação de acontecimentos maiores? É evidente que cada um pode direcionar somente aspectos imediatos de sua vida e não o funcionamento das instituições nem da sociedade. Por outro lado, pretender dar direção à própria vida não é coisa fácil, já que cada qual vive em situação, não vive isolado, vive em um meio. Este meio, podemos vê-lo tão amplo como o Universo, a Terra, o país, o estado ou província, etc. No entanto, existe

um meio imediato no qual desenvolvemos nossas atividades. Tal meio é familiar, de trabalho, de amizades, etc. Vivemos em situação com relação a outras pessoas e esse é nosso mundo particular do qual não podemos prescindir. Ele atua sobre nós e nós sobre ele de um modo direto. Se temos alguma influência, é sobre esse meio imediato. Mas ocorre que, tanto a influência que exercemos como a que recebemos estão afetadas, por sua vez, por situações mais gerais, pela crise e pela desorientação.

10. A coerência como direção de vida

Se quiséssemos dar alguma direção aos acontecimentos, teríamos que começar pela própria vida e, para fazê-lo, teríamos que ter em conta o meio no qual atuamos. Pois bem, a que direção podemos aspirar? Sem dúvida, àquela que nos proporcione coerência e apoio num meio tão instável e imprevisível. Pensar, sentir e atuar na mesma direção é uma proposta de coerência na vida. No entanto, isto não é fácil porque nos encontramos em uma situação que não escolhemos completamente. Estamos fazendo coisas que necessitamos, ainda que em grande desacordo com o que pensamos e sentimos. Estamos colocados em situações que não governamos. Atuar com coerência, mais que um fato, é uma intenção,.uma tendência que podemos ter presente de maneira que nossa vida vá se direcionando rumo a esse tipo de comportamento. É claro que unicamente influindo nesse meio poderemos mudar parte de nossa situação. Ao fazê-lo estaremos direcionando a relação com outros e outros compartilharão tal conduta. Se ao anterior se opõe o fato de que algumas pessoas mudam de meio com certa frequência em razão de seu trabalho ou por outros motivos, responderemos que isso não modifica em nada o proposto, já que sempre se estará em situação, sempre se estará em um meio dado. Se pretendemos coerência, o tratamento que dermos aos demais terá que ser do mesmo gênero do tratamento que exigimos para nós mesmos. Assim, nessas duas propostas encontramos os elementos básicos de direção até onde chegam nossas forças. A coerência avança sempre que avance o pensar, o sentir e o atuar na mesma direção. Esta coerência se estende a outros, porque não há outra maneira de fazê-lo, e ao estender-se a outros, começamos a tratá-los do modo que gostaríamos de ser tratados. Coerência e solidariedade são direções, aspirações de condutas a alcançar.

11. A proporção nas ações como avanço em direção à coerência

Como avançar em direção coerente? Em primeiro lugar, necessitaremos uma certa proporção no que fazemos cotidianamente. É necessário estabelecer quais são as questões mais importantes em nossa atividade. Devemos priorizar o fundamental para que as coisas funcionem, logo o secundário e assim seguindo. Possivelmente, atendendo a duas ou três prioridades, teremos um bom quadro da situação. As prioridades não podem inverter-se, não podem tampouco separar-se ao ponto que se desequilibre nossa situação. As coisas devem caminhar em conjunto, não isoladamente, evitando que umas se adiantem e outras se atrasem. Frequentemente, nos cegamos pela importância de uma atividade e, dessa forma, se desequilibra o conjunto... Ao final, o que considerávamos tão importante tampouco pode realizar-se porque nossa situação geral ficou afetada. Também é certo que às vezes se apresentam assuntos de urgência, aos quais devemos dedicar-nos, mas é claro que não se pode viver postergando outros assuntos que dizem respeito ao cuidado da situação geral na qual vivemos. Estabelecer prioridades e levar a atividade em proporção adequada é um avanço evidente em direção à coerência.

12. A oportunidade das ações como avanço em direção à coerência

Existe uma rotina cotidiana dada pelos horários, pelos cuidados pessoais e pelo funcionamento de nosso meio. No entanto, dentro dessas pautas, existe uma dinâmica e riqueza de acontecimentos que as pessoas superficiais não sabem apreciar. Existem pessoas que confundem suas vidas com suas rotinas, mas isto não é assim, absolutamente, já que muito frequentemente devem escolher dentro das condições que lhes impõe o meio. Certamente, vivemos entre inconvenientes e contradições, mas será recomendável não confundir ambos os termos. Entendemos por “inconvenientes” os incômodos e os impedimentos que enfrentamos. Não são enormemente graves, mas certamente que, se são numerosos e repetidos, fazem crescer nossa irritação e fadiga. Certamente, estamos em condições de superá-los. Não determinam a direção de nossa vida, nem impedem que levemos adiante um projeto, são obstáculos no caminho que vão desde a menor dificuldade física até problemas nos quais estamos a ponto de perder o rumo. Os inconvenientes admitem uma graduação importante, mas se mantêm em um limite que não impede o avanço. Algo diferente acontece com o que chamamos “contradições”. Quando nosso projeto não pode ser realizado, quando os acontecimentos nos lançam em uma direção oposta à desejada, quando nos

encontramos em um círculo vicioso que não podemos romper, quando não podemos direcionar minimamente nossa vida, estamos tomados pela contradição. A contradição é uma espécie de inversão na correnteza da vida que nos leva a retroceder sem esperança. Estamos descrevendo o caso em que a incoerência se apresenta mais cruamente. Na contradição se opõem o que pensamos, o que sentimos e fazemos. Apesar de tudo, sempre há possibilidade de direcionar a vida, mas é necessário saber quando fazê-lo. A oportunidade das ações é algo que não temos em conta na rotina cotidiana e isto é assim porque muitas coisas estão codificadas. Mas, com referência aos inconvenientes importantes e às contradições, as decisões que tomamos não podem estar expostas à catástrofe. Em termos gerais, devemos retroceder ante uma grande força e avançar com resolução quando essa força se debilite. Existe uma grande diferença entre o temeroso que retrocede ou se imobiliza ante qualquer inconveniente e o que atua, sobrepondo-se às dificuldades, sabendo que, precisamente, avançando, pode superá-las. Acontece que, às vezes, não é possível avançar porque se apresenta um problema superior às nossas forças e avançar sem cálculo nos leva ao desastre. O grande problema que enfrentamos será também dinâmico e a relação de forças mudará, ou porque vamos crescendo em influência ou porque sua influência diminui. Rompida a relação anterior é o momento de proceder com resolução, já que uma indecisão ou uma postergação fará com que novamente se modifiquem os fatores. A execução da ação oportuna é a melhor ferramenta para produzir mudanças de direção.

13. A adaptação crescente como avanço em direção à coerência

Consideremos o tema da direção, da coerência que queremos alcançar. Adaptar-nos a certas situações terá relação com essa proposta, porque adaptar-nos ao que nos leva em direção oposta à coerência é uma grande incoerência. Os oportunistas padecem de uma grande miopia com respeito a esse tema. Eles consideram que a melhor forma de viver é a aceitação de tudo, é a adaptação a tudo; pensam que aceitar tudo, sempre que provenha dos que têm poder é uma grande adaptação, mas é claro que sua vida dependente está muito longe do que entendemos por coerência. Distinguimos entre desadaptação, que nos impede ampliar nossa influência, adaptação decrescente, que nos deixa na aceitação das condições estabelecidas e a adaptação crescente, que faz crescer nossa influência em direção às propostas que temos comentado.

Sintetizando:

1. Existe uma mudança veloz no mundo, motorizada pela revolução tecnológica, que está em choque com as estruturas estabelecidas e com a formação e os hábitos de vida das sociedades e dos indivíduos. 2. Esta defasagem gera crises progressivas em todos os campos e não há razão para supor que vai deter-se senão que, inversamente, tenderá a acentuar-se. 3. O inesperado dos acontecimentos impede prever que direção tomarão os fatos, as pessoas que nos rodeiam e, definitivamente, nossa própria vida. 4. Muitas das coisas que pensávamos e acreditávamos já não nos servem. Tampouco são evidentes soluções que provenham desta sociedade, de instituições e de indivíduos que padecem do mesmo mal. 5. Se decidimos trabalhar para fazer frente a estes problemas, teremos que dar direção a nossa vida, buscando coerência entre o que pensamos, sentimos e fazemos. Como não estamos isolados, essa coerência terá que chegar à relação com outros, tratando-os do modo que queremos ser tratados. Estas duas propostas não podem ser cumpridas rigorosamente, mas constituem a direção que necessitamos, sobretudo se as tomamos como referências permanentes e nos aprofundamos nelas. 6. Vivemos em relação imediata com outros e é nesse meio onde temos que atuar para dar direção favorável a nossa situação. Esta não é uma questão psicológica, uma questão que possa resolver-se isoladamente na cabeça dos indivíduos; este é um tema relacionado com a situação em que se vive. 7. Sendo consequentes com as propostas que tratamos de levar adiante, chegaremos à conclusão de que o positivo para nós e nosso meio imediato deve ser ampliado para toda a sociedade. Junto a outros que coincidam na mesma direção, implementaremos os meios mais adequados para que uma nova solidariedade encontre seu rumo. Por isso, ainda atuando tão especificamente em nosso meio imediato, não perderemos de vista uma situação global que afeta a todos os seres humanos e que requer nossa ajuda, assim como nós necessitamos da ajuda dos demais. 8. As mudanças inesperadas nos levam a propor seriamente a necessidade de direcionar nossa vida. 9. A coerência não começa e termina em cada um de nós, mas está relacionada com um meio, com outras pessoas. A solidariedade é um aspecto da coerência pessoal. 10. A proporção nas ações consiste em estabelecer prioridades de vida e operar com base nelas, evitando que se desequilibrem. 11. A oportunidade de agir tem em conta

retroceder ante uma grande força e avançar com resolução quando esta se debilite. Esta idéia é importante para os efeitos de produzir mudanças na direção da vida se estamos submetidos à contradição. 12. É tão inconveniente a desadaptação em um meio sobre o qual não podemos mudar nada, quanto a adaptação decrescente na qual nos limitamos a aceitar as condições estabelecidas. A adaptação crescente consiste no aumento de nossa influência no meio e em direção coerente.
Recebam com esta um grande abraço.
SILO
17/12/91

Quarta Carta aos meus Amigos

Estimados amigos:

Em cartas anteriores dei minha opinião a respeito da sociedade, dos grupos humanos e dos indivíduos, com relação a este momento de mudança e perda das referências que estamos vivendo; critiquei certas tendências negativas no desenvolvimento dos acontecimentos e destaquei as posturas mais conhecidas daqueles que pretendem dar resposta às urgências do momento. Está claro que todas as apreciações, bem ou mal formuladas, respondem ao meu particular ponto de vista e este, por sua vez, se insere num conjunto de idéias que lhe servem de base. Seguramente por isto, recebi sugestões que me animam a explicitar desde "onde" faço minhas críticas ou desenvolvo minhas propostas. Enfim, pode-se dizer qualquer coisa com muita ou pouca originalidade, como acontece com as divagações que temos diariamente e que não pretendemos justificar. Essas divagações hoje podem ser de um tipo e amanhã podem ser do tipo oposto, não passando da frivolidade da apreciação cotidiana. Por isto, em geral, cada dia acreditamos menos nas opiniões dos demais e de nós mesmos, dando por certo que se tratam de apreciações conjunturais que podem mudar em poucas horas, como acontece com as oportunidades na bolsa de valores. E, se nas opiniões existe algo com maior permanência, em todo caso é o consagrado pela moda que logo é substituída pela moda seguinte. Não estou fazendo uma defesa do imobilismo no campo das opiniões, senão destacando a falta de consistência nas mesmas, porque, na verdade, seria muito interessante que a mudança acontecesse com base numa lógica interna e não de acordo com o sopro de ventos errantes. Mas quem quer aguentar lógicas internas numa época de "salve-se quem puder"! Agora mesmo, enquanto escrevo, advirto que o dito até aqui não pode entrar na cabeça de certos leitores porque ao chegar a este ponto não terão encontrado três possíveis códigos exigidos por eles: 1. que o que se está explicando lhes sirva de entretenimento; 2. que lhes mostre agora mesmo como podem utilizá-lo em seu negócio; 3. que coincida com o consagrado pela moda. Tenho a certeza de que este monte de palavras que começa com "Estimados amigos:" e chega até aqui os deixa totalmente desorientados como se estivéssemos escrevendo em sânscrito. No entanto, é de se admirar como essas mesmas pessoas compreendem coisas difíceis que vão desde as operações bancárias mais sofisticadas até as delícias da técnica administrativa computadorizada. Para estes, é impossível compreender que estamos falando das opiniões, dos pontos de vista e das idéias que lhes servem de base; que estamos falando da impossibilidade de sermos entendidos nas coisas mais simples se estas não correspondem à paisagem montada por sua educação e suas compulsões. Assim estão as coisas!

Esclarecido o anterior, resumirei nesta carta as idéias que fundamentam minhas opiniões, críticas e propostas, tendo especial cuidado de não ir muito além do slogan publicitário porque, como explica o sábio jornalismo especializado, as idéias organizadas são "ideologias" e estas, como as doutrinas, são ferramentas de lavagem cerebral daqueles que se opõem à liberdade de comércio e economia social de mercado das opiniões. Hoje, respondendo às exigências do Pós-modernismo, isto é, às exigências da "haut-couture" (roupa de gala, gravata borboleta, ombreras, tênis, blazer com as mangas arregaçadas), da arquitetura desconstrutivista e da decoração desestruturada, estamos forçados a que não se encaixem as peças do discurso. E a não esquecer que a crítica da linguagem também repudia o sistemático, estrutural e processual!... Certamente, tudo isso corresponde à ideologia dominante da Companhia, que sente horror pela História e pelas idéias em cuja formação não participou e entre as quais não tem conseguido colocar uma substanciosa porcentagem de ações...

Brincadeiras à parte, começemos já com o levantamento de nossas idéias, pelo menos das que consideramos mais importantes. Devo ressaltar que boa parte delas foram apresentadas na conferência que dei em Santiago do Chile dia 23/05/91.

1. Ponto de partida de nossas idéias

Nossa concepção não se inicia admitindo generalidades, mas estudando o particular da vida humana; o particular da existência; o particular do registro pessoal do pensar, do sentir e do atuar. Esta postura inicial torna-se incompatível com todo sistema que parta da "idéia", da "matéria", do "inconsciente", da "vontade", da "sociedade", etc. Se alguém admite ou rejeita qualquer concepção, por lógica ou extravagante que esta seja, sempre ele mesmo estará em jogo, admitindo ou rejeitando. Ele estará em jogo, não a sociedade, o inconsciente ou a matéria.

Falemos, pois, da vida humana. Quando me observo, não desde o ponto de vista fisiológico, mas existencial, me encontro inserido num mundo dado, não construído nem escolhido por mim. Encontro-me em situação com respeito a fenômenos que, começando por meu próprio corpo, são inevitáveis. O corpo, como constituinte fundamental da minha existência é, além disso, um fenômeno homogêneo com o mundo natural no qual atua e sobre o qual atua o mundo. Mas a naturalidade do corpo tem para mim diferenças importantes do resto dos fenômenos, a saber: 1. o registro imediato que possuo dele; 2. o registro que mediante ele tenho dos fenômenos externos e 3. a disponibilidade de alguma de suas operações graças à minha intenção imediata.

2. Natureza, intenção e abertura do ser humano

Mas acontece que o mundo apresenta-se a mim não somente como um conglomerado de objetos naturais senão como uma articulação de outros seres humanos e de objetos e signos produzidos ou modificados por eles. A intenção que advirto em mim aparece como um elemento interpretativo fundamental do comportamento dos outros e assim como constituo o mundo social por compreensão de intenções, sou constituído por ele. Certamente, estamos falando de intenções que se manifestam na ação corporal. É graças às expressões corporais, ou à percepção da situação na qual se encontra o outro, que posso compreender seus significados, sua intenção. Por outro lado, os objetos naturais e humanos me parecem prazeirosos ou dolorosos e trato de localizar-me frente a eles modificando minha situação.

Deste modo, não estou fechado ao mundo do natural e dos outros seres humanos senão que, precisamente, minha característica é a "abertura". Minha consciência tem se configurado intersubjetivamente já que usa códigos de raciocínio, modelos emotivos, esquemas de ação que registro como "meus", mas que também reconheço em outros. E, certamente, está meu corpo aberto ao mundo enquanto a este o percebo e sobre ele atuo. O mundo natural, diferentemente do humano, me aparece sem intenção. Certamente, posso imaginar que as pedras, as plantas e as estrelas possuem intenção mas não vejo como chegar a um efetivo diálogo com elas. Ainda os animais, nos quais, às vezes, capto a chispa da inteligência, me parecem impenetráveis e em lenta modificação a partir de sua natureza. Vejo sociedades de insetos totalmente estruturadas, mamíferos superiores usando rudimentos técnicos, mas repetindo seus códigos em lenta modificação genética, como se fossem sempre os primeiros representantes de suas respectivas espécies. E quando comprovo as virtudes dos vegetais e dos animais modificados e domesticados pelo homem, observo a intenção deste abrindo caminho e humanizando o mundo...

3. A abertura social e histórica do ser humano

É insuficiente para mim a definição do homem por sua sociabilidade já que isso não o distingue de numerosas espécies; tampouco sua força de trabalho é o característico comparada com a de animais mais poderosos; nem sequer a linguagem o define em sua essência porque sabemos de códigos e formas de comunicação entre diversos animais. No entanto, ao encontrar-se cada novo ser humano com um mundo modificado por outros e ser constituído por esse mundo intencionado, descubro sua capacidade de acumulação e incorporação temporal, descubro sua dimensão histórico-social, não simplesmente social. Visto dessa maneira, posso tentar uma definição dizendo: o homem é o ser histórico cujo modo de ação social transforma sua própria natureza. Se admito o anterior, terei que aceitar que esse ser pode transformar intencionalmente sua constituição física. E assim está acontecendo. Começou com a utilização de instrumentos que postos diante de seu corpo como "próteses" externas lhe permitiram estender sua mão, aperfeiçoar seus sentidos e aumentar sua força e qualidade de trabalho. Naturalmente, não estava dotado para os meios líquido e aéreo e, no entanto, criou condições para deslocar-se neles, até começar a emigrar do seu meio natural, o planeta Terra. Hoje, além disso, está interiorizando-se em seu próprio corpo, mudando seus órgãos, intervindo em sua química cerebral, fecundando "in vitro" e manipulando seus gens. Se com a idéia de "natureza" se quiz assinalar o permanente, tal idéia é hoje inadequada ainda se aplicada ao mais objetal do ser humano, ou seja, a seu corpo. E no que diz respeito a uma "moral natural", a um "direito natural" ou a "instituições naturais", encontramos, opostamente, que nesse campo tudo é histórico-social e nada aí existe por natureza.

4. A ação transformadora do ser humano

Contígua à concepção de natureza humana, tem estado operando uma outra que nos falou da passividade da consciência. Esta ideologia considerou o homem como uma entidade que atuava em resposta aos estímulos do mundo natural. O que começou em grosseiro sensualismo, pouco a pouco foi substituído por

correntes historicistas que conservaram em seu seio a mesma idéia sobre a passividade. E ainda quando privilegiaram a atividade e a transformação do mundo acima da interpretação de seus feitos, conceberam dita atividade como resultado de condições externas à consciência. Mas aqueles antigos preconceitos a respeito da natureza humana e da passividade da consciência hoje se impõem, transformados em neo-evolucionismo com critérios tais como a seleção natural que se estabelece na luta pela sobrevivência do mais apto. Tal concepção zoológica, em sua versão mais recente, ao ser transplantada ao mundo humano superará as anteriores dialéticas de raças e de classes com uma dialética estabelecida segundo leis econômicas "naturais" que auto-regulam toda a atividade social. Assim, uma vez mais, o ser humano concreto fica submerso e coisificado.

Mencionamos as concepções que, para explicar o homem, começam por generalidades teóricas e sustentam a existência de uma natureza humana e de uma consciência passiva. Em sentido oposto, nós sustentamos a necessidade de partir da particularidade humana; sustentamos o fenômeno histórico-social e não natural do ser humano e também afirmamos a atividade de sua consciência transformadora do mundo, de acordo com a sua intenção. Vemos sua vida em situação e seu corpo como objeto natural percebido imediatamente e submetido também imediatamente a numerosos ditados de sua intenção. Por conseguinte, se impõem as seguintes perguntas: como é que a consciência é ativa, quer dizer, como é que pode intencionar sobre o corpo e através dele transformar o mundo? Em segundo lugar, como é que a constituição humana é histórico-social? Estas perguntas devem ser respondidas desde a existência particular para não recair em generalidades teóricas a partir das quais se deriva logo um sistema de interpretação. Desta maneira, para responder à primeira pergunta terá que apreender-se, com evidência imediata, como a intenção atua sobre o corpo e, para responder à segunda, haverá que partir da evidência da temporalidade e da intersubjetividade no ser humano e não de leis gerais da história e da sociedade. Em nosso trabalho, *Contribuições ao Pensament*o, tratamos de dar resposta precisamente a essas duas perguntas. No primeiro ensaio de *Contribuiçõe*s, estuda-se a função da imagem na consciência, destacando sua aptidão para mover o corpo no espaço. No segundo ensaio do mesmo livro, se estuda o tema da historicidade e sociabilidade. A especificidade destes temas nos distancia demasiadamente da presente carta, por isso indicamos o material citado.

5. A superação da dor e do sofrimento como projetos vitais básicos

Dizemos em *Contribuições* que o destino natural do corpo humano é o mundo e basta ver sua conformação para verificar esta afirmação. Seus sentidos e seus aparelhos de nutrição, locomoção, reprodução, etc., estão naturalmente conformados para estar no mundo, mas, além disso, a imagem lança através do corpo sua carga transformadora; não o faz para copiar o mundo, para ser reflexo da situação dada, senão, inversamente, para modificar a situação previamente dada. Neste acontecer, os objetos são limitações ou ampliações das possibilidades corporais, e os corpos alheios aparecem como multiplicações dessas possibilidades, porque são governados por intenções que se reconhece similares às que manejam o próprio corpo. Por que o ser humano necessitaria transformar o mundo e transformar a si mesmo? Pela situação de finitude e carência tempo-espacial em que se encontra e que registra como dor física e sofrimento mental. Assim, a superação da dor não é simplesmente uma resposta animal, mas uma configuração temporal na qual prima o futuro e que se converte em impulso fundamental da vida ainda que esta não se encontre urgida num momento dado. Por isso, além da resposta imediata, reflexa e natural, a resposta atrasada para evitar a dor está impulsionada pelo sofrimento psicológico frente ao perigo e está representada como possibilidade futura ou fato atual no qual a dor está presente em outros seres humanos. A superação da dor aparece, então, como um projeto básico que guia a ação. É isso o que tem possibilitado a comunicação entre corpos e intenções diversas, no que chamamos a "constituição social". A constituição social é tão histórica como a vida humana, é configurante da vida humana. Sua transformação é contínua, mas de um modo diferente ao da natureza porque nesta não ocorrem as mudanças graças às intenções.

6. Imagem, crença, olhar e paisagem

Um dia qualquer entro em meu quarto e percebo a janela, a reconheço, me é conhecida. Tenho uma nova percepção dela, mas, além disso, atuam antigas percepções que convertidas em imagens estão retidas em mim. No entanto, observo que num ângulo do vidro há uma rachadura..."Isso não estava aí", me digo, ao comparar a nova percepção com o que retenho de percepções anteriores. Além disso, experimento uma

espécie de surpresa. A janela de atos anteriores tem ficado retida em mim, mas não passivamente como uma fotografia, senão atuante como são atuantes as imagens. O retido atua frente ao que percebo, ainda que sua formação pertença ao passado. Trata-se de um passado sempre atualizado, sempre presente. Antes de entrar em meu quarto dava por certo, supunha, que a janela devia estar ali em perfeitas condições. Não é que estivesse pensando nisso, mas simplesmente contava com isso. A janela em particular não estava presente em meus pensamentos nesse momento, mas estava co-presente, estava dentro do horizonte de objetos contidos em meu quarto. É graças à co-presença, à retenção atualizada e sobreposta à percepção, que a consciência infere mais do que percebe. Nesse fenômeno encontramos o funcionamento mais elementar da crença. No exemplo, é como se me dissesse: "eu acreditava que a janela estava em perfeitas condições". Se ao entrar em meu quarto aparecessem fenômenos próprios de um campo diferente de objetos, por exemplo uma lancha ou um camelo, tal situação surrealista me pareceria incrível, não porque esses objetos não existam, senão porque sua localização estaria fora do campo de co-presença, fora da paisagem na qual me formei e que atua em mim sobrepondo-se a toda coisa que percebo.

Pois bem, em qualquer instante presente de minha consciência posso observar o entrecruzamento de retenções e de futurações que atuam co-presentemente e em estrutura. O instante presente se constitui em minha consciência como um campo temporal ativo de três tempos diferentes. As coisas aqui são muito diferentes das que ocorrem no tempo de calendário no qual o dia de hoje não está tocado pelo de ontem, nem pelo de amanhã. No calendário e no relógio, o "agora" se diferencia do "não mais" e do "ainda não" e, além disso, os acontecimentos estão ordenados um ao lado do outro em sucessão linear e não posso pretender que isso seja uma estrutura, mas um agrupamento dentro de uma série total à qual chamo "calendário". Mas voltaremos a tratar disto quando consideremos o tema da historicidade e da temporalidade.

Por enquanto, continuemos com o dito anteriormente a respeito de que a consciência infere mais do que percebe, já que conta com aquilo que, vindo do passado como retenção, se sobrepõe à percepção atual. Em cada olhar que lanço a um objeto vejo nele coisas deformadas. Isto não estamos afirmando no sentido explicado pela física moderna, que claramente expõe nossa incapacidade para detectar o átomo e a longitude de onda que está acima e abaixo de nossos umbrais de percepção. Estamos dizendo isto com referência à sobreposisão que as imagens das retenções e futurações fazem da percepção. Assim, quando assisto no campo a um formoso entardecer, a paisagem natural que observo não está determinada em si, senão que a determino, a constituo por um ideal estético que adoto. E essa especial paz que experimento, me entrega a ilusão de que contemplo passivamente, quando na realidade estou colocando ativamente ali numerosos conteúdos que se sobrepõem ao simples objeto natural. E o dito não vale somente para este exemplo, mas para todo olhar que lanço em direção à realidade.

7. As gerações e os momentos históricos

A organização social tem continuidade e se amplia, mas isto não pode ocorrer somente pela presença de objetos sociais que têm sido produzidos no passado e que se utiliza para viver o presente e projetar-se em direção ao futuro. Tal mecânica é demasiado elementar para explicar o processo da civilização. A continuidade está dada pelas gerações humanas que não estão postas uma ao lado da outra senão que, coexistindo, interagem e se transformam. Estas gerações, que permitem continuidade e desenvolvimento, são estruturas dinâmicas, são o tempo social em movimento sem o qual a civilização cairia em estado natural e perderia sua condição de sociedade. Ocorre, por outro lado, que em todo momento histórico coexistem gerações de distintos níveis temporais, de distintas retenções e futurações que configuram paisagens de situações e crenças diferentes. O corpo e o comportamento de crianças e idosos denotam, para as gerações ativas, uma presença da qual se vem e para a qual se vai. Por sua vez, para os extremos dessa tripla relação, também se verifica localizações de temporalidade extremas. Mas isto não permanece jamais detido porque, enquanto as gerações ativas envelhecem e os idosos morrem, as crianças vão se transformando e começam a ocupar posições ativas. Entretanto, novos nascimentos reconstituem continuamente a sociedade. Quando, por abstração, se "detém" o incessante fluir, podemos falar de "momento histórico" no qual todos os membros localizados num mesmo cenário social podem ser considerados "contemporâneos", viventes de um mesmo tempo; mas observamos que não são coetâneos, que não têm a mesma idade, a mesma temporalidade interna quanto à paisagem de formação, quanto à situação atual e quanto ao projeto. Na realidade, uma dialética geracional se estabelece entre as "faixas"

mais contíguas que tratam de ocupar a atividade central, o presente social, de acordo com seus interesses e crenças. É a temporalidade social interna a que explica estruturalmente o fluir histórico, no qual interagem distintas acumulações geracionais e não a sucessão de fenômenos linearmente postos um ao lado do outro, como no tempo de calendário, segundo nos tem explicado uma ou outra Filosofia da História.

Constituído socialmente num mundo histórico no qual vou configurando minha paisagem, interpreto aquilo aonde lanço meu olhar. Existe minha paisagem pessoal, mas também uma paisagem coletiva que responde nesse momento a grandes conjuntos. Como dissemos antes, coexistem num mesmo tempo presente distintas gerações. Num momento, para exemplificar grosseiramente, existem aqueles que nasceram antes do transistor e os que o fizeram entre computadores. Numerosas configurações diferem em ambas experiências, não somente no modo de atuar, senão no de pensar e sentir... e aquilo que na relação social e no modo de produção funcionava numa época, deixa de fazê-lo lentamente ou, às vezes, de modo abrupto. Esperava-se um resultado no futuro e esse futuro chegou, mas as coisas não resultaram do modo que foram projetadas. Nem aquela ação, nem aquela sensibilidade, nem aquela ideologia coincidem com a nova paisagem que vai se impondo socialmente.

8. A violência, o Estado e a concentração de poder

O ser humano, por sua abertura e liberdade para escolher entre situações, diferir respostas e imaginar seu futuro, pode também negar a si mesmo, negar aspectos do corpo, negá-lo completamente como no suicídio, ou negar outros. Esta liberdade tem permitido que alguns se apropriem ilegitimamente do todo social, isto é, que neguem a liberdade e a intencionalidade de outros, reduzindo-os a próteses, a instrumentos de suas intenções. Aí está a essência da discriminação, sendo sua metodologia a violência física, econômica, racial e religiosa. A violência pode instaurar-se e perpetuar-se graças ao manejo do aparato de regulação e controle social, isto é: o Estado. Consequentemente, a organização social requer um tipo avançado de coordenação a salvo de toda concentração de poder, seja esta privada ou estatal. Quando se pretende que a privatização de todas as áreas econômicas ponha a sociedade a salvo do poder estatal, se oculta que o verdadeiro problema está no monopólio e oligopólio que translada o poder de mãos estatais a mãos de um Paraestado manejado não mais por uma minoria burocrática, mas pela minoria particular que aumenta o processo de concentração.

As diversas estruturas sociais, desde as mais primitivas até as mais sofisticadas, tendem à concentração progressiva até que se imobilizam e começa sua etapa de dissolução da qual partem novos processos de reorganização num nível mais alto que o anterior. Desde o começo da história, a sociedade aponta em direção à mundialização e assim, se chegará a uma época de máxima concentração de poder arbitrário com características de império mundial já sem possibilidades de maior expansão. O colapso do sistema global ocorrerá pela lógica da dinâmica estrutural de todo sistema fechado no qual necessariamente tende a aumentar a desordem. Mas assim como o processo das estruturas tende à mundialização, o processo de humanização tende à abertura do ser humano, à superação do Estado e do Paraestado; tende à descentralização e à desconcentração a favor de uma coordenação superior entre particularidades sociais autônomas. Que tudo termine num caos e num reinício da civilização, ou comece uma etapa de humanização progressiva já não dependerá de inexoráveis desígnios mecânicos, mas da intenção dos indivíduos e dos povos, de seu compromisso com a mudança do mundo e de uma ética da liberdade que por definição não poderá ser imposta. E haverá de se aspirar, não a uma democracia formal manejada, como até agora, pelos interesses das facções, mas a uma democracia real na qual a participação direta possa realizar-se instantaneamente graças à tecnología de comunicação, hoje em condições de fazê-lo.

9. O processo humano

Necessariamente, aqueles que têm reduzido a humanidade de outros, têm provocado com isso nova dor e sofrimento, reiniciando-se no seio da sociedade a antiga luta contra a adversidade natural, mas agora entre aqueles que querem “naturalizar” outros, a sociedade e a História e, por outra parte, os oprimidos que necessitam humanizar-se humanizando o mundo. Por isto, humanizar é sair da objetivação para afirmar a intencionalidade de todo ser humano e o primado do futuro sobre a situação atual. É a imagem e representação de um futuro possível e melhor o que permite a modificação do presente e o que possibilita toda revolução e toda mudança. Por conseguinte, não basta a pressão de condições oprimentes para que se ponha em marcha a mudança, senão que é necessário advertir que tal mudança é possível e depende da

ação humana. Esta luta não é entre forças mecânicas, não é um reflexo natural, é uma luta entre intenções humanas. E isto é precisamente o que nos permite falar de opressores e oprimidos, de justos e injustos, de heróis e covardes. Isto é o único que permite praticar com sentido a solidariedade social e o compromisso com a liberação dos discriminados, sejam estes maiorias ou minorias.

Enfim, considerações mais detalhadas sobre a violência, o Estado, as insituições, a lei e a religião aparecem no trabalho intitulado *A Paisagem Human*a, incluído no livro *Humanizar a Terra,* o qual indico para não exceder os limites desta carta.

Quanto ao sentido dos atos humanos, não creio que se trate de convulsões sem significado, nem de "paixões inúteis" que terminem no absurdo da dissolução. Creio que o destino da humanidade está orientado pela intenção que, fazendo-se cada vez mais consciente nos povos, abre caminho em direção a uma nação humana universal. Do comentado anteriormente, **surge a evidência de que a existência humana não começa e termina num círculo vicioso de encerramento e que uma vida que aspire à coerência deve abrir-se ampliando sua influência em direção a pessoas e âmbitos, promovendo não somente uma concepção ou algumas idéias, mas ações precisas que ampliem crescentemente a liberdade**.

Na próxima carta saíremos destes temas estritamente doutrinários para referirmo-nos novamente à situação atual e à ação pessoal no mundo social.

Recebam com esta um grande abraço.

SILO

19/12/91

Quinta Carta aos meus Amigos.

Estimados amigos:

Entre tantas pessoas com preocupações pelo desenvolvimento dos acontecimentos atuais, encontro-me frequentemente com antigos militantes de partidos ou organizações políticas progressistas. Muitos deles ainda não se recuperaram do choque que lhes provocara a queda do "socialismo real". No mundo todo, centenas de milhares de ativistas optam por recluir-se nas suas ocupações cotidianas dando a entender, com tal atitude, que seus velhos ideais foram enclausurados. O que para mim tem representado um fato a mais na desintegração das estruturas centralizadas, além do mais, esperado durante duas décadas, para eles tem sido uma imprevista catástrofe. No entanto, não é este o momento de envaidecer-se porque a dissolução dessa forma política gerou um desequilíbrio de forças que deixa a passagem livre a um sistema monstruoso nos seus procedimentos e na sua direção.

Há alguns anos estive num ato público no qual velhos operários, mães trabalhadoras com seus filhos e pequenos grupos de jovens levantavam o punho entoando os acordes de sua canção. Ainda se via o ondular de bandeiras e se escutava o eco de gloriosas palavras de ordem... e ao ver isto considerei que tanta vontade, risco, tragédia e esforço, movidos por genuínos impulsos, se afastavam por um túnel que levava à absurda negação das possibilidades de transformação. Gostaria de ter acompanhado essa cena comovente com um canto aos ideais do velho militante, aquele que sem pensar em êxitos mantinha em pé seu orgulho combativo. Tudo aquilo me provocou uma enorme ambigüidade e hoje, à distância, me pergunto: que tem acontecido com tanta gente boa que solidariamente lutava além de seus interesses imediatos por um mundo que acreditava ser o melhor dos mundos? Não penso somente naqueles que pertenciam a partidos políticos mais ou menos institucionalizados, senão em todos os que escolheram pôr sua vida a serviço de uma causa que acreditaram justa. E, certamente, não posso avaliálos por seus erros nem classificá-los simplesmente como expoentes de uma filosofia política. Hoje é preciso resgatar o valor humano e reanimar ideais em uma direção possível.

Reconsidero o escrito até aqui e peço desculpas aos que não tendo participado daquelas tendências e atividades se sintam indiferentes a estes temas, mas também a eles reclamo o esforço de ter em conta assuntos que afetam os valores e ideais da ação humana. Sobre isto trata a carta de hoje, um pouco dura, mas destinada a remover o derrotismo que parece ter se apoderado da alma militante.

1. O tema mais importante: saber se se quer viver e em que condições se quer fazê-lo.

Milhões de pessoas lutam hoje para subsistir ignorando se amanhã poderão vencer a fome, a doença, o abandono. São tais suas carências que qualquer coisa que tentem fazer para sair desses problemas complica ainda mais suas vidas. Ficarão imóveis num suicídio simplesmente postergado? Tentarão atos desesperados? Que tipo de atividade, ou de risco, ou de esperança, estarão dispostas a afrontar? Que fará todo aquele que por razões econômicas, ou sociais, ou simplesmente pessoais, encontre-se em situação-limite? Sempre o tema mais importante consistirá em saber se se quer viver e em que condições.

2. A liberdade humana, fonte de todo sentido

Ainda aqueles que não se encontrem em situação-limite questionarão sua condição atual formando um esquema de vida futura. Ainda aquele que prefira não pensar em sua situação, ou que transfira a outros essa responsabilidade, escolherá um esquema de vida. Assim, a liberdade de escolha é uma realidade desde o momento em que nos questionamos o fato de viver e pensamos nas condições em que queremos fazê-lo. Que lutemos ou não por esse futuro sempre deixa em pé a liberdade de escolha. E é unicamente este fato da vida humana o que pode justificar a existência dos valores, da moral, do direito e da obrigação, ao mesmo tempo que permite refutar toda política, toda organização social, todo estilo de vida que se instale sem justificar seu sentido, sem justificar para que serve ao ser humano concreto e atual. Qualquer moral, ou lei, ou constituição social, que parta de princípios supostamente superiores à vida humana, coloca esta em situação de contingência, negando seu essencial sentido de liberdade.

3. A intenção, orientadora da ação

Nascemos entre condições que não escolhemos. Não escolhemos nosso corpo, nem o meio natural, nem a sociedade, nem o tempo e o espaço que nos tocou por sorte ou por desgraça. A partir daí, e em algum momento, contamos com liberdade para suicidar-nos ou seguir vivendo e para pensar nas condições em

que queremos fazê-lo. Podemos rebelar-nos frente a uma tirania e triunfar ou morrer na empresa; podemos lutar por uma causa ou facilitar a opressão; podemos aceitar um modelo de vida ou tratar de modificá-lo. Também podemos equivocar-nos na escolha. Podemos crer que aceitando todo o estabelecido numa sociedade, por perverso que seja, nos adaptamos perfeitamente e isso nos brinda as melhores condições de vida; ou de outro modo, podemos supor que questionando tudo, sem fazer diferenças entre o importante e o secundário, ampliamos nosso campo de liberdade, quando, na realidade, nossa influência para mudar as coisas diminui num fenômeno de inadaptação acumulativo. Podemos, por último, priorizar a ação ampliando nossa influência numa direção possível que dê sentido à nossa existência. Em todos os casos teremos que escolher entre condições, entre necessidades, e o faremos de acordo com a nossa intenção e com o esquema de vida que nos propusermos. Certamente, a própria intenção poderá ir mudando num caminho tão acidentado.

4. Que faremos com nossa vida?

Não podemos fazer-nos esta pergunta em abstrato senão em relacão à situação em que vivemos e às condições em que queremos viver. Por enquanto, estamos numa sociedade e em relação com outras pessoas e nosso destino está em jogo com o destino destas. Se acreditamos que tudo está bem no presente e o futuro pessoal e social que entrevemos nos parece adequado, não cabe outra opção senão seguir adiante, talvez com pequenas reformas, mas na mesma direção. Opostamente, se pensamos que vivemos numa sociedade violenta, desigual e injusta, ferida por crises progressivas que correspondem à uma mudança vertiginosa no mundo, imediatamente refletimos sobre a necessidade de transformações pessoais e sociais profundas. A crise global nos afeta e arrasta, perdemos referências estáveis e nos resulta cada vez mais difícil planificar nosso futuro. O mais grave é que não podemos levar adiante uma ação de mudança coerente porque as antigas formas de luta que conhecíamos têm fracassado e porque a desintegração do tecido social impede a mobilização de conjuntos humanos importantes. Certamente, ocorre-nos o mesmo que a todas as pessoas que sofrem as dificuldades atuais e intuem que as condições pioram. Ninguém pode nem quer mover-se em ações destinadas ao fracasso e, ao mesmo tempo, ninguém pode continuar assim. E o pior é que com nossa inatividade estamos deixando a passagem livre a maiores desigualdades e injustiças. Formas de discriminação e atropelo, que acreditávamos superadas, renascem com força. Se é tal a desorientação e a crise, por que não poderiam servir de referência social novas monstruosidades cujos representantes falem com clareza, e determinem o que devemos fazer todos e cada um de nós? Esses primitivismos são hoje mais possíveis que nunca, porque seu discurso elementar se propaga com facilidade e chega ainda para aqueles que se encontram em situação-limite.

Com maior ou menor informação, muita gente sabe que a situação é crítica em termos aproximados aos que temos utilizado. No entanto, a opção que se está seguindo cada vez com mais vigor é a de ocupar-se da própria vida, omitindo-se em relação às dificuldades de outros e ao que acontece no contexto social. Em muitos casos celebramos as objeções que se fazem ao Sistema, mas estamos muito longe de tentar uma mudança de condições. Sabemos que a Democracia atual é simplesmente formal e que responde aos ditames dos grupos econômicos, no entanto lavamos nossa consciência em ridículas votações aos partidos majoritários porque sofremos a chantagem de apoiar a esse sistema ou possibilitar o surgimento das ditaduras. ***Nem pensamos que o fato de votar e reclamar o voto a favor dos pequenos partidos pode constituir-se num fenômeno de interesse para o futuro, do mesmo modo que o apoio à formação de organizações sindicais fora do enquadramento estabelecido pode converter-se em fator importante de aglutinação. Rejeitamos o trabalho enraizado em bairros, em povoamentos, em setores sociais e em nosso meio imediato porque o vemos limitado demais, mas sabemos que é ali onde começará a recomposição do tecido social na hora da crise das estruturas centralizadas. Preferimos atender ao jogo de superfície, de cúpulas, de notáveis e de formadores de opinião em lugar de ter o ouvido pronto para escutar a subterrânea reclamação do povo. Protestamos pela ação massiva dos meios de difusão controlados pelos grupos econômicos em lugar de lançar-nos a influir nos pequenos meios e em todo resquício comunicação social. E se seguimos militando em alguma organização política progressista nos movemos na procura de algum incoerente com espaço na "imprensa", de alguma personalidade que represente a nossa corrente porque é mais ou menos aceitável para os meios informativos do Sistema. No fundo nos acontece tudo isso porque acreditamos que estamos vencidos e não nos resta outro recurso senão remoer em silêncio nossa amargura.*** E a essa derrota chamamos "dedicar-nos à

nossa própria vida". Entretanto, "nossa própria vida" acumula contradições e vamos perdendo o sentido e a capacidade de escolha das condições nas quais queremos viver. Por fim, não concebemos ainda a possibilidade de um grande Movimento de mudança que referencie e aglutine os fatores mais positivos da sociedade e, certamente, a decepção nos impede representar-nos a nós mesmos como protagonistas desse processo de transformação.

5. Os interesses imediatos e a consciência moral

Devemos escolher as condições em que queremos viver. Se atuamos contrariamente ao nosso projeto de vida não escaparemos à contradição que nos colocará a mercê de uma longa cadeia de acidentes. Nessa direção, qual será o freio que poderemos aplicar aos fatos de nossa própria vida? Somente o dos interesses imediatos. Assim, podemos imaginar numerosas situações-limite das quais trataremos de sair sacrificando todo valor e todo sentido porque nosso primário será o benefício imediato. Para evitar dificuldades, trataremos de nos esquivar de todo compromisso que nos aproxime à situação-limite, mas ocorrerá que os mesmos acontecimentos nos colocarão em posições que não escolheremos. Não se requer uma especial sutileza para compreender o que acontecerá com as pessoas mais próximas a nós se compartilham a mesma postura. Por que elas não haveriam de escolher contra nós se estão movidas por idêntica imediatez? Por que toda uma sociedade não haveria de tomar a mesma direção? Não existiria limite para a arbitrariedade e venceria o poder injustificado; o faria com violência manifesta se encontrasse resistências e, se não fosse assim, lhe bastaria a persuasão de valores insustentáveis aos quais teríamos que aderir como justificação, experimentando no fundo dos nossos corações o sem sentido da vida. Então, haveria triunfado a desumanização da Terra.

Escolher um projeto de vida entre condições impostas está muito distante de ser um simples reflexo animal. Pelo contrário, é a característica essencial do ser humano. Se eliminamos aquilo que o define, deteremos sua história e poderemos esperar o avanço da destruição, em cada passo que se dê. Se se depõe o direito de escolher um projeto de vida e um ideal de sociedade, nos encontraremos com caricaturas de Direito, de valor e de sentido. Se tal é a situação, o que podemos sustentar contra toda a neurose e o transbordamento que começamos a experimentar ao nosso redor? Cada um de nós verá o que faz com sua vida, mas também cada qual deve ter presente que suas ações chegarão além de si mesmo e isto será assim desde a menor até a maior capacidade de influência. Ações unitivas, com sentido, ou ações contraditórias ditadas pela imediatez, são inevitáveis em toda situação na qual se comprometa a direção de vida.

6. O sacrifício dos objetivos em troca de conjunturas que tenham êxito. Alguns defeitos habituais

Toda pessoa comprometida com a ação conjunta, todo aquele que atua com outros na concretização de objetivos sociais com sentido, deve ter claro muitos defeitos que no passado arruinaram as melhores causas. Maquiavelismos ridículos, personalismos acima da tarefa proclamada em conjunto e autoritarismos de todo tipo enchem os livros de História e nossa memória pessoal.

Com que direito se utiliza uma doutrina, uma formulação de ações, uma organização humana, deslocando as prioridades que elas expressam? Com que direito propomos a outros um objetivo e um destino se depois colocamos como valor primário um suposto êxito ou uma suposta necessidade conjuntural? Qual seria a diferença com o pragmatismo que dizemos repudiar? Onde estaria a coerência entre o que pensamos, sentimos e fazemos? **Os instrumentadores de todos os tempos efeturam a básica fraude moral de apresentar a outros uma imagem futura mobilizadora, guardando para si uma imagem de êxito imediato. Se se sacrifica a intenção acertada com outros, se abre a porta a qualquer traição negociada com o bando que se diz combater. E, nesse caso, se justifica tal indecência com uma suposta "necessidade" que se tem escondido na proposta inicial.** Fique claro.que não estamos falando da mudança de condições e de táticas nas quais todo aquele que participa compreende a relação entre elas e o objetivo mobilizador proposto. Tampouco estamos nos referindo aos erros de apreciação que se podem cometer nas implementações concretas. Estamos observando a imoralidade que distorce as intenções e ante a qual é imprescindível pôr-se alerta. É importante estar atentos a nós mesmos e esclarecer a outros para que saibam antecipadamente que ao romper seus compromissos nossas mãos ficam tão livres como as suas.

Certamente que existem distintos tipos de astúcias na utilização das pessoas e que não há forma de fazer uma listagem completa. Tampouco é o caso de convertermo-nos em "censores morais" porque bem

sabemos que por trás dessa atitude está a consciência repressora cujo objetivo é sabotar toda ação que não controla, imobilizando com a desconfiança mútua aos companheiros de luta. Quando se faz ingressar camufladamente supostos valores que vêm de outro campo para julgar nossas ações, é bom recordar que essa "moral" está em questionamento e que não coincide com a nossa... Como tais valores poderiam estar entre nós?

Por último é importante atender ao gradualismo trapaceiro que se costuma praticar para inserir situações contra os objetivos propostos. Nesse posicionamento se encontra todo aquele que nos acompanha por motivos diferentes aos que expressa. Sua direção mental é torcida desde o começo e somente espera a oportunidade de manifestar-se. Entretanto, gradualmente, irá utilizando códigos manifestos ou dissimulados que respondem a um sistema de dupla linguagem. Tal atitude quase sempre coincide com a daqueles que em nome dessa organização militante desreferenciam a outras pessoas de boa fé, fazendo cair a responsabilidade de suas barbaridades sobre a cabeça das pessoas autênticas.

Não é o caso enfatizar o que, há muito tempo, se tem conhecido como os "problemas internos" de toda organização humana, mas sim me parece conveniente mencionar a raiz conjunturalista que atua em tudo isto e que responde à apresentação de uma imagem futura mobilizadora, guardando para si uma imagem de êxito imediato.

7. O Reino do Secundário

É tal a situação atual, que acusadores de todo tipo e pelagem exigem explicações com tom de fiscais, supondo que se lhes deve demonstrar inocência. O interessante de tudo isto é que sua tática reside em ressaltar o secundário e, consequentemente, ocultar as questões primárias. De algum modo, essa atitude faz recordar o funcionamento da Democracia nas empresas. Efetivamente, os empregados discutem sobre se, no escritório, as escrivaninhas devem estar longe ou perto das janelas; se se tem que colocar flores ou cores agradáveis, o que não está mal. Posteriormente votam e, por maioria, se decide o destino dos móveis e da decoração, o que tampouco está mal. Mas na hora de discutir e propor uma votação em torno da direção e das ações da empresa, se produz um silêncio aterrorizante... Imediatamente a Democracia se congela porque na realidade se está no Reino do Secundário. Não ocorre algo distinto com os fiscais do Sistema. De repente um jornalista se posiciona nesse papel, convertendo em suspeito nosso gosto por certas comidas ou exigindo "compromisso" e discussão em torno de questões esportivas, astrológicas, ou de catecismo. Certamente, nunca falta alguma acusação grosseira, à qual, se supõe, devemos responder, e não falta a montagem de contextos, a utilização de palavras carregadas de duplo sentido e a manipulação de imagens contraditórias. É bom recordar que aqueles que se posicionam num bando oposto a nós têm o direito de que lhes expliquemos por que eles não estão em condições de julgar-nos e por que nós temos plena justificação ao julgá-los. Que, em todo caso, são eles que devem defender sua postura de nossas objeções. Certamente, para isso ocorrer dependerá de certas condições e da habilidade pessoal dos opositores, mas não deixa de indignar o fato de ver como alguns, que têm todo o direito de promover a iniciativa, baixam sua cabeça frente a tanta inconsistência. Também é patético observar na tela a certos líderes falando palavrinhas engenhosas, dançando ridiculamente com a condutora do programa ou submetendo-se a todo tipo de vexames, contanto que figure em primeiro plano. Ao seguir esses maravilhosos exemplos, muita gente bem intencionada não consegue compreender como é que se deformou ou substituiu sua mensagem na hora de fazê-la chegar a amplos públicos através de certos meios de comunicação. O que se comentou destaca aspectos do Reino do Secundário que operam deslocando os temas importantes, resultando disto a desinformação dos públicos aos quais se pretende esclarecer. Curiosamente, muita gente progressista cai nesse laço sem entender muito bem como a.aparente publicidade que lhe dão produz efeito contrário. Finalmente, não é o caso de deixar no campo oposto posições que defendemos. Qualquer um pode terminar reduzindo nossa postura à simples frivolidade ao afirmar que ele também é, por exemplo, "humanista" porque se preocupa com o humano; que é "não-violento" porque está contra a guerra; que é anti-discriminador porque tem um amigo negro ou comunista; que é ecologista, porque tem que cuidar das focas e das praças. Mas, se o pressionam não poderá justificar a fundo nada do que diz, mostrando seu verdadeiro rosto anti-humanista, violento, discriminador e depredador.

Os comentários anteriores a respeito de algumas expressões do Reino do Secundário não trazem nenhuma novidade, mas às vezes vale a pena prevenir aos militantes distraídos que, tratando de comunicar suas idéias, não advertem o estranho território no qual foram reclusos.
Espero que saibam dissimular a incomodidade de ter lido uma carta que não se refere a seus problemas e interesses. Confio que na próxima possamos continuar com nossas ameninades.
Recebam com esta, um grande abraço.
SILO
04/06/92.

Sexta Carta aos Meus Amigos

Estimados amigos:

Vários leitores de minhas cartas têm voltado a insistir, pedindo maior definição à respeito da ação social e política e suas perspectivas transformadoras. Em tal situação, poderia me limitar a repetir o que foi dito no começo da primeira carta: "Há algum tempo recebo correspondência de distintos países pedindo explicações sobre temas que aparecem em meus livros. Em geral, o que se reclama é esclarecimento sobre assuntos tão concretos como a violência, a política, a economia, a ecologia, as relações pessoais e as interpessoais. Como se vê, as preocupações são muitas e diversas e é claro que nestes campos terão que ser os especialistas os que dêem resposta e, certamente, este não é meu caso". Ainda assim, em correspondência posterior, fiz alguns comentários sobre os tópicos citados, mas sem conseguir satisfazer os requerimentos. Como responder àquelas questões na extensão e natureza de uma carta? Deste modo, me colocaram numa situação difícil.

Como todos sabemos, participo de uma corrente de opinião, de um movimento que durante três décadas tem colocado em marcha numerosas instituições e tem confrontado ditaduras e injustiças de todo tipo. Sobretudo, tem confrontado a desinformação, a calúnia e o silêncio deliberado. De qualquer modo, este movimento tem se estendido pelo mundo, conservando sua independência, tanto econômica quanto ideológica. Provavelmente, se tivesse se rendido à conveniência, numa curta e suja especulação, contaria com reconhecimento e imprensa. Mas, isso teria consagrado, finalmente, o triunfo do absurdo e vitória de tudo aquilo contra o que se tem lutado. Em nossa história há sangue, cárceres, deportações e cercos de todo tipo. É necessário recordá-lo. Nosso movimento sempre se sentiu tributário do humanismo histórico pela ênfase que aquele colocou na liberdade de consciência, na luta contra todo obscurantismo e na defesa dos mais altos valores humanos. Mas, também, nosso movimento tem produzido trabalhos e estudos suficientes para dar resposta a uma época no qual, finalmente, se precipitou a crise. A tais trabalhos e estudos terei que recorrer, explicando, na extensão de uma carta, os temas e propostas fundamentais dos humanistas de hoje.

DOCUMENTO DO MOVIMENTO HUMANISTA

Os humanistas são mulheres e homens deste século, desta época. Reconhecem os antecedentes do humanismo histórico e se inspiram nas contribuições de distintas culturas, não somente daquelas que neste momento ocupam um lugar central. São, além disso, homens e mulheres que deixam para trás este século e este milênio e se projetam a um novo mundo.

Os humanistas sentem que sua história é muito longa e que seu futuro é ainda mais extenso. Pensam no porvir, lutando para superar a crise geral do presente. São otimistas, crêem na liberdade e no progresso social.

Os humanistas são internacionalistas, aspiram a uma nação humana universal. Compreendem globalmente o mundo em que vivem e atuam em seu meio imediato. Não desejam um mundo uniforme, senão múltiplo: múltiplo em etnias, em línguas e costumes; múltiplo em localidades, em regiões e autonomias; múltiplo em idéias e aspirações; múltiplo em crenças, em ateísmo e religiosidade; múltiplo em trabalho; múltiplo em criatividade.

Os humanistas não querem amos; não querem dirigentes nem chefes, nem se sentem representantes nem chefes de ninguém. Os humanistas não querem um Estado centralizado nem um Paraestado que o substitua. Os humanistas não querem exércitos policialescos , nem gangues armadas que os substituam.

Mas, entre as aspirações humanistas e as realidades do mundo de hoje, se ergueu um muro. É chegado, então, o momento de derrubá-lo. Para isso, é necessária a união de todos os humanistas do mundo.

1. O CAPITAL MUNDIAL

Eis a grande verdade universal: o dinheiro é tudo. O dinheiro é governo, é lei, é poder. É, basicamente, subsistência. Mas, além disso, é a Arte, é a Filosofia e a Religião. Nada se faz sem dinheiro; nada se pode sem dinheiro. Não há relações pessoais sem dinheiro. Não há intimidade sem dinheiro e até mesmo a solidão do repouso depende do dinheiro.

Mas a relação com essa "verdade universal" é contraditória. As maiorias não querem este estado das coisas. Estamos, então, diante da tirania do dinheiro. Uma tirania que não é abstrata porque tem nome, representantes, executores e procedimentos indubitáveis.

Hoje não se trata de economias feudais nem de indústrias nacionais, nem sequer de interesses de grupos regionais. Hoje se trata de que, aqueles superviventes históricos acomodam sua parcela aos ditados do capital financeiro internacional. Um capital especulador que vai se concentrando mundialmente. Desta maneira, até o Estado nacional requer crédito e empréstimo para sobreviver.
Todos mendigam o investimento e dão garantias para que o sistema financeiro internacional se encarregue das decisões finais. Está chegando o tempo no qual as mesmas companhias, assim como os campos e as cidades, serão propriedade indiscutível do sistema financeiro internacional. Está chegando o tempo do Paraestado, um tempo no qual a antiga ordem deve ser aniquilada.
Paralelamente, a velha solidariedade se evapora. Em síntese, trata-se da desintegração do tecido social e do advento de milhões de seres humanos desconectados e indiferentes entre si, apesar das penúrias gerais.
O grande capital domina não somente a objetividade, graças ao controle dos meios de produção, mas também a subjetividade, graças ao controle dos meios de comunicação e informação.
Nestas condições, pode dispor, como quiser, dos recursos materiais e sociais, convertendo em irrecuperável a natureza e descartando progressivamente o ser humano. Para isso, conta com suficiente tecnologia. E, assim como tem esvaziado as empresas e os estados, tem deixado a Ciência vazia de sentido, convertendo-a em tecnologia para a miséria, a destruição e o desemprego.
Os humanistas não necessitam de muita argumentação quando enfatizam que hoje o mundo está em condições tecnológicas suficientes para solucionar em pouco tempo os problemas de vastas regiões no que diz respeito a pleno emprego, alimentação, salubridade, moradia e instrução. Se esta possibilidade não se realiza é, principalmente, porque a especulação monstruosa do grande capital a está impedindo.
O grande capital já esgotou a etapa de economia de mercado e começa a disciplinar a sociedade para enfrentar o caos que ele mesmo tem produzido. Frente a esta irracionalidade, não se levantam dialeticamente as vozes da razão, senão os mais obscuros racismos, fundamentalismos e fanatismos. E se é que este neoirracionalismo vai liderar regiões e coletividades, a margem de ação para as forças progressistas fica, dia a dia, reduzida. Por outro lado, milhões de trabalhadores têm tomado consciência tanto das irrealidades do centralismo estatista, quanto das falsidades da democracia capitalista. E assim acontece que os operários se levantam contra suas cúpulas sindicais corruptas, do mesmo modo que os povos questionam os partidos e os governos. Mas, é necessário dar uma orientação a estes fenômenos que de outro modo se cristalizarão num espontaneísmo sem progresso. É necessário discutir no seio do povo os temas fundamentais dos fatores da produção.
Para os humanistas, existem como fatores da produção, o trabalho e o capital, e sobram a especulação e a usura. Na atual situação, os humanistas lutam para que a absurda relação que tem existido entre esses dois fatores seja totalmente transformada. Até agora, se tem imposto que o ganho seja para o capital e o salário, para o trabalhador, justificando tal desequilíbrio com o "risco" que assume o investimento... Como se todo trabalhador não arriscasse seu presente e seu futuro nos vaivéns do desemprego e da crise. Mas, além disso, está em jogo a gestão e a decisão no manejo da empresa. O lucro não destinado ao reinvestimento na empresa, não dirigido a sua expansão ou diversificação, é aplicado na especulação financeira. O lucro que não cria novas fontes de trabalho é aplicado na especulação financeira. Por conseguinte, a luta dos trabalhadores deverá orientar-se a obrigar o capital a seu máximo rendimento produtivo. Mas isto não poderá implementar-se, a menos que a gestão e direção sejam compartilhadas. De outro modo, como se poderia evitar a demissão em massa, o fechamento e o esvaziamento das empresas? Porque o grande dano está no subinvestimento, na falência fraudulenta, no endividamento forçado e na fuga do capital, não nos ganhos que se possam obter como consequência do aumento da produtividade. E, no caso de insistir no confisco dos meios de produção por parte dos trabalhadores, seguindo os ensinamentos do século XIX, se deveria ter em conta, também o recente fracasso do socialismo real.
No que diz respeito à objeção de que enquadrar o capital, assim como está enquadrado o trabalho, produz sua fuga a pontos e áreas mais proveitosas, deverá esclarecer-se que isso não acontecerá por muito tempo mais, já que a irracionalidade do esquema atual o leva a sua saturação e crise mundial. Essa objeção, além do reconhecimento de uma imoralidade radical, desconhece o processo histórico da transferência do capital para o sistema financeiro, resultando disso que o próprio empresariado vai se convertendo em empregado sem decisão dentro de uma cadeia na qual aparenta autonomia. Por outro lado, à medida que se acentue o processo recessivo, o próprio empresariado começará a considerar estes pontos.

Os humanistas sentem a necessidade de atuar, não somente no campo do trabalho, mas também no campo político para impedir que o Estado seja um instrumento de um capital financeiro mundial; para conseguir que a relação entre os fatores da produção seja justa e para devolver à sociedade sua autonomia arrancada.

2. A DEMOCRACIA FORMAL E A DEMOCRACIA REAL

O edifício da democracia tem sido gravemente arruinado ao racharem-se suas bases principais: a independência entre poderes, a representatividade e o respeito às minorias.

A teórica independência entre os poderes é um contrasenso. Basta pesquisar, na prática, a origem e a composição de cada um deles para comprovar as íntimas relações que os ligam. Não poderia ser de outro modo. Todos formam parte de um mesmo sistema. De maneira que as freqüentes crises de avanço de uns sobre os outros, de superposição de funções, de corrupção e irregularidade, se correspondem com a situação global, econômica e política de um dado país.

No que diz respeito à representatividade, desde a época da extensão do sufrágio universal, se pensou que existia somente um ato entre a eleição e a conclusão do mandato dos representantes do povo. Mas, à medida em que o tempo passa, se tem visto claramente que existe um primeiro ato, mediante o qual muitos elegem uns poucos, e um segundo ato no qual estes poucos traem a esses muitos, representando interesses alheios ao mandato recebido. Esse mal se incuba nos partidos políticos reduzidos a cúpulas separadas das necessidades do povo. Já na máquina partidária, os grandes interesses financiam candidatos e ditam as políticas que esses deverão seguir. Tudo isto evidencia uma profunda crise no conceito e na implementação da representatividade.

Os humanistas lutam para transformar a prática da representatividade, dando a maior importância à consulta popular, ao plebiscito e à eleição direta dos candidatos. Isso porque ainda existem, em numerosos países, leis que subordinam candidatos independentes a partidos políticos, ou melhor, a subterfúgios e limitações econômicas para apresentar-se perante a vontade da sociedade. Toda Constituição ou lei que se oponha à capacidade plena do cidadão de eleger e ser eleito, burla a raiz da democracia real que está por acima de toda regulamentação jurídica. E, se trata-se de igualdade de oportunidades, os meios de difusão devem se colocar a serviço da população no período eleitoral no qual os candidatos expõem suas propostas, outorgando a todos exatamente as mesmas oportunidades.

Por outro lado, devem impor-se leis de responsabilidade política, mediante as quais todo aquele que não cumpra com o prometido aos seus eleitores, se arrisque à perda de prerrogativas, à destituição ou ao juízo político. Isso porque o outro expediente, o que atualmente se sustenta, mediante o qual os indivíduos ou os partidos que não cumpram, sofrerão o castigo das urnas em eleições futuras, não interrompe, em absoluto, o segundo ato de traição aos representados. No que diz respeito à consulta direta sobre os temas de urgência, a cada dia existem mais possibilidades para sua implementação tecnológica. Não é o caso de priorizar as consultas e as pesquisas manipuladas, mas de facilitar a participação e o voto direto, através de meios eletrônicos e computadorizados avançados.

Numa democracia real, deve-se dar às minorias as garantias que sua representatividade merece, mas, além disso, deve-se levar ao extremo toda medida que favoreça, na prática, sua inserção e desenvolvimento. Hoje, as minorias perseguidas pela xenofobia e pela discriminação pedem, angustiadamente, seu reconhecimento e, nesse sentido, é responsabilidade dos humanistas elevar este tema ao nível das discussões mais importantes, encabeçando a luta em cada lugar, até vencer os neofascismos abertos ou encobertos. Em síntese, lutar pelos direitos das minorias é lutar pelos direitos de todos os seres humanos.

Mas acontece, também, que no conglomerado de um país, províncias inteiras, regiões ou autonomias padecem da mesma discriminação sofrida pelas minorias graças à compulsão do Estado centralizado, que hoje é instrumento insensível em mãos do grande capital. E isto deverá cessar quando se impulsione uma organização federativa na qual o poder político real volte para as mãos de ditas entidades históricas e culturais.

Em síntese, priorizar os temas do capital e do trabalho, os temas da democracia real e os objetivos da descentralização do aparato estatal é encaminhar a luta política em direção à criação de um novo tipo de sociedade, uma sociedade flexível e em constante mudança, de acordo com as necessidades dinâmicas dos povos hoje em dia asfixiados pela dependência

3. A POSIÇÃO HUMANISTA

A ação dos humanistas não se inspira em teorias fantasiosas sobre Deus, a Natureza, a Sociedade ou a História. Parte das necessidades da vida que consistem em afastar a dor e aproximar o prazer. Mas, a vida humana agrega às necessidades sua previsão do futuro, baseando-se na experiência passada e na intenção de melhorar a situação atual. Sua experiência não é simples produto de seleções ou acumulações naturais e fisiológicas, como acontece em todas as espécies, e sim experiência social e experiência pessoal lançadas a superar a dor atual e a evitá-la no futuro. Seu trabalho, acumulado em produções sociais, passa e se transforma de geração em geração, em contínua luta para melhorar as condições naturais, mesmo as do próprio corpo. Por isto, deve-se definir o ser humano como histórico e com um modo de ação social capaz de transformar o mundo e sua própria natureza. E, cada vez que um indivíduo ou um grupo humano se impõe violentamente a outros, consegue deter a história, convertendo suas vítimas em objetos "naturais". A natureza não tem intenções, então, ao negar a liberdade e as intenções de outros, se os converte em objetos naturais, em objetos de uso.

O progresso da humanidade, em lenta ascensão, necessita transformar a natureza e a sociedade, eliminando a violenta apropriação animal de alguns seres humanos por outros. Quando isto acontecer, se passará da pré-história para uma plena história humana. Entretanto, não se pode partir de outro valor central que o do ser humano pleno em suas realizações e em sua liberdade. Por isso os humanistas proclamam: "Nada acima do ser humano e nenhum ser humano abaixo de outro". Se se coloca como valor central Deus, o Estado, o Dinheiro ou qualquer outra entidade, se subordina o ser humano, criando condições para seu posterior controle ou sacrifício. Os humanistas têm claro este ponto. Os humanistas são ateus ou crentes, mas não partem de seu ateísmo ou de sua fé para fundamentar sua visão do mundo e sua ação; partem do ser humano e de suas necessidades imediatas. E se, em sua luta por um mundo melhor, acreditam em descobrir uma intenção que move a História em direção progressiva, põem essa fé ou esse descobrimento a serviço do ser humano.

Os humanistas propõe o problema de fundo: saber se se quer viver e decidir em que condições fazê-lo.

Todas as formas de violência física, econômica, racial, religiosa, sexual e ideológica, graças às quais se tem travado o progesso humano, causam repugnância aos humanistas. Toda forma de discriminação, manifesta ou encoberta, é um motivo de denúncia para os humanistas.

Os humanistas não são violentos, mas, sobretudo, não são covardes nem temem enfrentar a violência, porque sua ação tem sentido. Os humanistas conectam sua vida pessoal com a social. Não propõem falsas antíteses e nisso se baseia sua coerência.

Assim está traçada a linha divisória entre o Humanismo e o Antinhumanismo. O Humanismo põe como prioritária a questão do trabalho frente ao grande capital; a questão da democracia real frente à democracia formal; a questão da descentralização frente à centralização; a questão da antidiscriminação frente à discriminação; a questão da liberdade frente à opressão; a questão do sentido da vida frente à resignação, à cumplicidade e ao absurdo.

O Humanismo possui a única ética válida do momento atual porque se baseia na liberdade de escolha. Além do mais, porque crê na intenção e na liberdade, distingue entre o erro e a má fé, entre o equivocado e o traidor.

4. DO HUMANISMO INGÊNUO AO HUMANISMO CONSCIENTE

É na base social, nos locais de trabalho e moradia dos trabalhadores, onde o Humanismo deve converter o simples protesto em força consciente orientada à transformação das estruturas econômicas.

No que diz respeito aos membros combativos das organizações sindicais e aos membros de partidos políticos progressistas, sua luta se fará coerente na medida em que tendam a transformar as cúpulas das organizações nas quais participam, dando às suas coletividades uma orientação que ponha em primeiro lugar, e acima de reivindicações imediatistas, as propostas de fundo que propicia o Humanismo.

Vastos setores de estudantes e professores, normalmente sensíveis à injustiça, irão tornando consciente sua vontade de mudança na medida em que a crise geral do sistema os afete. E, por certo, o pessoal da Imprensa, em contato com a tragédia cotidiana, está hoje em condições de atuar em direção humanista, assim como setores da intelectualidade, cuja produção está em contradição com as pautas que este sistema desumano promove.

São numerosas as posturas que, tendo por base o fato do sofrimento humano, convidam à ação desinteressada a favor dos desfavorecidos ou dos discriminados. Associações, grupos voluntários e

setores importantes da população se mobilizam, em ocasiões, fazendo sua contribuição positiva. Sem dúvida que uma de suas contribuições consiste em gerar denúncias sobre esses problemas. No entanto, tais grupos não propõem sua ação em termos de transformação das estruturas que dão lugar a esses males. Estas posturas se inscrevem mais no Humanitarismo que no Humanismo consciente. Nelas já se encontram protestos e ações específicas suscetíveis de serem aprofundadas e estendidas.

5. O CAMPO ANTI-HUMANISTA

Na medida em que as forças mobilizadas peo grande capital vão asfixiando os povos, surgem posturas incoerentes que começam a fortalecer-se ao explodir esse mal-estar, canalizando-o em direção a falsos culpados. Na base destes neofascismos está uma profunda negação dos valores humanos. Também em certas correntes ecologistas desviatórias, se aposta, em primeiro lugar pela natureza, ao invés do homem. Já não pregam que o desastre ecológico é desastre, justamente, porque põe a humanidade em perigo, senão porque o ser humano tem atentado contra a natureza. Segundo algumas dessas correntes, o ser humano está contaminado e, por isso, contamina a natureza. Melhor seria, para eles, que a medicina não houvesse tido êxito no combate às enfermidades e no prolongamento da vida. "A Terra primeiro" gritam histericamente, lembrando as proclamações do nazismo. Daí à discriminação de culturas que contaminam, de estrangeiros que sujam e poluem, há um curto passo. Estas correntes se inscrevem também no Antihumanismo porque, no fundo, depreciam o ser humano. Seus mentores depreciam a si mesmos, refletindo as tendências niilistas e suicidas da moda.

Uma faixa importante de gente perceptiva também adere ao ecologismo porque entende a gravidade do problema que este denuncia. Mas, se esse ecologismo toma o caráter humanista que deveria, orientará a luta contra os promotores da catástrofe, a saber: o grande capital e a cadeia de indústrias e empresas destrutivas parentes próximas do complexo militar-industrial. Antes de preocupar-se com as focas, se ocupará da fome, do aglomeramento urbano, da mortalidade infantil, das enfermidades e dos déficits sanitários e habitacionais em muitas partes do mundo. E destacará o desemprego, a exploração, o racismo, a discriminação e a intolerância num mundo tecnologicamente avançado. Mundo que, por outro lado, está criando os desequilíbrios ecológicos em função de seu crescimento irracional.

Não é necessário se estender demasiadamente na consideração das direitas como instrumentos políticos do Antinhumanismo. Nelas, a má fé chega a níveis tão altos que, periodicamente, apresentam-se como representantes do "Humanismo". Nessa direção, não tem faltado nem os astutos setores do clero que têm pretendido teorizar com base num ridículo "Humanismo Teocêntrico" (?). Essa gente, inventora de guerras religiosas e inquisições; essa gente que foi carrasco dos pais históricos do humanismo ocidental, tem atribuído a si as virtudes de suas vítimas, chegando inclusive a "perdoar os desvios" daqueles humanistas históricos. Tão grande é a má fé e a pirataria na apropriação das palavras, que os representantes do Antinhumanismo tem tentado cobrir-se com o nome de "humanistas".

Seria impossível inventariar os recursos, instrumentos, formas e expressões das quais dispõe o Antihumanismo. Em todo caso, esclarecer sobre suas tendências mais dissimuladas contribuirá para que muitos humanistas espontâneos ou ingênuos revisem suas concepções e o significado de sua prática social.

6. AS FRENTES DE AÇÃO HUMANISTAS

O Humanismo organiza frentes de ação no campo trabalhista, habitacional, sindical, político e cultural com a intenção de ir assumindo caráter de movimento social. Ao proceder assim, cria condições de inserção para as diferentes forças, grupos e indivíduos progressistas, sem que estes percam sua identidade nem suas características particulares. O objetivo de tal movimento consiste em promover a união de forças capazes de influir crescentemente sobre vastos setores da população, orientando, com sua ação, a transformação social.

Os humanistas não são ingênuos nem se satisfazem com declarações de épocas românticas. Nesse sentido, não consideram suas propostas como a expressão mais avançada da consciência social, nem pensam sua organização em termos indiscutíveis. Os humanistas não fingem ser representantes das maiorias. Em todo caso, atuam de acordo a seu parecer mais justo, apontando as transformações que crêem mais adequadas e possíveis neste momento em que vivem.

Acredito que poderemos continuar com outros assuntos na próxima carta.

Recebam com esta um grande abraço.
Silo
05/04/93

Sétima Carta aos meus Amigos

Estimados amigos:

Hoje falaremos da revolução social. Como isto é possível? Alguns bempensantes nos dizem que a palavra "revolução" caiu em desuso com o fracasso do "socialismo real". Possivelmente, em suas cabeças sempre residiu a crença de que as revoluções anteriores a 1917 eram preparações da revolução "de verdade". Está claro que, se fracassou a Revolução "de verdade", já não se pode voltar ao tema. Como de costume, os bempensantes exercitam a censura ideológica e se atribuem a prerrogativa de outorgar, ou não, carta de cidadania às modas e às palavras. Esses funcionários do espírito (melhor dizendo, dos meios de difusão) continuam tendo conosco diametrais diferenças: eles pensavam que o monolitismo soviético era eterno e agora, que o triunfo do capitalismo é uma realidade inamovível. Eles davam por certo que o substancial de uma revolução era o derramamento de sangue; que o cenário imprescindível eram as bandeiras ao vento, as passeatas, os gestos e os dircursos inflamados. Em sua paisagem de formação sempre atuou a cinematografia e a moda Pierre Cardin. Hoje, por exemplo, quando pensam no Islã, imaginam uma moda feminina que lhes inquieta, e quando falam do Japão não deixam de se alterar, por trás da proposta econômica, pelo kimono, sempre a ponto de ser exumado. Se quando eram crianças se nutriram de filmes e livros de piratas, depois se sentiram atraídos por Katmandu, pelo "tour" a ilhas, pela defesa ecológica e pela moda "natural"; se, do contrário, saborearam os "westerns" e as cenas de ação, em seguida propuseram o progresso em termos de guerra competitiva ou a revolução em termos de pólvora.

Estamos imersos em um mundo de códigos de comunicação massiva, no qual os formadores de opinião nos impõem sua mensagem através de jornais, revistas e rádios; no qual os escritores da inteligência débil fixam os temas que devem ser discutidos; no qual as pessoas sensatas nos informam e esclarecem sobre o mundo atual... Diante das câmeras se apresenta diariamente a corporação de opinadores. Ali, ordenadamente, circula a palavra entre a psicóloga, o sociólogo, o politicólogo, o modista, a jornalista que entrevistou Kaddaffi e o inefável astrólogo. Logo, todos gritam em uníssono: "Revolução? Você está completamente demodê!". Enfim, a opinião pública (isto é, a que se publica) sustenta que tudo tende a melhorar, apesar de alguns inconvenientes e certifica, além disso, a morte da revolução.

Que conjunto de idéias bem articuladas vem se apresentando que desqualifique o processo revolucionário no mundo atual? Só se apresentaram opiniões superficiais. Não há, portanto, vigorosas concepções que mereçam ser discutidas com rigor.

Passemos de uma vez a questões importantes.

1. Caos destrutivo ou revolução

Nesta série de cartas temos feito vários comentários a respeito da situação geral que estamos vivendo. Como consequência dessas descrições chegamos à seguinte disjuntiva: ou somos arrastados por uma tendência cada vez mais absurda e destrutiva ou damos aos acontecimentos um sentido diferente. Por trás desta apresentação está operando a dialética da liberdade frente ao determinismo, a busca humana da opção e o compromisso frente aos processos mecânicos, cujo destino é desumanizante. Desumanizante é a concentração do grande capital até seu colapso mundial. Desumanizante será o mundo resultante, convulsionado pela fome, pelas migrações, guerras e lutas intermináveis, insegurança cotidiana, arbitrariedade generalizada, caos, injustiça, restrição da liberdade e triunfo de novos obscurantismos. Desumanizante será voltar a girar em uma roda até o surgimento de outra civillização que repita os mesmos estúpidos passos da engrenagem... se é que isso será possível após a derrubada desta primeira civilização planetária que, nesse momento, começa a configurar-se. Mas, nesta longa história, a vida das gerações e dos indivíduos é tão breve e tão imediata que **cada qual vê o destino geral como seu destino particular ampliado e não seu destino particular como destino geral restringido**. Assim, é muito mais convincente o que a cada pessoa cabe viver hoje que aquele que viverá amanhã ou que seus filhos viverão amanhã. E, certamente, é tal a urgência de milhões de seres humanos, que não resta horizonte para considerar um hipotético futuro que possa sobrevir. Demasiada tragédia existe neste preciso instante e isto é mais que suficiente para lutar por uma mudança profunda de situação. Por que, então, mencionamos o amanhã, se as urgências de hoje são de tal magnitude? Simplesmente, porque cada vez mais se manipula a imagem do futuro e se exorta a aguentar a situação atual como se se tratasse de uma crise insignificante e suportável. "Todo ajuste econômico" – teorizam -"tem um custo social". "É

lamentável" - dizem - "que para que todos estejamos bem no futuro, vós tenhais que passar mal vosso presente". "Por acaso antes" - perguntam - "havia esta tecnologia e esta medicina nos lugares de maior abundância"? "Já chegará a vez" - afirmam - "também para vós"!
E enquanto nos postergam, esses que prometeram progresso para todos, continuam abrindo o fosso que separa as minorias opulentas das maiorias cada vez mais castigadas. Esta ordem social nos encerra em um círculo vicioso que se realimenta e projeta um sistema global do qual nenhum ponto do planeta pode escapar. Mas também está claro que em todos os lugares vem-se desacreditando das promessas da cúpula social, que se radicalizam posições e que começa a agitação geral. Lutaremos todos contra todos? Lutarão umas culturas contra outras, uns continentes contra outros, umas regiões contra outras, umas etnias contra outras, uns vizinhos contra outros e uns familiares contra outros? Iremos para um espontaneísmo sem direção, como animais feridos que sacodem de dor ou somaremos todas as diferenças, benvindas sejam, em direção à revolução mundial? O que estou querendo formular é que **está se apresentando a disjuntiva do simples caos destrutivo ou da revolução como direção superadora das diferenças dos oprimido**s. Estou dizendo que a situação mundial e particular de cada indivíduo será mais conflitiva a cada dia e que deixar o futuro nas mãos dos que têm dirigido esse processo até hoje, é suicida. Já não são estes os tempos em que se possa varrer toda oposição e proclamar no dia seguinte: "A paz reina em Varsóvia". Já não são os tempos nos quais os dez por cento da população possam dispor, sem limite, dos 90% restantes. Neste sistema que começa a ser mundialmente fechado, e não existindo uma clara direção de mudança, tudo fica às custas da simples acumulação de capital e poder. O resultado é que em um sistema fechado não se pode esperar outra coisa senão a mecânica da desordem geral. O paradoxo do sistema nos informa que, ao pretender ordenar a desordem crescente, irá se acelerar a desordem. Não há outra saída senão revolucionar o sistema, abrindo-o à diversidade das necessidades e aspirações humanas. Formuladas as coisas nesses termos, o tema da revolução adquire uma grandeza inusitada e uma projeção que não pôde ter em épocas anteriores.

2. De que revolução falamos ?

Em carta anterior, fixamos posições sobre as questões do trabalho frente ao grande capital; da democracia real frente à formal; da descentralização frente à centralização; da antidiscriminação frente à discriminação; da liberdade frente à opressão. Se no momento atual o capital vai se transferindo gradualmente para o sistema financeiro, se o sistema financeiro vai se apoderando das empresas, dos países, das regiões e do mundo, a revolução implica a apropriação do sistema financeiro de tal maneira que este preste seu serviço sem visar, em troca, juros que, por si, são exorbitantes. Se na constituição de uma empresa o capital visa lucros e o trabalhador, salário ou soldo e, se na empresa a gestão e decisão estão nas mãos do capital, a revolução implica que os lucros sejam reinvestidos, diversificados ou utilizados na criação de novas fontes de trabalho e que a gestão e decisão sejam compartilhadas entre o trabalho e o capital. Se as regiões ou províncias de um país estão atadas à decisão central, a revolução implica a desestruturação desse poder, de maneira que as entidades regionais formem uma república federativa e que o poder dessas regiões seja igualmente descentralizado, favorecendo a base comunal, de onde deverá partir toda representividade eleitoral. Se a saúde e a educação são tratadas de modo desigual para os habitantes de um país, a revolução implica educação e saúde gratuitas para todos porque, definitivamente, esses são os dois valores máximos da revolução e eles deverão substituir o paradigma da sociedade atual dado pela riqueza e pelo poder. **Colocando tudo em função da saúde e da educação, os complexíssimos problemas econômicos e tecnológicos da sociedade atual terão o parâmetro correto para seu tratamento**. Nos parece que procedendo de modo inverso não se chegará a conformar uma sociedade com possibilidades evolutivas. O grande argumento do capitalismo é colocar tudo em dúvida, perguntando sempre de onde sairão os recursos e como aumentará a produtividade, dando a entender que os recursos saem dos empréstimos bancários e não do trabalho do povo. Além disso, de que serve a produtividade, se logo desaparece das mãos de quem produz ? Nada de extraordinário nos diz o modelo que funcionou por algumas décadas em certas partes do mundo e que hoje começa a desarticular-se. Que a saúde e a educação desses países aumentam maravilhosamente é algo que está por ver-se à luz do crescimento das pragas não somente físicas, mas também psicossociais. Se é parte da educação a criação de um ser humano autoritário, violento e xenófobo; se é parte de seu progresso sanitário o aumento do alcoolismo, do consumo de drogas e do suicídio, então de nada vale tal modelo. Continuaremos

admirando os centros de educação organizados, os hospitais bem equipados e, além disto, faremos com que estes **estejam a serviço do povo, sem distinções.** Quanto ao conteúdo e significado da saúde e da educação há muito o que se discutir com o sistema atual.

Falamos de uma revolução social que modifique drasticamente as condições de vida do povo, de uma revolução política que altere a estrutura do poder e, enfim, de uma revolução humana que crie seus próprios paradigmas em substituição aos decadentes valores atuais. **A revolução social a que aponta o Humanismo passa pela tomada do poder político para realizar as transformações correspondentes, mas a tomada desse poder não é um objetivo em si mesmo.** Por outro lado, a violência não é um componente essencial dessa revolução. De que valeria a repugnante prática da execução e do cárcere para o inimigo? Qual seria a diferença com os opressores de sempre? A revolução da India anti-colonialista se produziu por pressão popular e não por violência. Foi uma revolução inconclusa determinada pela curteza de seu ideário, mas ao mesmo tempo mostrou uma nova metodologia de ação e luta. A revolução contra a monarquia iraniana desencadeou-se por pressão popular, nem sequer pela tomada dos centros de poder político, já que esses foram se "esvaziando", se desestruturando até deixar de funcionar... Em seguida, a intolerância arruinou tudo. Assim, é possível a revolução por distintos meios, inclusive o triunfo eleitoral, mas a transformação drástica das estruturas é algo que, de toda forma, deve colocar-se em andamento imediatamente, começando pelo estabelecimento de uma nova ordem jurídica que, entre outros tópicos, mostre claramente as novas relações sociais de produção, que impeça toda arbitrariedade e que regule o funcionamento daquelas estruturas do passado, ainda aptas a serem melhoradas.

As revoluções que hoje agonizam ou as novas que estão sendo gestadas não chegarão além do testemunhal dentro de uma ordem estancada, não chegarão além do tumulto organizado se não avançarem na direção proposta pelo Humanismo, isto é: na direção de um sistema de relações sociais cujo valor central seja o ser humano e não qualquer outro, como poderia ser a "produção", a "sociedade socialista", etc. Mas colocar o ser humano como valor central implica uma idéia totalmente diferente do que hoje se entende, precisamente, por "ser humano". Os esquemas de compreensão atuais estão ainda muito distantes da idéia e da sensibilidade necessárias para apreender a realidade do humano. Não obstante, e é necessário esclarecer, também começa a esboçar-se uma certa recuperação da inteligência crítica fora dos moldes aceitos pela engenhosidade superficial da época. Em G. Petrovic, para citar um caso, encontramos uma concepção precursora do que estamos expondo. Ele define a revolução como "a criação de um modo de ser essencialmente distinto, diferente de todo ser não humano, anti-humano e ainda não completamente humano". Petrovic termina identificando a revolução como a mais alta forma de ser, como ser em plenitude e como Ser-em-Liberdade (tese sobre "a necessidade de um conceito de revolução", 1977, *A Filosofia e as Ciências Sociai*s, Congresso de Morelia de 1975).

Não se deterá a maré revolucionária que está em andamento como expressão do desespero das maiorias oprimidas. Mas isto ainda não será suficiente, já que a direção adequada desse processo não ocorrerá somente pela mecânica da "prática social". **Sair do campo da necessidade para o campo da liberdade por meio da revolução é o imperativo desta época na qual o ser humano tem ficado enclausurado. As futuras revoluções, se é que irão além das quarteladas, dos golpes palacianos, das reinvindicações de classe, ou de etnia, ou de religião, terão que assumir um caráter transformador incluinte com base na essencialidade humana. Daí que além das mudanças que produzam nas situações concretas dos países, seu caráter será universalista e seu objetivo mundializador. Por conseguinte, quando falamos de "revolução mundial" compreendemos que qualquer revolução humamista, ou que se transforme em humanista, ainda que seja realizada em uma situação restrita, levará o caráter e o objetivo que a projetará para além de si mesma. E essa revolução, por mais insignificante que seja o lugar em que se produza, comprometerá a essencialidade de todo ser humano.** A revolução mundial não pode ser proposta em termos de êxito, senão em sua real dimensão humanizadora. Portanto, o novo tipo de revolucionário que corresponde a esse novo tipo de revolução torna-se, por essência e por atividade, humanizador do mundo.

3. As frentes de ação no processo revolucionário

Gostaria agora de estender-me em algumas considerações práticas a respeito da criação das condições necessárias para a unidade, organização e crescimento de uma força social suficiente que possa posicionar-se em direção a um processo revolucionário.

A antiga tese frentista de acumulação de forças progressistas baseada no acordo sobre pontos mínimos hoje termina na prática do "amontoamento" de dissidências partidárias sem inserção social. Deste modo resulta uma acumulação de contradições entre cúpulas que apontam para o protagonismo jornalístico e a promoção eleitoreira. Em épocas em que um partido com recursos econômicos suficientes podia hegemonizar a fragmentação, a proposta das "frentes" eleitorais era viável. Hoje, a situação mudou drasticamente e, no entanto, a esquerda tradicional continua com tais procedimentos como se nada tivesse acontecido. Faz-se necessário revisar a função do partido no momento atual e perguntar-se se são os partidos políticos as estruturas capazes de colocar em andamento a revolução. Porque se o sistema terminou metabolizando os partidos, convertendo-os em "cascas" de uma ação controlada pelos grandes capitais e pelo sistema financeiro, um partido superestrutural sem base humana poderá aproximar-se do poder formal (não do poder real), sem por isso introduzir a mínima variação de fundo. A ação política exige, por enquanto, a criação de um partido que obtenha representatividade eleitoral em distintos níveis. Mas deve estar claro, desde o primeiro momento, que essa representatividade tem por objetivo orientar o conflito até o seio do poder estabelecido. Nesse contexto, um membro do partido que obtém representatividade popular não é funcionário público, e sim um referente que evidencia as contradições do sistema e organiza a luta em direção à revolução. Em outras palavras, o trabalho político institucional ou partidário é entendido aqui como a expressão de um fenômeno social amplo que possui sua própria dinâmica. Assim, o partido pode desenvolver sua máxima atividade em épocas eleitorais, mas as distintas frentes de ação, que ocasionalmente lhe servem de base, utilizam o próprio fato eleitoral para destacar conflitos e ampliar sua organização. Há aqui diferenças importantes com a concepção tradicional do partido. Com efeito, até umas décadas atrás se pensava que o partido era a vanguarda de luta que organizava diferentes frentes de ação. Aqui se está propondo tudo em sentido inverso. São as frentes de ação as que organizam e desenvolvem a base de um movimento social e o partido é a expressão institucional desse movimento. Por sua vez, o partido deve criar condições de inserção para outras forças políticas progressistas, já que não pode pretender que aquelas percam sua identidade fundindo-se em seu seio. O partido deve ir além de sua própria identidade, formando com outras forças uma "frente" mais ampla que insira todos os fatores progressistas fragmentados. Mas não passará do acordo de cúpulas se o partido não conta com uma base real que oriente esse processo. Por outro lado, essa proposta não é reversível no sentido de que o partido faça parte de uma frente que organize outras superestruturas. Haverá frente política com outras forças caso estas aceitem as condições que estabelece o partido, cuja força real está dada pela organização de base. Passemos pois a considerar as distintas frentes de ação.

É necessário que diferentes frentes de ação realizem seu trabalho na base administrativa dos países apontando para o bairro ou município. Devem se desenvolver na área fixada frentes de ação trabalhistas e habitacionais, **comprometendo a ação com conflitos reais devidamente priorizados.Esse último ponto significa que a luta pela reivindicação imediata não tem significado se ela não deriva em crescimento organizativo e posicionamento para passos posteriore**s. Está claro que todo conflito deve ser explicado em termos relacionados diretamente com o nível de vida, com a saúde e a educação da população (coerentemente, os trabalhadores da saúde e da educação devem se converter em simpatizantes imediatos e, posteriormente, em quadros necessários para a organização direta da base social).

No que diz respeito às organizações sindicais, se apresenta aqui o mesmo fenômeno dos partidos do sistema. Por isso, não é o caso de propor o controle do sindicato ou das agremiações, mas a aglutinação de trabalhadores que, como consequência, desloquem o controle da cúpula tradicional. Deve-se promover todo sistema de eleição direta, todo plenário e toda assembléia que comprometa à dirigência e lhe exija a tomada de posições perante os conflitos concretos, de maneira que responda às reinvidicações da base ou seja superada. E, certamente, as frentes de ação no campo sindical devem desenhar sua tática apontando para o crescimento da organização da base social.

Finalmente, a implementação de instituições sociais e culturais atuando a partir da base é de suma importância porque permitem aglutinar as coletividades discriminadas ou perseguidas, no contexto do respeito aos Direitos Humanos, dando-lhes uma direção comum apesar de suas diferenças particulares. A tese de que cada etnia, coletividade ou grupo humano discriminado deve-se fazer forte em si mesmo para enfrentar o atropelo, padece de uma importante deficiência de apreciação. Essa postura parte da idéia de que "mesclar-se" com elementos alheios lhes faz perder identidade, quando, na realidade, sua posição

isolada os expõe e os leva a ser erradicados com maior facilidade, ou então, os coloca numa posição de radicalização a tal ponto que os perseguidores justifiquem a ação direta contra eles. **A melhor garantia de sobrevivência de uma minoria discriminada é que forme parte de uma frente juntamente com outros que encaminhem a luta por suas reinvindicações na direção revolucionária.** Além do que, é o sistema globalmente considerado o que tem criado as condições de discriminação e estas não desaparecerão enquanto esta ordem social não seja transformada.

4. O processo revolucionário e sua direção

Devemos distinguir entre processo revolucionário e direção revolucionária. Partindo de nossa posição, entende-se **o processo revolucionário como um conjunto de condições mecânicas geradas no desenvolvimento do sistema.** Nesse sentido, tal desenvolvimento cria fatores de desordem que, finalmente, são deslocados, se impõem ou terminam descompondo a totalidade do esquema. De acordo com as análises que fizemos, a tendência de globalização nestes momentos está apresentando agudos fatores de desordem no desenvolvimento total do sistema. Trata-se de um processo que é independente da ação voluntária de grupos ou indivíduos. Já consideramos este ponto em mais de uma oportunidade. O problema que se está formulando agora é, precisamente, o do futuro do sistema, já que este tende a revolucionar-se mecanicamente sem mediar orientação progressiva alguma. A orientação em questão depende da intenção humana e escapa à determinação das condições originadas pelo sistema. Já em outros momentos, temos esclarecido nossa posição a respeito da não passividade da consciência humana, a sua característica essencial de não ser simples reflexo de condições objetivas, a sua capacidade de opor-se a tais condições e projetar uma situação futura diferente da vivida no momento atual (aqui sugerimos ver a *carta número 4, ítens III e IV* e no livro *Contribuições ao Pensamento,* o ensaio *Discussões Historiológica*s, *cap. 3, ítens II e II*I). **Dentro desse modo de liberdade, entre condições, interpretamos a direção revolucionária**.

É pelo exercício da violência que uma minoria impõe suas condições ao conjunto social e organiza uma ordem, um sistema inercial, que continua seu desenvolvimento. Vistas assim as coisas, tanto o modo de produção e as relações sociais conseqüentes; tanto a ordem jurídica e as ideologias dominantes que regulam e justificam dita ordem e tanto o aparato estatal ou paraestatal através do qual se controla o todo social, se revelam como instrumentos a serviço dos interesses e intenções da minoria instalada. Mas o desenvolvimento do sistema continua mecanicamente além das intenções dessa minoria que luta para concentrar cada vez mais os fatores de poder e controle, provocando com isso uma nova aceleração no desenvolvimento do sistema que progressivamente vai escapando de seu domínio. Desta maneira, o aumento da desordem chocará contra a ordem estabelecida e provocará, por parte dessa ordem, a aplicação proporcional de seus recursos de proteção. Em épocas críticas se disciplinará o todo social com todo o rigor da violência disponível pelo sistema. Assim se chega ao máximo recurso disponível: o exército. Mas é totalmente certo que os exércitos continuarão respondendo do modo tradicional em épocas nas quais o sistema caminha para o colapso global? Se isso não for assim, a guinada de situação que pode ocorrer na direção dos acontecimentos atuais é tema de discussão. Basta refletir sobre as últimas etapas das civilizações que precederam à atual para compreender que os exércitos se alçaram contra o poder estabelecido, se dividiram nas guerras civis que já estavam delineadas na sociedade e, não podendo introduzir nessa situação uma nova direção, o sistema continuou sua direção catastrófica. Na atual civilização mundial que se perfila se tratará do mesmo destino? Consideraremos os exércitos na próxima carta.

Recebam com esta um grande abraço.

SILO

07/08/93

OITAVA CARTA AOS MEUS AMIGOS

Estimados amigos:

De acordo ao anunciado em carta anterior, comentarei na presente alguns pontos referidos aos exércitos. Supostamente, o interesse deste escrito estará centrado na relação entre as Forças Armadas, o poder político e a sociedade. Tomarei como base o documento discutido há três meses em Moscou (sob o título de *A Necessidade de uma Posição Humanista nas Forças Armadas Contemporâneas* –Conferência Internacional sobre Humanização das atividades militares e reforma das Forças Armadas, patrocinada pelo Ministério de Defesa da CEI - Moscou, 24/28 de maio de 1993). Unicamente me afastarei dos conceitos contidos no documento original ao tratar da posição militar no processo revolucionário, tema este que me permitirá completar algumas idéias esboçadas anteriormente.

1. Necessidade de uma redefinição do papel das Forças Armadas.

As forças armadas estão hoje definindo seu novo papel. Esta situação começou depois das iniciativas de desarmamento proporcional e progressivo empreendidas pela União Soviética no final da década de 80. A diminuição da tensão que existiu entre as superpotências provocou uma guinada no conceito de defesa dos países mais importantes. Não obstante, a substituição gradual dos blocos político-militares (particularmente do Pacto de Varsóvia) por um sistema de relações relativamente cooperativas tem ativado forças centrífugas que arrastam a novos choques em distintos pontos do planeta. Certamente, em pleno período da Guerra Fria os conflitos em áreas restringidas eram frequentes e muitas vezes prolongados, porém o caráter atual destes tem mudado de signo, ameaçando estender-se nos Balcãs, no mundo muçulmano e em várias zonas da Ásia e África.

A reivindicação limítrofe que outrora preocupava as forças armadas unidas hoje toma outra direção, dada a tendência à secessão no interior de alguns países. As disparidades econômicas, étnicas e linguísticas tendem a modificar fronteiras que se supunham inalteráveis, ao mesmo tempo em que ocorrem migrações em grande escala. Trata-se de grupos humanos que se mobilizam para escapar de situações desesperadoras ou para conter ou expulsar de áreas definidas outros grupos humanos. Estes e outros fenômenos mostram mudanças profundas, particularmente na estrutura e na concepção de Estado. Por um lado, assistimos a um processo de regionalização econômica e política; por outro, observamos a discórdia crescente no interior de países que caminham para essa regionalização. **É como se o Estado nacional, desenhado há duzentos anos, não aguentasse mais os golpes que lhe dão por cima as forças multinacionais e por baixo as forças de secessão.** Cada vez mais dependente, cada vez mais atado à economia regional e cada vez mais comprometido na guerra comercial contra outras regiões, o Estado sofre uma crise sem precedentes no controle da situação. Suas constituições são modificadas para dar lugar ao deslocamento de capitais e recursos financeiros; seus códigos e leis civis e comerciais ficam obsoletos. Até a tipificação penal varia quando hoje pode ser sequestrado um cidadão cujo delito será julgado em outro país por magistrados de outra nacionalidade e com base em leis estrangeiras. Assim, o velho conceito de soberania nacional fica sensivelmente diminuído. Todo o aparelho jurídico-político do Estado, suas instituições e o pessoal a seu serviço imediato ou mediato, sofrem os efeitos dessa crise geral. Esta é também a situação que atravessam as Forças Armadas, as quais, em seu momento, receberam o papel de sustentadoras da.soberania e da segurança geral. Privatizada a educação, a saúde, as comunicações, as reservas naturais e até importantes áreas da segurança dos cidadãos; privatizados os bens e serviços, diminui a importância do Estado tradicional. É coerente pensar que, se a administração e os recursos de um país saem da área de controle público, a Justiça seguirá o mesmo processo e dar-se-á às Forças Armadas o papel de milícia privada destinada à defesa de interesses econômicos vernáculos ou multinacionais. Tais tendências estão se acrescentando ultimamente no interior dos países.

2. Permanência de fatores agressivos na etapa de distensão.

Ainda não desapareceu a agressividade de potências que, em seu momento, deram por concluída a Guerra Fria. Atualmente, existem violações de espaços aéreos e marítimos; aproximações imprudentes a territórios distantes; incursões e instalação de bases; afiançamento de pactos militares; guerras e ocupação de territórios estrangeiros pelo controle das vias de navegação ou possessão de fontes de recursos naturais. Os antecedentes assentados pelas guerras da Coréia, Vietnã, Laos e Camboja; pela crise de Suez, Berlim e Cuba; pelas incursões em Granada, Trípoli e Panamá têm mostrado ao mundo a desproporção da

ação bélica, tantas vezes aplicada sobre países indefesos e que pesam na hora de falar de desarmamento. Estes fatos adquirem singular gravidade porque, em casos como o da Guerra do Golfo, se realizam nos flancos de países de grande importância que poderiam interpretar tais manobras como lesivas para sua segurança. Semelhantes excessos estão conseguindo efeitos residuais nocivos ao fortalecer a frente interna de setores que julgam seus governos incompetentes para conter aqueles avanços. A partir disto, pode-se chegar a comprometer o clima de paz internacional, tão necessário no momento atual.

3. Segurança interna e reestruturação militar.

A respeito da segurança interna é necessário citar dois problemas que parecem perfilar-se no horizonte dos acontecimentos imediatos: as explosões sociais e o terrorismo.

Se o desemprego e a recessão tendem a crescer nos países industrializados, é possível que estes sejam cenário de convulsões ou transbordamentos, invertendo-se, em alguma medida, o quadro que se apresentava em décadas anteriores, nas quais o conflito se desenvolvia nas periferias de um centro que continuava crescendo sem sobressalto. Acontecimentos como os ocorridos em Los Angeles no ano passado poderiam estender-se além de uma cidade e inclusive para outros países. Por último, o fenômeno do terrorismo aproxima-se como perigo de proporções, dado o poder de fogo com que hoje podem contar indivíduos e grupos relativamente especializados. Esta ameaça, que chegaria a expressar-se por meio do artefato nuclear ou de explosivos deflagrantes e moleculares de alto poder, atinge também a outras áreas como a das armas químicas e bacteriológicas de custo reduzido e fácil produção.

São, pois, muitas e numerosas as preocupações das Forças Armadas, dado o panorama instável do mundo de hoje. Por outro lado, e além dos problemas estratégicos e políticos que estas devem considerar, estão os temas internos de reestruturação, de licenciamento de importantes contigentes de tropas, do modo de recrutamento e capacitação, de renovação de material, de modernização tecnológica e, primariamente, de recursos econômicos. Porém, deve se compreender a fundo os problemas de contexto que temos mencionado, tem-se que ressaltar que nenhum deles poderá ser resolvido cabalmente se não ficar claro que função primária os exércitos devem cumprir. Afinal de contas, é o poder político o que dá sua orientação às Forças Armadas e são estas as que atuam com base a esta orientação.

4. Revisão dos conceitos de soberania e segurança.

Na concepção tradicional tem-se dado às Forças Armadas a função de resguardar a soberania e segurança dos países, dispondo do uso da força de acordo com o mandato dos poderes constituídos. Deste modo, o monopólio da violência que corresponde ao Estado se transfere para os corpos militares. Porém existe aqui um primeiro ponto de discussão à respeito do que se deve entender por "soberania" e por "segurança". Se estas, ou mais modernamente o "progresso" de um país, requerem fontes de abastecimento extra-territoriais; navegabilidade marítima indiscutível para proteger o deslocamento de mercadoria; controle de pontos estratégicos com o mesmo fim e ocupação de territórios distantes, estamos diante da teoria e da prática colonial ou neocolonial. No colonialismo, a função dos exércitos consistiu em abrir caminho, primeiramente aos interesses das coroas da época, e depois, às companhias privadas, que conseguiram concessões especiais do poder político em troca de rendimentos convenientes. A ilegalidade deste sistema foi justificada mediante a suposta barbárie dos povos ocupados, incapazes de dar-se uma administração adequada. A ideologia correspondente a esta etapa consagrou o colonialismo como sistema "civilizador" por excelência.

Em épocas do imperialismo napoleônico, a função do exército, que por outro lado ocupava o poder político, consistiu em expandir fronteiras com o objetivo declamado de redimir aos povos oprimidos pelas tiranias graças a ação bélica à instauração de um sistema administrativo e jurídico que consagrou em seus códigos a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade. A ideologia correspondente justificou a expansão imperial com base no critério de "necessidade" de um poder constituído pela revolução democrática frente às monarquias ilegais baseadas na desigualdade que, além disto, faziam frente comum para asfixiar a Revolução.

Mais recentemente, e seguindo os ensinamentos de Clausewitz, tem-se entendido a guerra como simples continuação da política e o Estado, promotor dessa política, se o tem considerado como o aparelho de governo de uma sociedade radicada em certos limites geográficos. A partir daí, tem-se chegado a definições, caras aos geopolíticos, nas quais as fronteiras aparecem como "a pele do Estado". Em tal concepção organológica, esta "pele" se contrai ou expande de acordo com o tom vital dos países e assim

deve ampliar-se com o desenvolvimento de uma comunidade que reclama "espaço vital", dada sua concentração demográfica ou econômica. Desde esta perspectiva, a função do exército é a de ganhar espaço conforme a exigência desta política de segurança e soberania que é primária a respeito das necessidades de outros países limítrofes. Aqui, a ideologia dominante proclama a desigualdade nas necessidades que experimentam as coletividades de acordo com suas características vitais. Esta visão zoológica da luta pela sobrevivência do mais apto rememora as concepções do darwinismo transportadas ilegitimamente à prática política e militar.

5. A legalidade e os limites do poder vigente.

Contemporaneamente flutua no ar muito das três concepções que temos usado para exemplificar como os exércitos respondem ao poder político e se enquadram segundo os ditames que, ocasionalmente, este entende por segurança e soberania. De maneira que, se a função do exército é de servir o Estado no que se diz respeito à segurança e soberania, e a concepção sobre estes dois temas varia de governo em governo, a força armada terá que se ater a ele. Isto admite algum limite ou exceção? Claramente se observa **duas exceções: 1 - aquela na qual o poder político tem-se constituído ilegitimamente e têm-se esgotado os recursos civis para mudar esta situação de anormalidade e 2 - aquela na qual o poder político tem-se constituído legalmente, porém em seu exercício se converte em ilegal, havendo-se esgotado os recursos civis para mudar a situação anômala. Em ambos os casos, as.Forças Armadas têm o dever de reestabelecer a legalidade interrompida, o que equivale a continuar os atos que por via civil não têm podido concluir-se. Nestas situações, o exército se deve à legalidade e não ao poder vigente.** Não se trata então de propiciar um estado deliberativo do exército, senão de destacar a prévia interrupção da legalidade realizada por um poder vigente de origem delituosa ou que se tem convertido em delituoso. A pergunta que se deve fazer é: de onde provém a legalidade e quais são as suas características? Respondemos que a legalidade provém do povo, o qual tem-se dado um tipo de Estado e de leis fundamentais às quais devem-se submeter os cidadãos. No caso extremo em que o povo decidisse modificar este tipo de Estado e este tipo de leis, a ele incumbiria fazê-lo, não podendo existir uma estrutura estatal e um sistema legal acima daquela decisão. Este ponto nos leva à consideração do fato revolucionário que trataremos mais adiante.

6 - A responsabilidade militar frente ao poder político.

Há de se destacar que os corpos militares devem estar formados por cidadãos responsáveis por suas obrigações com respeito à legalidade do poder estabelecido. Se o poder estabelecido funciona com base em uma democracia na qual se respeita a vontade majoritária por eleição e renovação dos representantes populares, se respeita as minorias nos termos consagrados pelas leis e se respeita a separação e independência de poderes, então não é a força armada que tem que deliberar sobre os acertos ou erros deste governo. Do mesmo modo, na implantação de um regime ilegal, a força armada não pode sustentá-lo mecanicamente, invocando uma "obediência devida" a este regime. Ainda chegando ao conflito internacional, a força armada tampouco pode praticar o genocídio, seguindo instruções de um poder febril pela anormalidade da situação. Porque se os Direitos Humanos não estão acima de qualquer outro Direito, não se entende para que exista organização social, nem Estado. E ninguém pode invocar "obediência devida" quando se trata do assassinato, da tortura e da degradação do ser humano. Se algo ensinaram os tribunais levantados após a Segunda Guerra Mundial, foi que o homem de armas tem responsabilidades como ser humano, ainda na situação-limite do conflito bélico.

A este ponto poderá perguntar-se: o exército não é uma instituição cuja preparação, disciplina e equipamento convertem-no em fator primário de destruição? Respondemos que assim estão montadas as coisas desde muito tempo antes da situação atual e que, independentemente da aversão que sentimos por toda forma de violência, não podemos propor o desaparecimento ou o desarme unilateral dos exércitos, criando vazios que seriam preenchidos por outras forças agressivas, como temos mencionado anteriormente ao referir-nos aos ataques realizados a países indefesos. **São as próprias Forças Armadas que têm uma importante missão a cumprir ao não obstruir a filosofia e a prática do desarmamento proporcional e progressivo, inspirando, além disto, os camaradas de outros países nesta direção e deixando claro que a função castradora no mundo de hoje é evitar catástrofes e servidão ditadas por governos ilegais que não respondem ao mandato popular.** Então, o maior serviço que as Forças Armadas poderão prestar a seus países e a toda a humanidade será evitar que existam as guerras. Esta

proposta que parece ser utópica está respaldada atualmente pela força dos fatos, que demonstram a pouca praticidade e a periculosidade para todos quando aumenta o poder bélico global ou unilateral.
Gostaria de voltar ao tema da responsabilidade militar por meio de uma exemplificação inversa. Durante a época da Guerra Fria se repetia no Ocidente uma dupla mensagem: por um lado, a OTAN e outros blocos se estabeleciam para sustentar um estilo de vida ameaçado pelo comunismo soviético e, ocasionalmente, chinês. Por outro, empreendiam-se ações militares em áreas distantes para proteger os "interesses" das potências. Na América Latina, o golpe de Estado dado pelos exércitos da zona tinha preferências pela ameaça da subversão interior. As Forças Armadas ali deixavam de responder ao.poder político e se alçavam contra todo direito e contra toda Constituição. Praticamente um continente se encontrava militarizado, respondendo à chamada "Doutrina de Segurança Nacional". A seqüela de morte e atraso que aquelas ditaduras deixaram para trás foi singularmente justificada ao longo da cadeia de comandos com a idéia da "obediência devida". Mediante ela se explicou que na disciplina castradora se seguem ordens da chefatura imediata. Esta proposta, que faz recordar as justificações dos genocidas do nazismo, é um ponto que deve ser considerado na hora de discutir os limites da disciplina castradora. Nosso ponto de vista a respeito deste particular, como já temos comentado, é que se o exército rompe a dependência do poder político, se constitui em uma força irregular, em um bando armado fora da lei. Este assunto está claro, mas admite uma exceção: o levantamento militar contra um poder político estabelecido ilegalmente ou que se tenha colocado em situação facciosa. As Forças Armadas não podem invocar "obediência devida" a um poder ilegal, porque se convertem em sustentadoras desta irregularidade, assim como em outras circunstâncias tampouco podem produzir o golpe militar escapando da função de cumprir com o mandato popular. Isto no que se refere à ordem interna e, em relação ao fato bélico internacional, não podem atentar contra a população civil do país inimigo.

7 - Reestruturação militar.

No que diz respeito ao recrutamento dos cidadãos, nosso ponto de vista é favorável à substituição do serviço militar obrigatório pelo serviço militar optativo, sistema este que permitirá uma maior capacitação do soldado profissional. Porém, a esta limitação de tropas corresponderá também uma redução importante do pessoal de quadros e do pessoal da chefatura. E é claro que não se efetuará uma reestruturação adequada sem atender aos problemas pessoais, familiares e sociais que terão que levar em consideração os numerosos exércitos que hoje mantêm um esquema sobredimensionado. A nova substituição trabalhista, geográfica e de inserção social destes contingentes será equilibrada se se mantiver uma relação militar flexível durante o tempo necessária para relocalização. Na reestruturação que hoje tem lugar em distintas partes do mundo, deve-se levar em conta primariamente o modelo de país no qual se efetua. Naturalmente, um sistema unitário tem características diferentes de um federativo ou o de distintos países que estão confluindo em uma comunidade regional. Nosso ponto de vista, favorável ao sistema federativo e aberto à confederação regional requer, para o desenho correto da reestruturação, compromissos sólidos e permanentes que permitam continuidade no projeto. Se não existe uma vontade clara das partes nesta direção, a reestruturação não será possível, porque a contribuição econômica de cada integrante estará submetida a vaivéns políticos ocasionais. Sendo este o caso, as tropas federais poderão existir só formalmente e os contingentes militares serão a simples somatória do potencial de cada comunidade que forme parte da federação. Isto trará também problemas de comando unificado de difícil solução. Em definitivo, será a orientação política a que terá que dar as pautas e, em tal situação, as Forças Armadas particulares necessitarão de uma condução bem precisa e coordenada.
Um problema de relativa importância na reestruturação é o referido a certos aspectos dos corpos de segurança. Os corpos de segurança, se não são militarizados, atuam com relação à ordem interna e com referência à proteção dos cidadãos ainda que, habitualmente, estejam envolvidos em operações de controle muito distantes do fim para o qual foram criados. O organograma no qual se inscrevem muitos países os faz depender diretamente das carteiras políticas tais como o Ministério do Interior, diferente do Ministério da Guerra ou da Defesa. Por outro lado, as polícias, entendidas como servidoras da cidadania e dispostas para que se cumpra com uma ordem jurídica não lesiva para os habitantes de um país, têm um caráter acessório e estão sob jurisdição do poder Judicial. Porém, muitas vezes, por seu caráter de força pública realizam operações que diante dos olhos da população, fazem-nas.aparecer como forças militares. Claramente se percebe a incoveniência de tal confusão e é de interesse das Forças Armadas que estas

distinções fiquem claras. Outro tanto ocorre com distintos organismos do Estado que manejam corpos secretos e de informações, cobertos e superpostos, que tampouco têm que ver com o regime castrador. Os exércitos precisam de um adequado sistema de informações que lhes permita operar com eficiência e que em nada se pareça com mecanismos de controle e seguimento da cidadania porque sua função diz respeito à segurança da Nação e não à aprovação ou à reprovação ideológica do governo de turno.

8 - A posição militar no processo revolucionário.

Supõe-se que numa democracia o poder provém da soberania popular. Tanto a conformação do Estado como a dos organismos que dele dependem derivam da mesma fonte. Assim, o exército cumpre com a função que lhe outorga o Estado para defender a soberania e dar segurança aos habitantes de um país. Por isso, podem ocorrer aberrações segundo seja o exército ou uma facção que ocupe ilegalmente o poder, de acordo ao visto anteriormente. No entanto, como também temos mencionado, poderia suceder o caso extremo em que o povo decidisse mudar este tipo de Estado e este tipo de leis, isto é, este tipo de sistema. Ao povo incumbiria fazê-lo, não podendo existir uma estrutura estatal e um sistema legal acima daquela decisão. Sem dúvida, as Constituições de muitos países contemplam a possibilidade de que elas mesmas sejam modificadas pela decisão popular. Desta maneira, poderia ocorrer uma mudança revolucionária em que a democracia formal abra caminho para a democracia real. No entanto, se se obstruísse esta possibilidade, se estaria negando a própria origem de onde brota toda a legalidade. Em tal cincunstância, e havendo-se esgotado todos os recusos civis, é obrigação do exército cumprir com esta vontade de mudança, deslocando da facção instalada, já ilegalmente, o manejo da coisa pública. Chegar-se-ia deste modo, mediante a intervenção militar, à criação de condições revolucionárias nas quais o povo coloca em andamento um novo tipo de organização social e um novo regime jurídico. **Não é necessário destacar as diferenças entre a intervenção militar que tem por objetivo devolver ao povo sua soberania arrancada, com o simples golpe militar que rompe a legalidade estabelecida por mandato popular.** Com respeito às mesmas idéias, a legalidade exige que se respeite a demanda do povo ainda no caso em que este proponha mudanças revolucionárias. Por que as maiorias não haveriam de expressar seu desejo de mudança de estruturas e, ainda, por que as minorias não haveriam de ter a oportunidade de trabalhar politicamente para conseguir uma modificação revolucionária da sociedade? **Negar por meio da repressão e da violência a vontade de mudança revolucionária compromete seriamente a legalidade do sistema das atuais democracias formais.**

Observe-se que não temos tratado de assuntos relativos à estratégia nem doutrina militar e tampouco de questões de tecnologia e organização castradora. Não poderia ser de outro modo. **Nós temos fixado o ponto de vista humanista a respeito das Forças Armadas relacionadas com o poder político e com a sociedade.** São as pessoas de armas as que têm à frente um enorme trabalho teórico e de implementação prática para adaptar esquemas a este momento tão especial que está vivendo o mundo. A opinião da sociedade e o genuíno interesse das Forças Armadas por conhecer esta opinião, ainda que não seja especializada, é de fundamental importância. Paralelamente, uma relação viva entre membros de exércitos de distintos países e a discussão franca com a civilidade é um passo importante no que se refere ao reconhecimento da pluralidade dos pontos de vista. Os critérios de isolamento de uns exércitos em relação a outros e de indiferença em relação às demandas do povo são próprios de uma época em que o intercâmbio humano e objetal estava restringido. O mundo tem mudado para todos, também para as Forças Armadas.

9 - Considerações sobre os exércitos e a Revolução.

Hoje se impõem duas opiniões que nos interessam especialmente. A primeira anuncia que a época das revoluções passou; a segunda, que o protagonismo militar na tomada de decisões políticas se atenua gradualmente. Também se supõe que somente em certos países atrasados ou desorganizados permanecem ameaçantes aqueles obstáculos do passado. Por outro lado, pensa-se que o sistema de relações internacionais, ao tomar um caráter cada vez mais sólido, fará sentir seu peso até que aquelas antigas irregularidades entrem em vigor. Sobre a questão das revoluções, como já se tem exposto, teremos um diametral ponto de vista. Quanto a que o concerto de nações "civilizadas" vá impor uma Nova Ordem na qual não tenha lugar a decisão militar, é tema por demais discutível. Nós destacamos que **é precisamente nas nações e regiões que vão tomando caráter imperial onde as revoluções e a decisão militar irão fazendo sentir sua presença. Cedo ou tarde as forças do dinheiro, cada vez mais concentradas,**

enfrentarão as maiorias e nesta situação sistema financeiro e exército tornar-se-ão termos antitéticos. Estamos, pois, localizados nas antípodas da interpretação dos processos históricos. Somente os tempos já próximos colocarão em evidência a correta percepção dos fatos, que para alguns, seguindo a tradição dos últimos anos, parecerão "incríveis". Com aquela visão, o que se vai dizer quando isto ocorrer? Provavelmente que a humanidade voltou ao passado ou, mais vulgarmente, que "o mundo tem se desordenado". Nós cremos que fenômenos como o irracionalismo crescente, o surgimento de uma forte religiosidade e outros tantos mais, não estão postos no passado, mas que correspondem a uma nova etapa que afrontará toda a valentia intelectual e todo compromisso humano que sejamos capazes. Em nada ajudará seguir sustentando que o melhor desenvolvimento da sociedade se corresponde com o mundo atual. Mais importante será compreender que a situação que estamos vivendo leva diretamente ao colapso de todo um sistema que alguns consideram defeituoso porém "aperfeiçoável". Não há tal sistema atual "aperfeiçoável". Pelo contrário, nele está, acima de tudo, a desumanidade de todos os fatores que se vêm acumulando ao longo de muitos anos. Se alguém julga estas afirmações como carentes de fundamento, tem todo o direito à condição de apresentar, por sua vez, uma posição coerente. E se pensa que nossa postura é pessimista, afirmamos que frente a este processo mecânico negativo prevalecerá a direção de humanização do mundo, empurrada pela revolução que produzirão os grandes conjuntos humanos, dia a dia, desprovidos de seu próprio destino.

Recebam com esta, um grande abraço.

Silo

10/08/93

Nona Carta aos Meus Amigos

Estimados amigos:

Muitas vezes tenho recebido correspondências nas quais se pergunta: "O que acontece hoje com os Direitos Humanos?". Pessoalmente não estou em condições de dar uma resposta precisa. Creio, assim, que aqueles que assinaram a Declaração Universal de Direitos Humanos, isto é, mais de 160 Estados da Terra, devem saber o que se passa. Estes Estados assinaram em 10 de dezembro de 1948, ou mais adiante, a aceitação daquele documento elaborado no seio das Nações Unidas. Todos compreenderam do que se tratava, todos se comprometeram a defender os direitos proclamados. Também assinou-se um Tratado de Helsinsky e os países designaram representantes diante das comissões de direitos humanos e diante dos tribunais internacionais.

1 - Violações dos direitos humanos.

Se a exemplo da crônica cotidiana, tomássemos o ocorrido neste campo nos últimos tempos, teríamos que recolocar a pergunta e formulá-la assim: "O que acontece com o jogo hipócrita dos governos no manejo dos direitos humanos ?". Bastaria acompanhar minimamente as agências informativas, consultar jornais, revistas, rádios e TV, para responder à pergunta. Tomemos como exemplo o último informe da Anistia Internacional (somente em 1992) e exponhamos sumariamente alguns dos dados fornecidos.

As violações dos direitos humanos aumentaram no mundo com catástrofes destacadas como as guerras da Iugoslávia e Somália. Houveram presos de consciência em 62 países; torturas institucionais em 110 e assassinatos políticos, usados pelos governos, em 45. A guerra na Bósnia-Herzegovina mostrou claramente os abusos e carnificinas efetuadas por todos os bandos contra dezenas de milhares de pessoas que foram assassinadas, torturadas e desprovidas de alimentos, muitas vezes só em razão de sua etnia. Em outros pontos como Tadjiquistão e Azerbaidjão se observaram os mesmos fenômenos. As denúncias de torturas e maus tratos por parte das forças de segurança têm-se elevado consideravelmente na Alemanha, França, Espanha, Portugal, Romênia e Itália. Nestes casos, a raça das vítimas desempenhou um importante papel. Também os grupos armados de oposição no Reino Unido, Espanha e Turquia cometeram sérias transgressões aos direitos humanos. Nos Estados Unidos foram executadas 31 pessoas (a maior cifra desde 1977, data em que foi novamente instaurada a pena de morte). Milhares de civis desarmados foram mortos na Somália neste período. Forças de segurança e "esquadrões da morte" assassinaram cerca de 4.000 pessoas na América Latina. Na Venezuela ocorreram dezenas de prisões e execuções de presos políticos durante a suspensão de garantias constitucionais que vieram após as tentativas de golpe de 4 de fevereiro e 27 de novembro. Em Cuba foram mantidas encarceradas, por razões políticas, cerca de 300 pessoas mas, ao não se permitir a entrada no país de observadores internacionais da Anistia, tampouco se pôde verificar a exatidão dos dados. No Brasil, a polícia matou presos durante um motim carcerário em São Paulo, enquanto na mesma cidade, no Rio de Janeiro e em outros pontos do país, centenas de crianças e outros "indesejáveis" foram executados. No Peru, 139 pessoas "desapareceram" e outras 65 foram executadas extra-judicialmente pelas forças de segurança. Receberam-se informes de maus tratos generalizados nas zonas montanhosas campesinas e aproximadamente 70 pessoas foram condenadas à prisão perpétua depois de julgamentos irregulares. Os grupos armados de oposição também assassinaram várias dezenas de pessoas em distintos pontos do território. Na Colômbia as reiteradas denúncias sobre violações aos direitos humanos foram.desmentidas pelo gabinete presidencial da matéria, atribuindo as informações a opositores políticos interessados em falsear a imagem da realidade política do país. No entanto, a Anistia denunciou que as Forças Armadas e os grupos paramilitares executaram extra-judicialmente não menos de 500 pessoas, ao mesmo tempo em que os grupos armados de oposição e as organizações do narcotráfico assassinaram cerca de 200. A Anistia acrescenta que a luta contra os militantes islâmicos provocou uma deteriorização da situação dos direitos humanos em vários países árabes como Argélia e Egito. Torturas, processos injustos, assassinatos políticos, "desaparecimentos" e outras violações graves foram perpetradas por agentes governamentais em todo o Oriente Médio. No Egito, a adoção de uma nova legislação "facilitou" a tortura dos presos políticos e 8 militantes islâmicos, presumidos integrantes de um grupo armado, foram condenados à morte por um tribunal militar "depois de um processo não equitativo". Na Argélia, cerca de 10.000 pessoas foram presas, sem acusação ou sem processo, em acampamentos isolados no deserto. Por sua vez,

grupos fundamentalistas se declararam responsáveis por assassinatos de civis e graves violações dos direitos humanos na Argélia e Egito, assim como nos territórios ocupados por Israel. As detenções sem processo estão particularmente difundidas na Síria, mas também têm lugar em Israel, Líbia, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Marrocos e Tunísia. Na China, a Anistia chamou a atenção para a quantidade de presos de "consciência" e sobre a existência de penas que recaem sobre ativistas políticos sem prévios processos judiciais.

Agências jornalísticas de distintas orientações têm exibido mapas do mundo em que se vê dezenas de países manchados pelo atropelo aos direitos humanos e outros nos quais se contabiliza os mortos em guerras religiosas e inter-étnicas. Também aparecem diversos pontos onde milhares de pessoas têm perecido por causa da fome em seu lugar de origem ou em meio a grandes migrações.

Mas o mencionado acima não esgota o tema dos direitos humanos nem, consequentemente, as violações que estes sofrem.

2 - Os Direitos Humanos, a Paz e o Humanitarismo como pretextos de intervenção.

Hoje se fala, com renovado vigor, dos direitos humanos. No entanto, tem mudado o signo dos que agitam estas bandeiras. Em décadas passadas, o progressismo trabalhou ativamente na defesa de princípios que haviam sido consagrados pelo consenso das nações. Assim, não faltaram as ditaduras que, em nome daqueles direitos, zombaram da necessidade e da liberdade pessoal e coletiva. Algumas explicaram que enquanto não se discutisse o sistema em vigor, os cidadãos teriam acesso à moradia, à saúde, à educação e ao trabalho. Logicamente, disseram, não havia que confundir liberdade com libertinagem, e "libertinagem" era discutir o regime.

Hoje as direitas têm recolhido aquelas bandeiras e são vistas ativas na defesa dos direitos humanos e da paz, sobretudo naqueles países que não dominam totalmente. Aproveitando alguns mecanismos internacionais, organizam forças de intervenção capazes de chegar a qualquer ponto do globo, a fim de impor a justiça. Em primeiro lugar, levam medicina e alimento para depois atacar à balas as populações, favorecendo a facção que melhor se subordina a eles. Rapidamente, qualquer quinta coluna poderá invocar que em seu país se altera a paz ou se pisoteiam os direitos humanos, para solicitar ajuda dos intervencionistas. Na realidade, tem-se aperfeiçoado os primitivos tratados e pactos para a defesa mútua com documentos que legalizam a ação de forças "neutras". Assim se implanta hoje, remoçada, a velha Pax Romana. Enfim, são as transformações ornitológicos que, começando com a águia dos pendões legionários, tomou logo forma de pomba picassiana até chegar ao dia de hoje em que o plumoso criou garras. Já não regressa à Arca bíblica portando um ramo de oliveira, senão que.volta à arca de valores levando um dólar em seu forte bico.

Adequadamente se tempera tudo com ternas argumentações. E nisto há que ser cuidadosos, porque **ainda quando se intervém em terceiros países por razões humanitárias evidentes para todos, se cria precedentes para justificar novas ações sem razões tão humanitárias nem tão evidentes para todos.**

É de se observar que, como consequência do processo de mundialização, as Nações Unidas estão jogando um papel militar crescente que introduz muitos perigos. Uma vez mais está-se comprometendo a soberania e auto-determinação dos povos mediante a manipulação dos conceitos de paz e de solidariedade internacional.

Deixemos os temas da paz para outra ocasião e observemos um pouco mais de perto os direitos humanos que, como todos sabemos, não se limitam a questões de "consciência", de liberdade política e de expressão. A proteção destes direitos não se reduz tampouco a evitar a perseguição, o encarceramento e a morte dos cidadãos em razão de suas diferenças com um regime dado. Quer dizer, não se circunscreve à defesa das pessoas frente à violência física direta que se pode exercer contra elas. Sobre este ponto há muita confusão e muito trabalho desordenado, porém algumas idéias básicas ficaram expressas na Declaração.

3 - Os outros direitos humanos.

O documento, no artigo 2.-1., diz: "Toda pessoa tem todos os direitos e liberdades proclamados nesta Declaração, sem distinção alguma de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de qualquer outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição". E alguns dos direitos proclamados são os seguintes: Artigo 23.-1. "Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de seu trabalho, condições equitativas e satisfatórias de trabalho e a proteção contra o

desemprego."; Artigo 25.-1. "Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como à sua família, a saúde e o bem-estar, e em especial a alimentação, o vestuário, a moradia, a assistência médica e os serviços sociais necessários; tem, da mesma forma, direito aos seguros em caso de desemprego, enfermidade, invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perdas de seus meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade".

Os artigos subscritos pelos Estados membros baseiam-se na concepção da igualdade e universalidade dos direitos humanos. Não estão no espírito nem na exposição taxativa da Declaração, condições tais como: "... estes direitos serão respeitados se é que não perturbam as variáveis macroeconômicas". Ou então: "... os mencionados direitos serão respeitados quando se alcance uma sociedade de abundância". No entanto, se poderia torcer o sentido do exposto, apelando ao Artigo 22.-"Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e a obter, mediante o esforço nacional e a cooperação internacional, *tendo em conta a organização e os recursos de cada Estado*, a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade". Neste "... *tendo em conta a organização dos recursos de cada Estado"*, dilui-se o exercício efetivo dos direitos e isto nos leva diretamente à discussão dos modelos econômicos.

Suponhamos um país com suficiente organização e recursos que de imediato passa ao sistema de economia de livre mercado. Em tal situação, o Estado tenderá a ser um simples "administrador",enquanto a empresa privada se preocupará pelo desenvolvimento de seus negócios. Os orçamentos para saúde, educação, segurança social serão progressivamente recortados. O Estado.deixará de ser "assistencialista", por conseguinte não terá responsabilidade pela situação. A empresa privada tampouco deverá se responsabilizar pelos problemas, já que as leis que poderiam obrigá-la a proteger tais direitos serão modificadas. A empresa entrará, ainda, em conflito ainda com regulamentos sobre salubridade e segurança trabalhista. Porém, a idéia e a prática salvadora da privatização da saúde colocará a empresa em situação de preencher o vazio deixado na anterior etapa de transição. Este esquema se repetirá em todos os campos, à medida em que avance a privatização, que oferecerá seus eficientes serviços a quem possa pagá-lo, com o qual 20% da população terá cobertas as suas necessidades. Quem defenderá, então, os direitos humanos dentro da concepção universal e igualitária, se estes se exerceriam "...*tendo em conta a organização e os recursos de cada Estad*o"? Porque está claro que "quanto menor seja o Estado, mais próspera será a economia deste país", segundo explicam os defensores desta ideologia. Neste tipo de discussão, de imediato se passará da declamação idílica sobre a "abundância geral" à brutalidade expositiva que, com caráter de ultimato, irá-se apresentar, aproximadamente, nestes termos: "Se as leis limitam o capital, este abandonará o país, não chegarão investimentos, não haverá empréstimos internacionais nem refinanciamento de dívidas contraídas anteriormente, o que reduzirá as exportações e a produção e, por último, comprometerá a ordem social". Assim, com toda simplicidade, ficaria exposto um dos tantos esquemas de extorsão. Se isto que vínhamos comentando o derivamos da situação de um país com suficientes recursos, em sua passagem para a economia de livre mercado, é fácil imaginar o agravamento de condições quando o país em questão não conta com os requisitos básicos de organização e recursos. Tal como está propondo a Nova Ordem Mundial, e em razão da inter-dependência econômica, **em todos os países (ricos ou pobres), o capital estará atentando contra a concepção universal e igualitária dos direitos humanos.**

A discussão anterior não pode propor-se nos termos estritamente gramaticais do artigo 22, porque nele (e em toda a Declaração dos Direitos Humanos) não se está colocando acima das pessoas uma valorização econômica que relativize seus direitos. Tampouco é legítimo introduzir argumentos tangenciais ao explicar que sendo a economia a base do desenvolvimento social, há que se dedicar todos os esforços às variáveis macro-econômicas, para que uma vez conseguida a abundância, se possa atender aos direitos humanos. Isto é tão torpemente linear como dizer: "já que a sociedade está submetida à lei da gravidade, é necessário concentrar-se neste problema e quando seja resolvido, falaremos dos direitos humanos". Em uma sociedade sadia não ocorre aos cidadãos construir em barrancos instáveis porque conhecemos os condicionamentos da gravidade e, igualmente, todo o mundo sabe claramente que são os condicionamentos econômicos e a importância de sua correta resolução **em função** da vida humana. De todas as maneiras, estas são subterfúgios que não fazem o tema central.

A consideração sobre os direitos humanos não fica reduzida a estas últimas questões de trabalho, remuneração e assistência, como em seu momento tampouco fora limitada aos âmbitos de expressão política e à liberdade de consciência. Temos destacado algum defeito na redação da Declaração, porém ainda assim devemos convir que bastaria uma escrupulosa aplicação de seus artigos, por parte de todos os governos, para que este mundo experimentasse uma mudança positiva de grande importância.

4 - A universalidade dos direitos humanos e a tese cultural.

Existem diversas concepções de ser humano e esta variedade de pontos de vista, amiúde, tem por base as distintas culturas desde as quais se observa a realidade. O que estamos propondo afeta globalmente a questão dos direitos humanos. Com efeito, frente à idéia de um ser humano universal com os mesmos direitos e com as mesmas funções em todas as sociedades, hoje se levanta a tese "cultural" que defende uma postura diferente sobre estes temas. Assim, os sustentadores desta posição.consideram que os supostos direitos universais do homem não são senão a generalização do ponto de vista que sustenta o Ocidente e que pretende uma validez universal injustificada. Tomemos, por exemplo, o artigo 16.-1. "Os homens e as mulheres, a partir da idade núbil, tem direito, sem restrição alguma por motivos de raça, nacionalidade ou religião, a casar-se e fundar uma família; e desfrutarem de iguais direitos no que se refere ao matrimônio, durante o matrimônio e em caso de dissolução do matrimônio."; 16.-2. "Só mediante livre e pleno consentimento dos futuros esposos, poder-se-á contrair matrimônio."; 16.-3. "A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado." Estes três incisos do artigo 16 trazem numerosas dificuldades de interpretação e aplicação a várias culturas que, partindo do Oriente Médio e do Levante, chegam a Asia e a Africa. Quer dizer, trazem dificuldades à maior parte da humanidade. Para este mundo tão extenso e variado nem sequer o matrimônio e a família coincidem com os parâmetros que pareçam tão "naturais" ao Ocidente. Por conseguinte, estas instituições e os direitos humanos universais referidos a elas, estão em discussão. Outro tanto ocorre se tomarmos a concepção de Direito em geral e de Justiça; se confrontarmos as idéias de punição do delinqüente com as de reabilitação do que delinqüe, tópicos estes nos quais não há acordo ainda entre os países do mesmo contexto cultural ocidental. Sustentar como válido para toda a humanidade o ponto de vista da própria cultura leva a situações francamente grotescas. Assim, nos Estados Unidos se aprecia como um atentado aos direitos humanos universais o seccionamento legal da mão do ladrão, que se pratica em alguns países árabes, enquanto se discute academicamente se é mais humano o gás cianídrico, a descarga de 2.000 volts, a injeção letal, o enforcamento ou outra macabra delícia da pena capital. Porém também é claro que, assim como neste país há uma grande parte da sociedade que repudia a pena de morte, naquele outro lugar são numerosos os difamadores de todo tipo de castigo físico para o réu. O mesmo Ocidente, arrastado pela mudança de usos e costumes, vê-se em uma situação difícil na hora de sustentar sua idéia tradicional de família "natural". Pode existir hoje família com filhos adotivos ? Certamente que sim. Pode existir família em que o casal está constituído por membros do mesmo sexo? Algumas legislações já o admitem. O que define então a família, seu caráter "natural" ou o compromisso voluntário de cumprir com determinadas funções ? Em que razões pode-se basear a excelência da família monogâmica de algumas culturas sobre a poligâmica ou poliândrica de outras culturas ? Se este é o estado da discussão, pode-se seguir falando de um Direito universalmente aplicável à família ? Quais serão e quais não serão os direitos humanos que se devem defender nesta instituição ? Claramente, a dialética entre a tese universalista (pouco universal em sua própria área) e a cultural, não se pode resolver no caso da família (que temos tomado como um de muitos exemplos possíveis) e temo que tampouco possa solucionar-se em outros campos do fazer social.

Digamo-lo de uma vez: aqui está em jogo a concepção global de ser humano insuficientemente fundamentada por todas as posturas em discussão. A necessidade de tal concepção é evidente porque nem o Direito em geral, nem os direitos humanos em particular, poderão prevalecer se não se esclarecem em seu significado mais profundo. Já não é o caso de propor-se em abstrato as questões mais gerais do Direito. **Ou se trata de direitos que para ser vigentes dependem do poder estabelecido, ou se trata de direitos como aspirações a cumprir-se.** Sobre isto, temos dito em outra ocasião (A Lei, em "A Paisagem Humana" - Humanizar a Terra): "Pessoas práticas não se perdem em teorizações e têm declarado que é necessário que exista uma lei para que exista a convivência social. Também se tem afirmado que a lei se faz para defender os interesses de quem a impõe. Ao que parece, é a situação prévia

de poder a que instala uma determinada lei que, por sua vez, legaliza o poder. Assim é que o poder como imposição de uma intenção, aceita ou não, é o tema central. Se disse que a força não gera direitos, porém este contra-senso pode se aceitar se se pensa a força somente como fato físico brutal, quando na realidade a força (econômica, política, etc.) não necessita ser exposta perceptualmente para se fazer presente e impor respeito. Por outro lado, ainda a força física (a das armas, por exemplo), expressa em sua descarnada.ameaça, impõe situações que são justificadas legalmente, e não devemos desconhecer que o uso das armas em uma ou outra direção depende da intenção humana e não de um direito..." E mais adiante: "Quem viola uma lei desconhece uma situação imposta no presente, expondo sua temporalidade (seu futuro) às decisões de outros. Porém é claro que aquele "presente" em que a lei começa a vigorar tem raízes no passado. O costume, a moral, a religião ou o consenso social parecem ser as fontes invocadas para justificar a existência da lei. Cada uma delas, por sua vez, depende do poder que a impôs. E estas fontes são revisadas quando o poder que as originou tem decaído ou tem-se transformado de tal modo que a manutenção da ordem jurídica anterior começa a entrar em choque com o "razoável", com o "sentido comum", etc. Quando o legislador muda uma lei ou um conjunto de representantes do povo muda a Constituição de um país, aparentemente não se viola a lei em geral porque aqueles que atuam não ficam expostos às decisões de outros, porque têm em suas mãos o poder ou atuam como representantes de um poder, e nesta situação fica claro que o poder gera direitos e obrigações, e não o inverso". Para terminar a citação: **"Os direitos humanos não têm a vigência universal que seria desejável porque não dependem do poder universal do ser humano, senão do poder de uma parte sobre o todo.** Se as mais elementares reinvidicações sobre o governo do próprio corpo são pisoteadas em todas as latitudes, podemos falar somente de aspirações que terão que se converter em direitos. **Os direitos humanos não pertencem ao passado, estão ali no futuro, succionando a intencionalidade, alimentando uma luta que se reaviva em cada nova violação do destino do homem. Por isto, toda reivindicação que se faça a favor deles tem sentido, porque mostra aos poderes atuais que não são onipotentes e que não têm o futuro controlado."**

Sobre nossa concepção geral de ser humano não é necessário voltar aqui nem reafirmar que o reconhecimento que fazemos das realidades culturais diversas não invalida a existência de uma comum estrutura humana no sobrevir histórico e na direção convergente. A luta pelo estabelecimento de uma nação humana universal é também a luta, a partir de cada cultura, pela vigência de direitos humanos cada vez mais precisos. Se em uma cultura se desconhece, de imediato, o direito à vida plena e à liberdade, colocando acima do ser humano outros valores, é porque ali algo se desviou, algo está divergindo do destino comum e, então, a expressão desta cultura *neste ponto preciso* deve ser claramente repudiada. É certo que contamos com formulações imperfeitas dos direitos humanos, porém são por hora as únicas que temos em nossas mãos para defender e aperfeiçoar. **Estes direitos são hoje considerados como simples aspirações e não podem ser plenamente vigentes, dados os poderes estabelecidos. A luta pela plena vigência dos direitos humanos leva, necessariamente, ao questionamento dos poderes atuais, orientando a ação para a substituição destes pelos poderes de uma nova sociedade humana.**

Recebam com esta um grande abraço,

Silo.

21/11/93

Décima Carta aos Meus Amigos

Estimados amigos:

Qual é o destino dos acontecimentos atuais? Os otimistas pensam que entraremos em uma sociedade mundial de abundância na qual os problemas sociais ficarão resolvidos - uma espécie de paraíso na Terra. Os pessimistas consideram que os sintomas atuais demonstram uma enfermidade crescente das instituições, dos grupos humanos e até do sistema demográfico e ecológico global – uma espécie de inferno na Terra. Os que relativizam a mecânica histórica deixam tudo condicionado ao comportamento que assumamos no momento atual - o céu ou o inferno dependerão de nossa ação. Certamente, há aqueles para os quais não interessa minimamente o que acontecerá com outros que não sejam eles mesmos. Entre tantas opiniões, nos importa aquela que faça o futuro depender do que façamos hoje. Apesar disso, mesmo nesta postura há diferença de critérios. Alguns dizem que, como esta crise foi provocada pela voracidade do sistema financeiro e das companhias multinacionais, ao chegar a um ponto perigoso para seus interesses, estas colocarão em andamento mecanismos de recuperação, tal como têm acontecido em ocasiões anteriores. Em matéria de ação, propiciam a adaptação gradual aos processos de reconversão do capitalismo em benefício das maiorias. Outros, ao contrário, indicam que não é o caso de fazer toda situação depender do voluntarismo das minorias, mas de manifestar a vontade das maiorias mediante a ação política e o esclarecimento do povo, que se encontra chantageado pelo esquema dominante. Segundo eles, chegará um momento de crise geral no sistema e essa situação deve ser aproveitada para a causa da revolução. Mais adiante, estão aqueles que afirmam que tanto o capital quanto o trabalho, as culturas, os países, as formas organizativas, as expressões artísticas e religiosas, os grupos humanos e até os indivíduos estão envolvidos num processo de aceleração tecnológica e de desestruturação que não controlam. Trata-se de um longo processo histórico que hoje produz uma crise mundial e que afeta a todos os esquemas políticos e econômicos, não dependendo destes a desorganização geral nem a recuperação geral. **Os defensores dessa visão estrutural insistem em que é necessário forjar uma compreensão global destes fenômenos ao mesmo tempo em que se atua nos campos mínimos de especificidade social, grupal e pessoal. Dada a interconexão do mundo não sustentam um gradualismo com êxito que seria adotado socialmente ao longo do tempo, e sim geram uma série de "efeitos demonstração" suficientemente enérgicos para produzir uma inflexão geral do processo.** Consequentemente, exaltam a capacidade construtiva do ser humano de se dedicar a transformar as relações econômicas, modificar as instituições e lutar sem descanso para desarticular todos os fatores que estão provocando uma involução sem retorno. Nós aderimos a esta última postura. Está claro que tanto esta quanto as anteriores foram simplificadas e que, além disso, foram omitidas múltiplas variantes que derivam de cada uma delas.

1.A desestruturação e seus limites

É pertinente destacar os limites da desestruturação política considerando que esta não se deterá até chegar à base social e ao indivíduo. Exemplifiquemos. Em alguns países se faz mais evidente que.em outros a perda do poder político centralizado. Graças ao fortalecimento das autonomias ou à pressão das correntes separatistas, ocorre que determinados grupos de interesse, ou simples oportunistas, desejariam deter o processo justamente ali onde ficara em suas mãos o controle da situação. De acordo a essas aspirações, o cantão separado, ou a nova república separada do país anterior, ou a autonomia liberada do poder central deveriam permanecer como as novas estruturas organizativas. Mas acontece que estes poderes começam a ser questionados pelas microregiões, municípios ou comunas, condados, etc. Ninguém vê por que razões uma autonomia liberada do poder central deveria, por sua vez, centralizar o poder com respeito a unidades menores por mais que se pusesse como pretexto o uso do mesmo idioma, ou um folclore comum, ou uma imponderável "coletividade histórica e cultural", porque quando se trata de arrecadação fiscal ou de finanças, o folclore fica somente para o turismo e as gravadoras de disco. No caso em que os municípios se emancipassem do poder autônomo, os bairros aplicariam a mesma lógica e assim haveria de seguir essa cadeia até os vizinhos que vivem separados por uma rua. Alguém poderia dizer: "Porque haveríamos de pagar os mesmos impostos, nós que vivemos deste lado da linha e os que vivem do outro lado". Nós temos melhores condições de vida e nossos impostos vão solucionar os problemas dessas outras pessoas que não querem progredir com seu esforço. É melhor que cada um se arranje com o seu".

É claro que em cada casa da vizinhança se poderia escutar as mesmas inquietudes e ninguém poderia deter este processo mecânico justamente no ponto que lhe interessasse. Quer dizer que não se pararia tudo em um simples processo de feudalização ao estilo Medieval, dado por populações reduzidas e distantes e por relações de intercâmbio esporádicas através de vias de comunicação controladas pelos feudos em conflito ou por grupos arrecadadores de pedágio. A situação não se assemelha à de outras épocas em matéria de produção, consumo, tecnologia, comunicações, densidade demográfica, etc.
Por outro lado, as regiões econômicas e os mercados comuns tendem a absorver o poder de decisão dos antigos países. Em uma região dada, as autonomias poderiam deixar de lado a antiga unidade nacional, mas também os municípios, ou grupos de municípios, tenderiam a passar por cima dos velhos níveis administrativos e pedir sua inclusão na nova superestrutura regional, reinvindicando sua participação de membro pleno. As autonomias, municípios ou grupos de municípios que contassem com um forte potencial econômico poderiam ser considerados seriamente pela unidade regional.
Nada impediria que na guerra econômica entre os distintos blocos regionais, alguns países membros começassem a estabelecer relações "bilaterais ou multilaterais", escapando à órbita do mercado regional no qual estão incluídos. Por que a Inglaterra, por exemplo, não poderia estabelecer relações mais estreitas com o NAFTA da América do Norte, conseguindo a princípio exceções dentro da CEE e depois, de acordo com o avanço dos negócios, que impediria que se incluísse no novo mercado re-gional, abandonando o anterior? E se o Canadá entrasse em um processo de separatismo, o que impediria que Quebec começasse negociações fora da região do NAFTA? Já não poderiam existir na América do Sul, organizações do tipo da ALALC ou Pacto Andino se a Colômbia e Chile começassem a integrar suas economias com vistas à inclusão no NAFTA frente a um MERCOSUL que se veria afetado por possíveis separações no Brasil. Por outro lado, se a Turquia, Argélia e outros países do sul do Mediterrâneo começassem sua inclusão na CEE, outros países excluídos reforçariam mútua proximação para negociar como conjunto com outras áreas geográficas. E o que aconteceria no contexto dos blocos regionais que hoje se visualizam, com potências como China, Rússia e o leste europeu, dadas as suas rápidas transformações centrífugas?
Provavelmente as coisas não aconteçam como nos exemplos que demos, mas a tendência à regionalização pode tomar caminhos inesperados e resultar em um esquema bem diferente do que se.propõe em base à contiguidade geográfica, e portanto, baseado em um preconceito geopolítico vulgar. De maneira que uma nova desordem pode ocorrer dentro de esquemas recentes, que têm como objetivo não somente a união econômica mas também uma intenção de bloco político e militar. E como, definitivamente, será o grande capital que decide a melhor evolução de seus negócios, ninguém deveria estar tão seguro, imaginando mapas regionais arranjados de acordo à contiguidade geográfica na qual a estrada, a via férrea e o enlace radial foram protagonistas, mas que hoje tendem a ficar redesenhados pelo tráfego aéreo e marítimo de grande volume e pela comunicação mundial via satélite. Já em épocas do colonialismo a continuidade geográfica foi substituída por um tabuleiro ultramarino de grandes potências, que foi decaindo com os dois conflitos mundiais. A reacomodação atual, para alguns, faz voltar o problema a etapas pré-coloniais fazendo-lhes imaginar que uma região econômica deva estar organizada em um continuum espacial com o qual projetam seu Nacionalismo particular para um tipo de "nacionalismo" regional. Definitivamente, estamos dizendo que **os limites da desestruturação não estão dados no particular pelos novos países emancipados ou as autonomias liberadas de um poder central e que tampouco estão dados no geral por regiões econômicas organizadas em base à contiguidade geográfica. Os limites mínimos da destruturação estão chegando ao vizinho e ao indivíduo e os máximos, à comunidade mundial.**

2.Alguns campos importantes no fenômeno da desestruturação

Gostaria de destacar, entre tantos outros possíveis, três campos de desestruturação: o político, o religioso e o geracional.
Fica claro que os partidos se alternarão ocupando o já reduzido poder estatal, ressurgindo como "direitas", "centros", e "esquerdas". Já ocorrem e ocorrerão muitas "surpresas" ao comprovar-se que forças dadas por desaparecidas emergem novamente e que agrupações e lineamentos entronizados desde décadas atrás se dissolvem em meio ao descrédito geral. Isto não é uma novidade no jogo político. O realmente original é que tendências supostamente opostas poderão suceder-se sem modificar minimamente o processo desestruturador que, certamente, afetaria elas mesmas. E, se se trata de propostas, linguagem e estilo

político, poderemos assistir a um sincretismo geral no qual os perfis ideológicos ficarão cada dia mais confusos. Frente a uma luta de slogans e formas vazias, o cidadão médio irá se afastando de toda participação para concentrar-se no mais perceptual e imediato. Mas o inconformismo social se fará sentir crescentemente mediante o espontaneísmo, a desobediência civil, o transbordamento e a aparição de fenômenos psicosociais de crescimento explosivo. É neste ponto onde aparece perigosamente o neo-irracionalismo que pode liderar assumindo formas de intolerância como bandeira de luta. Neste sentido é claro que, se um poder central pretende asfixiar as reivindicações independentistas, as posições tenderão a radicalizar-se, arrastando as agrupações políticas à sua própria esfera. Que partido poderá ficar indiferente (com risco de perder sua influência) se estoura a violência em um ponto, motivada pela questão territorial, étnica, religiosa ou cultural? As correntes políticas haverão de tomar posições como hoje ocorre em vários lugares da África (18 pontos em conflito); América (Brasil, Canadá, Guatemala e Nicarágua, sem considerar as reinvindicações das coletividades indígenas do Equador e outros países da América do Sul e sem atender à agudização do problema racial nos EUA); Ásia (10 pontos, contando o conflito sino-tibetano, mas sem destacar as diferenças inter-cantonais que estão surgindo ao longo de toda China); Ásia do Sul e do Pacífico (12 pontos, incluindo as reivindicações das coletividades autóctones da Austrália); Europa Ocidental (16 pontos); Europa Oriental (4 pontos, tomando Tchéquia e Eslováquia, a ex-Iugoslávia, Chipre e a ex-URSS como um só ponto cada uma, porque de outro modo as zonas em conflito podem elevar-se a trinta, tendo em conta a vários países dos Balcãs e a URSS com dificuldades inter-étnicas e fronteiriças em mais de 20 repúblicas.repartidas além da Europa Oriental); Levante e Oriente Médio (09 pontos).

Também os políticos terão que fazer eco da radicalização que vão experimentando as religiões tradicionais, como ocorre entre muçulmanos e hindus na India e Paquistão, entre muçulmanos e cristãos na ex-Iugoslávia e Líbano, entre hindus e budistas no Sri-Lanka. Deverão expedir-se nas lutas inter-seitas dentro de uma mesma religião, como ocorre na zona de influência do Islã entre sunitas e xiitas, e na zona de influência do cristianismo, entre católicos e protestantes. Haverão de participar da perseguição religiosa que começou no Ocidente através da imprensa e da instauração de leis limitantes à liberdade de culto e de consciência. É evidente que as religiões tradicionais tenderão à perseguição das novas formas religiosas que estão despertando em todo o mundo. Segundo os bempensantes, normalmente ateus, mas objetivamente aliados à seita dominante, a fustigação aos novos grupos religiosos "não constitui uma limitação à liberdade de pensamento, senão uma proteção à liberdade de consciência que se vê agredida pela lavagem cerebral dos novos cultos que, além disso, atentam contra os valores tradicionais, a cultura e a forma de vida da civilização". Deste modo, políticos alheios ao tema religioso começam a tomar partido nesta orgia de caça-bruxas porque, entre outras coisas, enxergam a popularidade massiva que começam a conseguir estas novas expressões de fé de fundo revolucionalista. Já não poderão dizer, como no século XIX, "a religião é o ópio dos povos", já não poderão falar do isolamento adormecido das multidões e dos indivíduos quando as massas muçulmanas proclamam a instauração de repúblicas islâmicas; quando o budismo no Japão (desde o colapso da religião nacional, Shinto, ao fim da Segunda Guerra Mundial) motoriza a tomada do poder pelo Komeito; quando a Igreja Católica tende à formação de novas correntes políticas depois do desgaste do social cristianismo e do terceiro-mundismo na América Latina e África. Em todo caso, os filósofos ateus dos novos tempos terão que mudar os termos e substituir em seu discurso "ópio dos povos" por "anfetamina dos povos".

As lideranças terão que fixar posições a respeito de uma juventude que toma características de "grupo de risco majoritário" porque se lhe atribui perigosas tendências para a droga, a violência e a incomunicação. Estas lideranças que insistem em ignorar as raízes profundas de tais problemas não estão em condições de dar respostas adequadas por meio da participação política, do culto tradicional ou das ofertas de uma civilização decadente controlada pelo Dinheiro. Enquanto isso, se está facilitando a destruição psíquica de toda uma geração e o surgimento de novos poderes econômicos que lucram vilmente com a angústia e o abandono psicológico de milhões de seres humanos. Muitos se perguntam agora a que se deve o crescimento da violência entre os jovens, como se não houvesse sido as velhas gerações e a que atualmente detêm o poder, as que aperfeiçoaram uma violência sistemática aproveitando inclusive os avanços da ciência e tecnologia para tornar suas manipulações mais eficientes. Alguns destacam um certo "autismo" juvenil e, tendo em conta essa apreciação, poder-se-ia estabelecer relações entre a maior

longevidade dos adultos e o maior tempo de capacitação requerido para que os jovens superem o limiar da postergação. Esta explicação tem base, mas é insuficiente na hora de entender processos mais amplos. O que se observa é que a dialética geracional, motor da história, ficou provisoriamente detida e com ela se abriu um perigoso abismo entre dois mundos. Aqui é oportuno lembrar que, quando algum pensador advertiu há décadas sobre aquelas tendências que hoje já se expressam como problemas reais, os mandarins e seus formadores de opinião só puderam rasgar as vestimentas, acusando tal discurso de *promover* a guerra geracional. Naqueles tempos, uma poderosa força juvenil que deveria ter expressado o advento de um fenômeno novo, mas também a continuação criativa do processo histórico, foi desviada para as difusas exigências da década de 60 e empurrada para um guerrilheirismo sem saída em vários pontos do mundo. Se se pretende atualmente que as novas gerações canalizem seu desespero no tumulto musical e no estádio de futebol, limitando suas reinvindicações à camiseta e ao poster de inocentes proclamações, haverá novos problemas. Tal situação.de asfixia cria condições catárticas irracionais aptas para serem canalizadas pelos fascistas, pelos autoritários e "violentistas" de todo tipo. Não é semeando a desconfiança em relação aos jovens ou suspeitando em toda criança um criminoso em potencial que se estabelecerá o diálogo. Além disso, ninguém mostra entusiasmo por dar participação nos meios de comunicação social às novas gerações, ninguém está disposto à discussão pública destes problemas, a menos que se trate de "jovens exemplares" que reproduzam a temática "politiqueira" com música de rock ou se dediquem, com espírito de escoteiros, a limpar pinguins sujos de petróleo sem questionar o grande capital como promotor do desastre ecológico! Muito temo que qualquer organização genuinamente juvenil (seja trabalhista, estudantil, artística ou religiosa) será suspeita das piores maldades ao não estar apadrinhada por um sindicato, um partido, uma fundação ou uma igreja. Depois de tanta manipulação há de se seguir perguntando porque os jovens não se integram nas maravilhosas propostas que o poder estabelecido faz e há de se seguir respondendo que o estudo, o trabalho e o esporte mantêm ocupados os futuros cidadãos úteis à sociedade. Nesse caso, ninguém deveria preocupar-se pela falta de "responsabilidade" de gente tão atarefada. Mas se o desemprego continua aumentando se a recessão se faz crônica, se o desamparo propaga-se por todo lado, veremos em que se transforma a não participação de hoje. Por diferentes motivos (guerras, fome, desemprego, fadiga moral) se desestruturou a dialética geracional, produzindo-se aquele silêncio de duas longas décadas, aquela quietude que tende agora a ser comovida por um grito e por uma ação dilacerante sem destino.

Por todo o anterior, parece claro que ninguém poderá orientar razoavelmente os processos de um mundo que se dissolve. Esta dissolução é trágica, mas também alumbra o nascimento de uma nova civilização, a civilização mundial. Se isto é assim, também há de estar se desintegrando um tipo de mentalidade coletiva, ao mesmo tempo em que emerge uma nova forma de conscientizar o mundo. Sobre este ponto gostaria de trazer aqui o dito na primeira carta: "... está nascendo uma sensibilidade que se corresponde com os novos tempos. É uma sensibilidade que capta o mundo como uma globalidade e que adverte que as dificuldades das pessoas em qualquer lugar terminam implicando outras, mesmo que se encontrem a muita distância. As comunicações, a troca de bens e o veloz deslocamento de grandes contingentes humanos de um ponto a outro, mostram esse processo de mundialização crescente. Também estão surgindo novos critérios de ação ao compreender-se a globalidade de muitos problemas, advertindo-se que a tarefa daqueles que querem um mundo melhor será efetiva se cresce desde o meio em que se tem alguma influência. Diferentemente de outras épocas cheias de frases vazias com as quais se buscava reconhecimento externo, hoje se começa a valorizar o trabalho humilde e sentido mediante o qual não se pretende engrandecer a própria figura, mas mudar a si mesmo e ajudar a fazê-lo o meio imediato familiar, de trabalho e de relação. Os que querem realmente as pessoas não desprezam esta tarefa sem estridências, mas incompreensível para qualquer oportunista formado na antiga paisagem dos líderes e da massa, paisagem na qual ele aprendeu a usar outros para ser catapultado para o ápice social. Quando alguém comprova que o individualismo esquizofrênico já não tem saída e comunica abertamente a todos os seus conhecidos o que pensa e o que faz sem o ridículo temor de não ser compreendido; quando se aproxima de outros; quando se interessa por cada um e não por uma massa anônima; quando promove a troca de idéias e a realização de trabalhos em conjunto; quando claramente expõe a necessidade de multiplicar esta tarefa de reconecção de um tecido social destruído por outros; quando sente que mesmo a pessoa mais "insignificante" é de qualidade humana superior a qualquer desalmado posto no topo da conjuntura da

época... Quando ocorre tudo isso, é porque no interior desse alguém começa a falar novamente o Destino que tem movido os povos em sua melhor direção evolutiva; esse Destino tantas vezes torcido e tantas vezes esquecido, mas reencontrado sempre nos recantos da história. Não somente se vislumbra uma nova sensibilidade, um novo modo de ação, mas, além disto, uma nova atitude moral e uma nova disposição tática frente a vida".

Milhares de pessoas em todo o mundo aderem hoje às idéias colocadas no **Documento Humanist**a. Estão os comunistas-humanistas; os social-humanistas; os ecologistas-humanistas, que sem renunciar às suas bandeiras, dão um passo para o futuro. Estão os que lutam pela paz, pelos direitos humanos e pela não discriminação. Certamente, estão os ateus e as pessoas de fé no ser humano e na sua transcendência. Todos esses têm em comum uma paixão pela justiça social, um ideal de irmandade humana em base à convergência da diversidade, uma disposição de saltar sobre todo preconceito, uma personalidade coerente na qual a vida pessoal não está separada da luta por um novo mundo.

3. A ação específica

Ainda restam militantes políticos que se inquietam por saber quem será primeiro-ministro, presidente, senador ou deputado. É possível que estes não compreendam para que desestruturação estamos avançando e quão pouco significam as mencionadas "hierarquias" no tocante à transformação social. Também haverá mais de um caso em que a inquietude está ligada à situação pessoal de supostos militantes preocupados pela sua colocação no âmbito do negócio político. A pergunta, em todo caso, deve referir-se a **compreender como priorizar os conflitos nos lugares em que cada um desenvolve sua vida cotidiana e saber como organizar frentes de ação adequadas em base a ditos conflitos**. Em todo caso deve ficar claro que características devem ter as comissões trabalhistas e estudantis de base, os centros de comunicação direta e as redes de conselhos de vizinhos; o que se deve fazer para dar participação a todas as organizações mínimas nas quais se expresse o trabalho, a cultura, o esporte e a religiosidade popular. E aqui convém esclarecer que quando nos referimos ao meio imediato das pessoas formado por companheiros de trabalho, parentes e amigos, em particular devemos mencionar os **lugares** em que se dão essas relações.

Falando em termos espaciais, a unidade mínima de ação é a vizinhança na qual se percebe todo o conflito, mesmo que suas raízes estejam muito distantes. Um Centro de Comunicação Direta é um ponto da vizinhança no qual há que se discutir todo problema econômico e social, todo problema de saúde, de educação e de qualidade de vida. A preocupação política consiste em priorizar essa vizinhança, ao invés do município, do condado, da província, da autonomia ou do país. Na verdade, muito antes que se formassem os países, existiam as pessoas congregadas como grupos humanos que, ao radicar-se, converteram-se em vizinhos. Depois, e à medida em que foram se montando super-estruturas administrativas, se foi arrebatando sua autonomia e poder. Desses habitantes, desses vizinhos deriva a legitimidade de uma ordem dada e a partir daí deve surgir a representatividade de uma Democracia Real. O município deve estar em mãos das vizinhanças e, se isto é assim, não se pode propor como objetivo colocar deputados e representantes de distintos níveis, como ocorre na política cupular, mas que essa localização deve ser **consequência** do trabalho da base social organizada. O conceito de "vizinhança" vale tanto para uma população extensa como para uma população concentrada em bairros ou altos edifícios. A conexão entre vizinhanças deve decidir a situação de uma comuna dada e essa comuna não pode, inversamente, depender em suas decisões de uma super-estrutura que dita ordens. No momento em que as vizinhanças coloquem em andamento um plano humanista de ação municipal e esse município ou comuna organize sua Democracia Real, o "efeito demonstração" se fará sentir muito além dos limites desse reduto. Não se trata de propor um gradualismo que deva ir ganhando terreno até chegar a todos os rincões de um país, mas de mostrar na prática que em um ponto está funcionando um novo sistema.

Os problemas de detalhe que apresenta todo o anterior são numerosos, mas o seu tratamento neste escrito parece excessivo.

Recebam com esta última carta um grande abraço.

SILO

15/12/93